



Celesc

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC

CNPJ:83.878.892/0001-55

NIRE: 42.3.0001127-4

Inscrição Estadual:250.166.321

Código CVM: 00246-1

www.celesc.com.br

**Avenida Itamarati, 160 – Itacorubi – Florianópolis – SC
CEP 88.034-900**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	10
APRESENTAÇÃO	10
1. GRUPO CELESC	10
1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos	11
1.2. Destaques do Ano	14
2. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ESG	16
2.1. Governança Corporativa	16
2.2. Dimensão Ambiental	25
2.3. Dimensão Social	30
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	38
3.1. Distribuição	38
3.2. Geração	47
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	48
4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida	49
4.2. Custos e Despesas	50
4.3. EBITDA	51
4.4. Resultado Financeiro	51
4.5. Valor Adicionado	52
4.6. Índices Econômico-Financeiros	52
4.7. Lucro Líquido	52
4.8. Investimentos	53
4.9. Ambiente Econômico	57
4.10. Relações com Investidores	59
5. AUDITORES INDEPENDENTES	59
6. AGRADECIMENTOS	60
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	61
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO	61
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO	62
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	63
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	64
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	66
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	67
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	68
1. CONTEXTO OPERACIONAL	68
2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	68
2.1. Subsidiárias Integrais	68
2.2. Demais Participações da Controladora	73
3. BASE DE PREPARAÇÃO	73
3.1. Declaração de Conformidade	73
3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação	74
3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos	74
4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	75
4.1. Base de Mensuração	75
4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	75
4.3. Base de Consolidação	75
4.4. Conversão de Moeda Estrangeira	76
4.5. Ativo de Contrato	76
4.5.1. Obrigações Especiais no Ativo de Contrato	76
4.6. Intangíveis	76
4.7. Instrumentos Financeiros	77
4.8. Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	77
4.9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	78
4.10. Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	78
4.11. Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Usina Pery	79
4.12. Impairment de Ativos Financeiros	79
4.13. Impairment de Ativos não Financeiros	79
4.14. Estoques	79
4.16. Imobilizado	80
4.17. Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos	80
4.18. Contrato de Concessão de Distribuição de Energia	80
4.19. Passivos Financeiros	81

4.21. Benefícios a Empregados e Aposentados.....	81
4.22. PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	81
4.23. Reconhecimento de Receita	82
4.24. Novas Normas e Interpretações.....	83
5. GESTÃO DE RISCO	83
5.1. Risco Financeiro	84
5.2. Gestão de Capital	86
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	87
6.1. Estimativa do Valor Justo.....	87
7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	88
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	89
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	89
9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	89
9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	90
10. ESTOQUES.....	92
11. TRIBUTOS A RECUPERAR	92
11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação.....	92
12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER, OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	93
12.1. Dividendos e JCP a Receber	93
12.2. Outros Ativos e Passivos – Circulantes e Não Circulantes	93
13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS	95
13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial	95
13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	97
14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO.....	98
14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia.....	98
14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia.....	99
14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery.....	99
15. ATIVO DE CONTRATO	100
16. PARTES RELACIONADAS.....	101
16.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração.....	102
17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL.....	103
17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos.....	103
17.3. Realização dos Ativos Diferidos.....	103
17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido.....	104
17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes	104
17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido	104
17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL	105
18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS	106
18.1. Informações sobre Investimentos.....	107
18.2. Movimentação dos Investimentos	107
19. IMOBILIZADO	108
19.1. Composição do Saldo	108
19.2. Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>).....	109
19.3. Depreciação	110
19.4. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos	111
20. INTANGÍVEL.....	112
21. FORNECEDORES	113
22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	113
22.1. Composição dos Vencimentos	115
22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional	115
22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID.....	116
23. DEBÊNTURES.....	116
23.1. Debêntures 2021 – Celesc D.....	116
23.2. Debêntures 2023 – Celesc D.....	116
23.4. Debêntures 2020 – Celesc G.....	118
23.5. Movimentação das Debêntures.....	118
23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar.....	118
23.7. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento	118
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	119
25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	121
25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI	121
26. TRIBUTOS	122
26.1. Tributos Federais	122
26.1.1 Autorregularização.....	123
26.2. Tributos Estaduais.....	124
26.3. Tributos Municipais	124
27. TAXAS REGULAMENTARES.....	124

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	124
28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	125
28.1. Contingências Prováveis	125
28.2. Depósitos judiciais	127
28.3. Contingências Possíveis	128
29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	129
29.1. Resultados da Avaliação Atuarial	130
29.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto	132
29.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório	133
30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES	133
30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS	133
30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS	134
31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135
31.1. Capital Social	135
31.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros	135
31.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	135
31.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial	136
32. RECEITAS E DESPESAS	137
32.1. Receita Operacional Líquida Consolidada	137
32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas	138
32.3. Resultado Financeiro	140
33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	140
34. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	142
34.1. Financiamento BNDES – Celesc G	142
35. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS	142
35.1. Celesc D	142
35.2. Celesc G	146
36. EVENTOS SUBSEQUENTES	149
36.1. Venda Conjunta de Participação Acionária da Celesc Geração S.A.	149
PARECER DO CONSELHO FISCAL	152
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	158
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	159

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Para o Grupo Celesc, 2024 foi um ano marcado pela estruturação de projetos essenciais para manter o DNA pioneiro e inovador de uma Companhia que, com quase 70 anos, zela pela força da sua marca e pelo bom relacionamento construído com seus mais de 3,5 milhões de clientes. O ano que passou foi marcado por importantes conquistas e pelo enfrentamento de desafios relevantes.

O expressivo volume de investimentos realizados e a dedicação de seus profissionais foram essenciais para o alcance de conquistas como a autorização para atuação no Mercado Livre de Energia, o que representa um novo foco de atuação para a Companhia; a elaboração de um modelo de negócio para a eletromobilitade, com o aumento do número de estações de recarga para veículos elétricos e híbridos; a atualização do seu sistema comercial, uma inovação entre distribuidoras de toda a América Latina; e a conquista de importantes prêmios, inclusive internacionais.

Estas ações trouxeram reflexos ao seu desempenho econômico e financeiro. O EBITDA do Grupo no ano foi de R\$1,57 bilhão, resultado aproximadamente 37,51% superior ao alcançado em 2023 (R\$1,14 bilhão). Em 2024, o Lucro do Grupo Celesc foi de R\$715,8 milhões, com aumento de 28,5% em relação ao do exercício anterior (R\$557 milhões) e a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$10,6 bilhões, superando em, aproximadamente, 2,46% o desempenho de 2023.

O impacto positivo dos investimentos realizados, teve reflexo no alcance de marcos importantes, como o volume recorde de investimentos de R\$2,2 bilhões em um período de dois anos, em obras estratégicas de infraestrutura do sistema elétrico, a fim de atender à crescente demanda por energia de qualidade em Santa Catarina. Recurso que, até o fim de 2026, chegará a R\$4,5 bilhões em melhorias para o sistema elétrico catarinense.

Além dos resultados alcançados, um dos grandes destaques da Celesc no primeiro semestre de 2024 foi o lançamento, junto ao Governo de Santa Catarina, da maior ação estadual de incentivo às fontes de energia renováveis: O Programa Energia Boa. A iniciativa visa expandir a geração de energia limpa no estado, promover o desenvolvimento econômico, especialmente em regiões de baixo IDH, criar empregos, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade da energia em áreas rurais. Para tanto, o Governo de Santa Catarina concederá cerca de R\$570,0 milhões em crédito presumido de ICMS à Celesc Distribuição destinados à execução de obras, o que viabilizará investimentos da ordem de R\$3,0 bilhões do setor privado.

Em relação aos investimentos do último ano, a Celesc Distribuição destinou R\$1,2 bilhão em obras de ampliação, melhoria e automação do sistema elétrico. Entre as principais está a aplicação de quase R\$70,0 milhões na expansão em 500 quilômetros da rede trifásica em áreas rurais, com um padrão construtivo que emprega cabos protegidos, o que aumenta em cerca de 80% a confiabilidade da rede, prevenindo a interrupção do fornecimento de energia por contato com a vegetação. A iniciativa favorece especialmente o desenvolvimento do agronegócio, que passa a ter oportunidade real de expansão, criando uma realidade de oportunidades a quem vive e trabalha no campo.

Outro destaque é o investimento, somado, de quase R\$90,0 milhões destinados à inauguração e ampliação de subestações e construção de linhas de distribuição de energia em diversas regiões do estado, especialmente Oeste, Meio Oeste, Alto Vale, Vale do Itajaí, Litoral Norte e Grande Florianópolis.

Tais investimentos têm sido realizados com estudos e critérios técnicos, de forma a manter um atendimento com qualidade e confiabilidade em todas as regiões do estado, dando oportunidades e melhorando a vida dos catarinenses.

Estas e outras importantes obras deram mais robustez ao sistema elétrico catarinense. O emprego destes recursos refletiu na melhora dos indicadores que medem a qualidade do fornecimento de energia elétrica, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Em 2024, o DEC alcançado foi de 8,63 (8% melhor do limite estabelecido pela ANEEL), enquanto o FEC foi de 5,73 (21% melhor do que limite estabelecido pela ANEEL).

A capacitação dos profissionais que atuam na linha de frente também foi prioridade para a Celesc. A inauguração do seu Centro de Treinamento, em Florianópolis, com cerca de 1.200 m² e infraestrutura de ponta, trouxe uma nova realidade às equipes. Com investimento de R\$5,0 milhões, a previsão é

treinar 250 profissionais por mês, focando em capacitações técnicas e reciclagens, para que as equipes contem com formação e atualização constantes.

A busca por um atendimento alinhado ao que há de mais moderno no mercado também orienta a Celesc a investir na atualização de seus sistemas. Em 2024, após estudo de mercado, a Empresa adotou o sistema comercial SAP S/4 Hanna — amparada pelo suporte da multinacional Accenture, que atua na oferta de soluções em tecnologia e operações a diversos ramos de negócio — nesta que foi a maior transformação comercial já feita por uma distribuidora de energia na América Latina. O projeto, denominado Conecte, trouxe desafios implícitos a uma iniciativa e um pioneirismo desta magnitude, mas a expectativa é de que em 2025 mais de 80 serviços da Companhia estejam disponíveis aos clientes em seus canais virtuais, facilitando o acesso dos clientes e diminuindo o fluxo nas lojas.

Ainda em relação à implantação de novos sistemas, merece destaque a continuação do desenvolvimento das novas plataformas para o Centro de Operação, que controla os conjuntos de média a alta tensão. Estão em implantação os novos sistemas de ADMS (*Advanced Distribution Management System*) e WFM (*Workforce Management*), adquiridos em dezembro de 2023, que visam reduzir custos, otimizar o atendimento de ocorrências na rede elétrica, melhorar a cibersegurança e apoiar decisões estratégicas. A previsão é de que esta etapa do projeto tenha duração de 30 meses.

No que diz respeito à Celesc Geração, grandes conquistas foram alcançadas em 2024: Destaque para os recordes históricos de seu parque de usinas hidrelétricas, com o maior pico de geração instantânea já registrado (109MW, com 95% da potência instalada), maior volume de energia gerada em um ano (647,5 GWh) e maior disponibilidade das máquinas (92%). A produção do parque supera em 3% o volume de energia gerada previsto para o período pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Tal feito foi alcançado sem qualquer ocorrência de acidentes entre empregados próprios e terceirizados.

Acerca das hidrelétricas, inclusive, uma entrega muito esperada foi a reativação da histórica Usina Maruim, no município de São José. A estrutura entrou em operação em 1910 e ficou desativada por 52 anos. Após um cuidadoso trabalho de atualização e restauração, agora a unidade possui potência instalada de 1MW, suficiente para atender aproximadamente duas mil residências, combinando a modernização de sua infraestrutura com a preservação da identidade histórica.

A reativação desta usina foi comemorada com uma edição do evento “Celesc Portas Abertas”, que oportunizou visitas guiada às instalações da usina e uma série de atrações culturais e educativas à comunidade. Outra usina histórica que recebeu visitantes no ano passado foi a Usina Salto Weissbach, localizada em Blumenau. Lá, a edição contou com cerca de 2,5 mil visitantes que desfrutaram de ações de cidadania, apresentações folclóricas e culturais, exposições de arte e de artesanato local.

Com relação às usinas fotovoltaicas da Celesc Geração, três novas plantas inauguradas. Na região serrana, a UFV Lages II e a UFV Campos Novos, representaram investimento de quase R\$10,0 milhões e têm, juntas, capacidade para gerar 2 MW de energia. Já a UFV São José do Cedro teve aporte de R\$13,2 milhões e possui capacidade instalada de 2,5 MW, correspondente ao consumo médio de duas mil residências.

Na área de Novos Negócios, duas frentes importantes para o futuro da Companhia foram desenvolvidas: a atuação no Mercado Livre de Energia e a expansão do Corredor Elétrico Catarinense. Em janeiro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica habilitou a Celesc a operar no Mercado Livre de Energia. Ao longo de 2024, a estratégia de atuação da Celesc foi construída com o apoio de uma consultoria de referência no setor, contemplando aspectos essenciais para sua operação neste ambiente, que inclui os produtos, os tipos de contratos, ações comerciais e de marketing, governança corporativa, riscos, bem como estrutura e o fluxo de processos. Em dezembro, o Plano de Negócios foi aprovado pelo Conselho de Administração da Celesc.

Anunciada em novembro, a ampliação do Corredor Elétrico Catarinense para 100 municípios ao longo de 2025 — com distância máxima de 50 quilômetros entre os eletropostos —, é um projeto arrojado que visa atender todas as regiões do estado com infraestrutura confiável para circulação de veículos elétricos e híbridos. Para este projeto serão investidos R\$5,0 milhões. Há 15 anos a Celesc tem sido pioneira para fomentar o mercado de veículos elétricos a partir da criação da infraestrutura de carregamento de veículos elétricos em Santa Catarina. Esta era uma iniciativa da área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) que viabilizou a instalação das 35 unidades de recarga atuais, formando uma das maiores

infraestruturas do tipo no país. Agora passa a integrar a área de Novos Negócios, conduzida pela Celesc Geração.

Contudo, em 2024 o destaque da Celesc não ficou concentrado apenas nos índices alcançados ou nos investimentos consolidados, mas em algo de grande valor para a Companhia: o capital humano. O endurecimento dos eventos climáticos extremos no Brasil, confirmou a necessidade de preparação do setor elétrico para mitigar consequências, tanto no âmbito regulatório, quanto no desenvolvimento de um protocolo de conduta.

A experiência acumulada pela Celesc para enfrentar estas ocasiões em sua área de concessão, habilitaram a Companhia a ajudar o vizinho Rio Grande do Sul, após o maior desastre ambiental já ocorrido naquele estado, em maio de 2024. Na ocasião, além de arrecadar doativos endereçados à Defesa Civil gaúcha, foram enviados mais de 100 profissionais, 10 caminhões, 12 caminhonetes 4X4 e três carros para realizar cerca de 60 serviços — incluindo a instalação de 230 postes e a reconstrução de quase 60 quilômetros de condutores — a mais de 40 comunidades em Porto Alegre e região.

Ainda em relação ao seu compromisso com a área social, o Ministério Público Catarinense concedeu o certificado Empresa Cidadã a diversas Agências Regionais da Celesc entre outubro e dezembro, em reconhecimento às ações do Programa Jovem Aprendiz para inclusão de jovens no mercado de trabalho.

O investimento cada vez maior em ações para promover melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, trouxe visibilidade para além do âmbito direto de atuação da Celesc. Evidência disso foi o reconhecimento público que premiou diversos esforços empreendidos pela Companhia.

Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), elegeu a Companhia como a 2ª melhor distribuidora da região Sul e a 5ª no ranking nacional entre empresas de grande porte. Em junho, um prêmio inédito: a Ouvidoria da Celesc foi considerada a 2ª melhor do Brasil pela entidade, destacando-se no tratamento de reclamações dos consumidores. A área também manteve a certificação ISO 9001, após a confirmação de uma auditoria externa de que foi implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade condizente com as exigências internacionais.

A Empresa também foi reconhecida como a 2ª melhor distribuidora de energia do Brasil na categoria "Avaliação pelo Cliente" pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), em agosto. A categoria considera o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), que avalia a percepção dos consumidores residenciais urbanos sobre o fornecimento de energia, informação e comunicação, conta de luz, atendimento ao consumidor e imagem da Empresa.

Em relação aos grandes clientes, como indústrias e comércios maiores, a entidade premiou a Celesc com o 2º lugar no ranking que mede a satisfação dos consumidores de média e alta tensão, entre 22 empresas que atuam no setor elétrico nacional. O resultado foi divulgado em maio, durante o Seminário de Melhores Práticas da Abradee (SAMP) em Campinas, São Paulo. Os principais itens avaliados foram: fornecimento de energia, informação para o consumidor, fatura, atendimento geral e imagem.

A Comissão de Integração Energética Regional (CIER), por exemplo, reconheceu a atuação da Celesc em diferentes frentes. No âmbito internacional, em setembro, durante premiação realizada na Costa Rica, a Empresa foi condecorada em três categorias do CIER Satisfação do Cliente: o 2º lugar no Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida (ISCAL) entre distribuidoras com mais de 500 mil consumidores, e duas menções honrosas por "Maior Evolução no Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida" e "Melhor Evolução em Responsabilidade Socioambiental".

Em outubro do mesmo ano, a Celesc venceu duas categorias do Prêmio CIER de Inovação com projetos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da ANEEL: Digitalização (IA para identificar ligações clandestinas) e Descarbonização (equipamento inteligente para medição e monitoramento de consumo de energia). Já o programa de Eficiência Energética da Celesc foi reconhecido em três categorias: Industrial, Residencial e Poder Público, Comércio e Serviços. Os programas certificados atingiram níveis de avaliação de 87% (Industrial), 90% (Residencial) e 92% (Poder Público, Comércio e Serviços). Os troféus foram entregues em cerimônia ocorrida no mês de dezembro, no Uruguai.

A certificação ISO 9001 também foi sustentada referente à coleta de dados e apuração de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica (DEC, FEC, DIC, FIC, DMIC e DICRI) e de tensão em

regime permanente. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), que apura esses dados, foi auditado em julho pelo Organismo Nacional de Certificação (ONC).

No que tange o tema inovação, em setembro a Empresa recebeu o selo prata em três categorias do Prêmio Práticas Inovadoras, promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE-SC). Ficou, ainda, em 2º lugar nos quesitos Gestão Correcional, Integridade e Compliance, e Ouvidoria. Já no Prêmio GT de Disrupção em Inovação 2024, concedido pela consultoria GT Group, a Celesc sagrou-se vencedora da categoria Energia. Destaque para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) no âmbito da Lei do Bem.

No quesito eficiência energética, destaque para a conquista de duas categorias no 20º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética (COBEE), em setembro: o 1º lugar na categoria "Produtos e Serviços", com o Projeto Bônus Fotovoltaico, e o 2º lugar na categoria "Projeto de Instituições de Ensino e Pesquisa", com o trabalho sobre eficiência energética no setor industrial.

O desafio de construir uma Celesc ainda melhor para todos os nossos *stakeholders* é diário, neste setor que é complexo e muito dinâmico. Seguimos em frente, com foco em uma Celesc cada vez mais eficiente, cumprindo com as determinações e regras regulatórias e entregando, energia elétrica com qualidade, este insumo estratégico e que é um fator de competitividade para empresas, e de desenvolvimento e qualidade de vida para todos os catarinenses e quem escolhe viver e trabalhar em nosso estado.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), da Manifestação do Conselho de Administração (CA) e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos *websites* da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, sendo ainda publicado de forma reduzida em mídia impressa e de forma completa na página da internet, em jornal de grande circulação, no município onde está localizada a sede da Companhia, de acordo com a legislação brasileira.

1. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), é uma empresa do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. (Celesc G) e Celesc Distribuição S.A. (Celesc D).

Além disso, a Celesc detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e participa das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE e Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN.

O acionista controlador da Celesc é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias. As demais ações ordinárias estão assim distribuídas em 31 de dezembro de 2024: Energias do Brasil S.A. – EDP 33,11%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos 2,88%, Eletrobras 0,03% e outros investidores 5,18%.

No total das ações da Companhia, a participação acionária é distribuída da seguinte forma: Governo do Estado com 20,20%, Energias do Brasil S.A. (EDP) com 29,90%, Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS) com 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos com 8,39%, Eletrobras com 10,75%, Alaska Poland com 9,16% e outros investidores com 17,52%.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Dezembro/2024

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,88% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,18% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,11% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,84% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,39% T	10,75% T	9,16% T	17,52% T

FREE FLOAT					
75%					
		51,0% O			9,9% O
		0,0% P			9,8% P
		17,0% T	23,0% T	30,9% T	9,9% T
100,0% T	100,0% T				
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		26,0% Cia Energética Rio das Flores		100,0% ETSE	
		32,5% Rondinha Energética			
		40,0% Xavantina Energética			
		49,0% Garça Branca			
		10,0% EDP Transmissão Aliança SC			

O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

Fonte: Celesc.

1.1. Prêmios, Certificações e Reconhecimentos

1.1.1. CIER Satisfação do Cliente

A Celesc recebeu três reconhecimentos internacionais da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), em evento realizado em San Juan, capital da Costa Rica, em setembro. A Celesc D, ficou com a segunda colocação entre as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores no Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida (ISCAL), atrás apenas da UTE, do Uruguai.

Concorreram ao prêmio mais de 30 distribuidoras de 11 países. A iniciativa visa reconhecer a qualidade do trabalho prestado por empresas latino-americanas do ramo de distribuição de energia.

A Celesc D também foi agraciada com duas menções honrosas nas categorias "Maior Evolução no Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida" e "Melhor Evolução em Responsabilidade Socioambiental".

1.1.2. CIER Inovação

A Celesc D venceu, em outubro, duas categorias do Prêmio CIER de Inovação com projetos integrantes do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia conquistou o primeiro lugar nos temas Digitalização e Descarbonização, além de ter sido uma das finalistas em Descentralização.

Na categoria Digitalização, o projeto vencedor foi "Inteligência artificial para identificação de ligações clandestinas na rede de distribuição a partir de imagens de satélites". Já na categoria Descarbonização, o prêmio foi para o "Equipamento inteligente para medição e monitoramento setorizado do consumo de energia - aplicações para tarifa branca, campanha de medição, medição e verificação de programa de eficiência energética". Ambos os projetos fazem parte do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da ANEEL.

1.1.3. CIER Eficiência Energética

A Celesc D teve seu Programa de Eficiência Energética reconhecido pela CIER em três categorias: Industrial, Residencial, Poder Público, Comércio e Serviços. Conforme definido nas regras de participação, os certificados foram concedidos aos programas que alcançaram um nível de avaliação maior ou igual a 80%. No caso da Celesc, as três categorias certificadas atingiram os seguintes níveis: 87% no Industrial, 90% no Residencial e 92% no Poder Público, Comércio e Serviços.

1.1.4. Prêmio Abradee

No maior prêmio nacional do setor de distribuição de energia, a Celesc D foi reconhecida como a segunda melhor distribuidora de energia do Brasil na categoria "Avaliação pelo Cliente", em premiação realizada pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee, em agosto.

A categoria leva em conta o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), que avalia a percepção do consumidor residencial urbano com relação ao fornecimento de energia, à informação e comunicação, à conta de luz, ao atendimento ao consumidor e à imagem da Companhia.

1.1.5. Pesquisa de Satisfação do Grande Cliente de Energia Elétrica da Abradee

A Celesc D ficou em segundo lugar no ranking da Pesquisa de Satisfação do Grande Cliente de Energia Elétrica da Abradee, que avalia o nível de satisfação dos consumidores da média e alta tensão, a exemplo de indústrias e grandes comércios. O resultado foi divulgado em maio, durante cerimônia de premiação no Seminário de Melhores Práticas da Abradee (SAMP), realizado em Campinas, São Paulo.

Os principais itens avaliados foram: fornecimento de energia, informação para o consumidor, fatura, atendimento geral e imagem. A Companhia disputou o prêmio com 22 empresas do setor de distribuição de energia de todo o país.

1.1.6. Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor

A ANEEL reconheceu, em março, a Celesc D como a segunda melhor distribuidora da região Sul. O evento aconteceu em Brasília e premiou as empresas que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras.

No ranking nacional, na categoria empresas de grande porte, a Companhia ficou em quinto lugar entre as 33 distribuidoras concorrentes.

1.1.7. Prêmio ANEEL Ouvidoria

A Ouvidoria da Celesc D foi considerada pela ANEEL a segunda melhor ouvidoria do Brasil, em premiação realizada em junho. O prêmio é destinado às distribuidoras que possuem os melhores desempenhos de tratamento das reclamações registradas pelos consumidores junto à Agência Reguladora.

A Celesc D concorreu na categoria de distribuidoras de grande porte – que atendem a mais de 1 milhão de unidades consumidoras. Entre os critérios avaliados estão o tempo de tratamento das reclamações pelas distribuidoras, a procedência das reclamações, a clareza das informações prestadas e a tempestividade das respostas.

1.1.8. ISO 9001

A Ouvidoria da Celesc D manteve, em 2024, a certificação ISO 9001. Uma auditoria externa validou que a equipe do setor implementou e sustenta um sistema de gestão de qualidade que atende às exigências internacionais da certificação.

A Além disso, a Companhia preservou o certificado relacionado à coleta de dados e à apuração de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica (DEC, FEC, DIC, FIC, DMIC e DICRI), bem

como de tensão em regime permanente. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), responsável por essa apuração, foi auditado em julho pelo Organismo Nacional de Certificação (ONC).

1.1.9. Prêmio Práticas Inovadoras CGE-SC

A Celesc recebeu, em setembro, o selo prata em três categorias do prêmio Práticas Inovadoras, promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE-SC). O prêmio reconheceu as melhores práticas de controle da gestão pública no poder executivo estadual e avaliou os critérios de criatividade e inovação, simplicidade e potencial de difusão, utilização eficiente de recursos, entre outros.

A Companhia ficou em segundo lugar nos quesitos Gestão Correccional, com a prática "Realização de sindicâncias em plataforma digital"; Integridade e Compliance, por meio da "Análise de Integridade de Agentes Econômicos e Parceiros"; e Ouvidoria, com o tema "Transformando a Ouvidoria em referência nacional".

1.1.10. Prêmio GT de Disrupção em Inovação

A Celesc D foi a vencedora do Prêmio GT de Disrupção em Inovação 2024 na categoria Energia. Concedida pela consultoria GT Group, a conquista reconhece o desempenho da Companhia em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), com destaque para as iniciativas elaboradas no âmbito da Lei do Bem – mecanismo de incentivo fiscal voltado à inovação tecnológica.

Entre os projetos, destacam-se:

- Equipamento inteligente para medição e controle setorizados do consumo de energia;
- Drones-robôs para manutenção de alta tensão;
- Obtenção de novos materiais orgânicos para confecção de Diodos Orgânicos Emissores de Luz (OLEDs) e células solares;
- Plataforma robotizada reconfigurável e autopropelida para transporte de transformadores em locais de difícil acesso;
- Plataforma de inteligência artificial orientada a serviços de poda e roçada em servidão de linhas de transmissão;
- Inteligência artificial para identificação de ligações clandestinas na rede de distribuição a partir de imagens de satélites.

1.1.11. COBEE

A Celesc D foi premiada em duas categorias durante o 20º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética (COBEE), realizado em São Paulo, em setembro.

Na categoria "Produtos e Serviços", a Companhia ficou em o primeiro lugar com o trabalho de medição e verificação (M&V) dos resultados do Projeto Bônus Fotovoltaico, que subsidiou a instalação de 1.250 sistemas de geração fotovoltaica em Santa Catarina entre 2016 e 2017.

Já na categoria "Projeto de Instituições de Ensino e Pesquisa", a Celesc conquistou o segundo lugar com o trabalho "Eficiência Energética no Setor Industrial Brasileiro: Impactos no Sistema Nacional e nas Metas Definidas pelo Plano Nacional de Energia".

1.1.12. Empresa Cidadã

Em 2024, novamente, o Ministério Público catarinense concedeu certificação à Celesc D como Empresa Cidadã por conta do trabalho realizado para inclusão de jovens no mercado de trabalho, contribuindo para a formação deles e abrindo oportunidades para construção de um futuro melhor. O ciclo de certificação por Agência Regional começou em outubro, pela região Sul, e encerrou, em 4 de dezembro, com a entrega para a região do Alto Vale do Rio Itajaí, com sede em Rio do Sul.

O Programa Novos Caminhos é uma iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina junto com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

1.2. Destaques do Ano

1.2.1. Expansão do corredor elétrico catarinense

A Celesc D anunciou, em novembro, o projeto de expansão do Corredor Elétrico Catarinense, com a meta de atingir, em 2025, 100 municípios com eletropostos e deixar todas as regiões do Estado com infraestrutura confiável para circulação de veículos elétricos e híbridos.

O investimento previsto é de pouco mais de R\$5,0 milhões. Atualmente, a Companhia conta com 35 eletropostos, uma das maiores coberturas do país.

1.2.2. Rede trifásica

Em 2024, a Celesc D finalizou a substituição de 500 quilômetros de rede monofásica por trifásica e já existe o projeto para a implantação de outros 500 quilômetros, permitindo que o produtor rural de Santa Catarina, tenha mais disponibilidade e qualidade de energia elétrica. As regiões Oeste, Planalto Serrano, Planalto Norte e Alto Vale foram as mais atendidas devido à vocação natural voltada ao agronegócio.

A previsão é que mais de 50 mil unidades consumidoras sejam beneficiadas pelo novo investimento, de cerca de R\$76,0 milhões. A melhoria irá viabilizar ampliações de fábricas e automatizações que exigem uma oferta maior de energia. A rede trifásica reduz o número de quedas de energia, que geram prejuízos na produção.

1.2.3. Investimento em subestações

A Celesc D inaugurou, em junho, a nova Subestação Abelardo Luz, beneficiando mais de 10.500 unidades consumidoras dos municípios de Abelardo Luz, Ipuçu, São Domingos e Ouro Verde em Santa Catarina. A unidade, que teve um investimento em torno de R\$50,0 milhões, conta com um transformador de 26 MVA, quatro alimentadores e um banco de capacitores, podendo ser expandida para acomodar até 12 alimentadores com 120 MVA.

Já em outubro, a Companhia entregou a ampliação da Subestação de São Cristóvão do Sul, que ampliou a capacidade de transformação e distribuição de energia para 138 kV. A obra beneficiou os municípios catarinenses de São Cristóvão do Sul, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte e Otacílio Costa e teve um investimento de cerca de R\$19,0 milhões. O projeto incluiu também uma linha de distribuição de energia com 9,3 quilômetros de extensão e investimento de R\$4,1 milhões, beneficiando 30 mil unidades consumidoras.

A Subestação de Taió também foi ampliada. A obra, que fez parte do Plano Quinquenal de Obras voltada à expansão do Sistema Elétrico de Potência, foi entregue em novembro. O projeto teve um investimento de R\$14,3 milhões, e envolveu a substituição do transformador 69/23 kV de 7,5/10 MVA por uma nova unidade de 20/26,67 MVA. Além disso, foram instalados novos disjuntores, transformadores, para-raios e um banco de capacitores de 4.800 Kvar.

1.2.4. Plano de Negócio Varejista

O Conselho de Administração da Celesc aprovou, em dezembro, o Plano de Negócio para atuação da Empresa no mercado livre de energia. A estratégia de negócio contempla aspectos essenciais para a operação da Celesc Varejista, incluindo tipos de contratos, ações comerciais e de marketing, governança

corporativa, e a forma de trabalho e fluxo de informações. Em janeiro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) já havia habilitado a Celesc para atuar nesse mercado.

1.2.5. Novos sistemas

Em 2024, a Celesc D seguiu investindo na implantação de novos sistemas comerciais, de gestão e logística. Em maio, a Companhia passou a adotar definitivamente o sistema comercial SAP S/4 Hana, substituindo o sistema de faturamento SIGA. A transição marcou o lançamento do Conecte, um novo aplicativo e uma nova Agência Web que passaram a centralizar mais de 80 serviços oferecidos nas lojas de atendimento presencial.

Esta foi a maior transformação do tipo já realizada por uma distribuidora na América Latina e colocou a Companhia na vanguarda do setor elétrico em relação ao atendimento comercial.

Outro grande avanço vem sendo dado com os preparativos para a implantação dos sistemas *Workforce Management* (WFM) e *Advanced Distribution Management System* (ADMS), que foram adquiridos pela Companhia em dezembro de 2023 e têm prazo de implantação de 30 meses. Os softwares prometem minimizar custos operacionais, otimizar o atendimento aos clientes, auxiliar no dimensionamento das equipes, melhorar a cibersegurança, além de proporcionar um restabelecimento mais eficiente dos serviços de distribuição e suporte na tomada de decisões estratégicas.

1.2.6. Reativação da Usina Maruim

A Celesc G reativou a histórica Usina Maruim, no município de São José/SC. A estrutura, que iniciou suas atividades em 1910, ficou desativada por 52 anos.

A Usina Maruim tem, agora, potência instalada de 1MW, suficiente para atender aproximadamente duas mil residências, combinando a modernização de sua infraestrutura com a preservação da identidade histórica.

A reativação foi comemorada com uma edição do "Celesc Portas Abertas", em outubro, oportunizando visitas guiada às instalações da usina e uma série de atrações culturais e educativas à comunidade.

Outra usina histórica que recebeu visitantes este ano foi a Salto Weissbach, em Blumenau/SC. A edição do Portas Abertas foi em abril, e contou com cerca de 2.500 visitantes. Entre as atrações, foram organizadas ações de cidadania, apresentações folclóricas e culturais e exposições de arte e artesanato local.

1.2.7. Novas usinas fotovoltaicas

A Celesc G inaugurou, em junho, duas novas usinas fotovoltaicas na região serrana do estado catarinense: a UFV Lages II e a UFV Campos Novos. Juntas, as unidades têm capacidade de geração de 2 MW de energia. O investimento foi de quase R\$10,0 milhões.

Já em setembro, a Companhia inaugurou a UFV São José do Cedro. Com investimentos de R\$13,2 milhões, a unidade tem capacidade instalada de 2,5 MW, o que corresponde ao consumo médio de duas mil residências.

1.2.8. Inauguração do Centro de Treinamento

O novo Centro de Treinamento da Celesc foi inaugurado em dezembro e promete ser um marco na capacitação profissional. Com uma área de aproximadamente 1.200 m², conta com uma infraestrutura de ponta, composta por oito salas de aula, duas salas de informática, um auditório com capacidade para 72 lugares, dois laboratórios de última geração, além de espaços para reuniões e um *coworking*.

O investimento total aproximado foi de R\$5,0 milhões. A previsão é que cerca de 250 profissionais sejam treinados no local a cada mês, com destaque para as capacitações da área técnica, como o Curso de Eletricista de Distribuição (CED), treinamentos relacionados às Normas Regulamentadoras (NRs) e reciclagens obrigatórias.

1.2.9. Ajuda ao Rio Grande do Sul

A Celesc ganhou destaque nacional em 2024, pela atuação solidária na reconstrução do sistema elétrico do Rio Grande do Sul, destruído pelas fortes chuvas que assolaram o estado vizinho em abril e maio.

Foram mais de 100 profissionais enviados, concentrando-se em Porto Alegre e no Vale do Taquari. Além das equipes catarinenses, foram enviados 10 caminhões, 12 caminhonetes 4x4 e três carros.

A primeira equipe de apoio atuou nos municípios do Vale do Taquari, uma das regiões mais devastadas pelas cheias e deslizamentos. Esta equipe completou mais de 60 serviços de campo em 38 comunidades. Cerca de 230 postes foram instalados, substituídos ou reinstalados, e mais de 56 quilômetros de condutores foram reconstruídos.

A segunda força-tarefa da Celesc, concentrou-se na cidade de Porto Alegre. As equipes atuaram em parceria com os profissionais da Equatorial, a distribuidora de energia local. A principal atividade foi o restabelecimento da energia em regiões de enchente, com a recomposição de alimentadores e a reenergização de transformadores, além do atendimento de emergências.

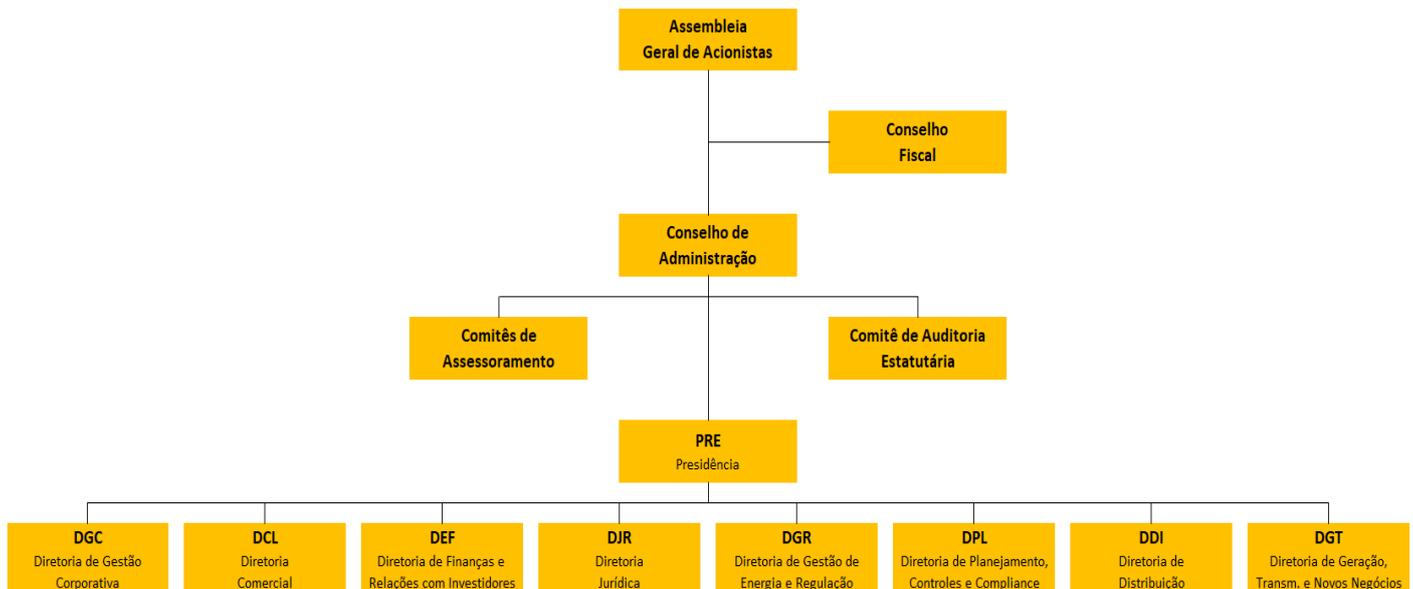
2. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ESG

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de suas operações, de seus processos e serviços prestados à sociedade.

2.1. Governança Corporativa

A Celesc aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3 em 26 de junho de 2002, e segue as melhores práticas para garantir transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

2.1.1. Estrutura de Governança



- **Assembleia Geral dos Acionistas**

Órgão soberano, convocado, instalado e com atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, em vigor. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

- **Conselho de Administração**

Competem ao Conselho de Administração, além das atribuições que a lei lhe reserva privativamente, a fixação da orientação geral e o controle dos negócios da Companhia, suas subsidiárias, participadas e consórcios de que fizer parte. O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa e tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

O Regimento do Conselho de Administração regula o seu funcionamento, em observância à composição e às competências fixadas nos Estatutos Sociais da Companhia, às Boas Práticas de Governança Corporativa e normas legais vigentes. O Conselho de Administração se reúne mensalmente, de forma ordinária e conforme calendário corporativo, ou extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

O Conselho de Administração, é um órgão colegiado, com funções deliberativas, na forma do seu Estatuto, sendo composto de 11 membros, dos quais 6 representantes do acionista majoritário, 3 dos acionistas minoritários, 1 dos acionistas preferencialistas e 1 representante (eleito) pelos empregados.

Os membros do Conselho são eleitos por Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 2 anos, permitidas até 3 reconduções consecutivas, sendo que no mínimo, 25% dos conselheiros deverão ser conselheiros independentes, tal como definido na Lei Federal nº 13.303/2016.

A Companhia assegura uma das vagas à participação de representante, escolhido por voto direto em processo eletivo interno, dos empregados.

Atingido o limite de reconduções, o retorno do membro do Conselho de Administração só poderá ocorrer após decorrido o período equivalente a um prazo de gestão. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração são eleitos, entre os seus membros, pelos integrantes do Conselho de Administração

Encontram-se disponíveis demais informações sobre a composição do Conselho de Administração, regimento, atribuições, Curriculum Vitae de seus membros e atas das reuniões, em nosso site: <https://ri.celesc.com.br/>.

- **Comitê de Auditoria Estatutário – CAE**

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, é um órgão independente e estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 dos Acionistas Preferencialistas e 1 dos Acionistas Minoritários Ordinários.

Dentre os requisitos obrigatórios, ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da legislação e demais normas regulamentares aplicáveis.

Anualmente, o Comitê de Auditoria elabora seu relatório contendo a descrição de suas atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras. O referido relatório é divulgado junto as demonstrações financeiras e mantido na sede social à disposição dos órgãos reguladores pelo prazo de 5 anos.

Encontram-se disponíveis demais informações sobre a composição do Comitê de Auditoria Estatutário, regimento, Curriculum Vitae de seus membros e as atas das reuniões, em nosso site: <https://ri.celesc.com.br/>.

- **Diretoria Executiva**

À Diretoria Executiva compete a gestão estratégica dos negócios da Companhia, incluindo, nesta menção, todos os controles sobre a gestão operacional das subsidiárias, participadas ou consórcios de que a Companhia fizer parte, observados, para tanto, o Plano Diretor da Companhia e os Contratos de Gestão e Resultados.

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por 9 diretorias, sendo os Diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria Jurídica, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance e Diretoria de Gestão de Energia e Regulação.

As reuniões da Diretoria Executiva acontecem semanalmente e as deliberações adotadas são registradas em atas e lavradas em livro próprio, sendo consideradas válidas para a Companhia quando adotadas por maioria dos presentes.

O mandato da Diretoria será de 2 anos, admitidas no máximo 3 reconduções consecutivas. A Companhia será representada, em conjunto, pelo Diretor Presidente e por outro Diretor, ou por dois Diretores, para a execução dos atos constantes em seu Estatuto.

A composição da Diretoria Executiva e o Curriculum Vitae dos diretores, encontram-se em nosso site: <https://ri.celesc.com.br/>.

- **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal tem como competências as expressas na Lei das Sociedades por Ações, dentre as quais, fiscalizar os atos dos administradores; examinar e emitir pareceres sobre a exatidão das demonstrações financeiras; convocar as assembleias gerais para deliberação dos acionistas; emitir relatórios e pareceres sobre as contas da administração, que serão apresentados aos acionistas nas assembleias gerais.

O Conselho Fiscal é formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, um representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos por até 2 mandatos consecutivos.

A estrutura e a composição do Conselho Fiscal das subsidiárias integrais serão constituídas, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia.

A composição do Conselho Fiscal e o Curriculum Vitae dos conselheiros, encontram-se em nosso site: <https://ri.celesc.com.br/>.

- **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração**

A Companhia possui Comitês de Assessoramento que debatem os assuntos a eles relacionados e assessoram o Conselho de Administração, fazendo o reporte e auxiliando na tomada de decisão.

O Comitê de Elegibilidade auxilia o Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, na análise e verificação dos requisitos de elegibilidade dos membros dos órgãos da administração da Companhia.

Além do Comitê de Elegibilidade, a Companhia possui ainda o Comitê Estratégico, Regulatório e de Sustentabilidade; Comitê de Finanças e Comercialização; Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Ética.

2.1.2. Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. O Plano Diretor foi reestruturado em 2019 (com base no então denominado Celesc 2030) a partir de exaustivos estudos de cenários, das ambições dos *stakeholders* e das diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, com o objetivo de indicar o caminho a ser seguido pela Companhia para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. De lá para cá, o Plano passou por diversas revisões anuais, considerando a visão dos envolvidos, assim como aspectos do ambiente interno e externo.

O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento, Objetivos Estratégicos e as macro-metas até 2029 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5 anos, que também contempla o detalhamento de Iniciativas Estratégicas em Projetos.

A Identidade Corporativa foi mantida, em sua última revisão, realizada no ano de 2024, em todos os aspectos — propósito, missão, visão e valores — devido à sua relevância e aderência aos objetivos organizacionais. Essas diretrizes visam alinhar as diversas áreas e processos da empresa, promovendo a colaboração e garantindo que cada setor, dentro de sua competência, contribua de forma estratégica para o cumprimento dos objetivos corporativos e para a realização da visão de futuro da organização.

O mapa estratégico 2025-2029, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi reestruturado, de acordo com os anseios da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Mapa estratégico



Fonte: Plano Diretor Estratégico Celesc 2025-2035.

Em relação ao posicionamento estratégico, as principais prioridades da Companhia refletem a maximização do resultado e dos níveis de qualidade do negócio core da distribuição; a aposta na comercialização varejista; a realização de investimentos seletivos em negócios com sinergia com o core da empresa e também a promoção de segurança, cultura de resultados, ESG e inovação.

Importante salientar ainda que, com base no Plano Diretor da Companhia, serão desenvolvidos, para o ano de 2025, projetos estratégicos — iniciativas concebidas para contribuir diretamente com o alcance dos objetivos organizacionais, priorizando a geração de valor sustentável, o fortalecimento da competitividade e a promoção de inovação.

Por sua vez, no ano de 2024, foram conduzidos 17 projetos estratégicos, relacionados a perdas de energia, priorização de investimentos, eficácia orçamentária, gestão das equipes de campo, organização orientada a processos, perdas por inadimplência, processos administrativos, gestão da rede, gestão dos almoxarifados, segurança do trabalho, estruturação e implementação da comercializadora varejista, estratégia regulatória proativa, novos negócios em Telecom, melhoria da financiabilidade da Celesc, avaliação de investimento em participadas, políticas de P&D e inovação e cultura de alto desempenho.

2.1.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Vale destacar que a Celesc e suas subsidiárias integrais adotam o modelo de Três Linhas. Nele o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. As diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidades estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no seu site <https://ri.celesc.com.br/>, que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

Na Companhia há o Departamento de Compliance e Riscos, que possui entre suas atribuições estabelecer metodologia do processo de Gestão Estratégica de Riscos e Controle Interno, coordenar sua implementação e execução, aplicando metodologias específicas usadas mundialmente.

Entre as principais ações realizadas em 2024, destacam-se: a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos, a revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, além

dos testes de efetividade desses controles internos. Todos esses trabalhos são devidamente reportados à Diretoria Executiva e ao CAE.

Os conceitos básicos dos Riscos Corporativos são:

CLASSE ESTRATÉGICO:

Categoria Governança:

- **Imagem**

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

Categoria Estratégia:

- **Inovação e Transformação Digital**

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

- **Modernização do Setor Elétrico**

Risco de não adequação tempestiva ao novo marco regulatório do setor elétrico podendo gerar impactos negativos relevantes no modelo de negócio do Grupo Celesc, envolvendo receita, sustentabilidade econômico-financeira, operações e participação de mercado, além de perda de oportunidade de novos negócios proporcionados pelas mudanças do setor.

- **Mudanças Climáticas**

Risco de comprometimento das operações e/ou perdas financeiras devido a eventos climáticos extremos, assim como danos à imagem, perda valor de mercado e restrições de acesso à capitais de terceiros de acordo com o nível de atuação do grupo no processo de descarbonização da sua cadeia de valor.

CLASSE FINANCEIRO:

Categoria Crédito:

- **Capital de Terceiros**

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros ou câmbio.

Categoria Liquidez:

- **Fluxo de Caixa**

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

- **Atuarial**

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de premissa ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

CLASSE OPERACIONAL:

Categoria Gestão:

- **Investimentos**

Risco de perdas financeiras e operacionais, devido a fragilidades em requisitos, análises e mapeamentos dos investimentos e da eficiência na execução dos projetos.

- **Geração Distribuída**

Risco de comprometimento das operações da Rede de Distribuição devido ao aumento generalizado e descontrolado de conexões de Geração de Distribuída na rede, comprometendo a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes/consumidores e acarretando em custos substanciais em atendimento e investimento sem o devido reconhecimento regulatório/tarifário adequado, afetando a imagem e a sustentabilidade técnica e econômico-financeira da distribuidora.

Categoria Pessoal:

- **Saúde e Segurança**

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

- **Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos empregados ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo, tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

Categoria Processo:

- **Resguardo de Ativos**

Risco de comprometimento da(s) operação(ões) da empresa decorrentes da falta de mecanismos de proteção contra invasões em subestações, usinas e almoxarifado central.

- **Contratação de Energia da Distribuidora**

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido à contratação fora dos limites regulatórios.

- **Perdas**

Risco de redução de receita em virtude da ultrapassagem das perdas técnicas e/ou não técnicas acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

Categoria Informação e Tecnologia:

- **Cibernético e Infraestrutura de TI**

Risco de perdas ou danos decorrentes de indisponibilidade ou acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à interrupção de sistemas críticos e/ou falhas na segurança da informação.

CLASSE CONFORMIDADE:

Categoria Regulatório/Legal:

- **Socioambiental**

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais, expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

- **Revisão Tarifária**

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as Receitas Irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

- **Extinção da Concessão de Distribuição**

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora e nos regulamentos da ANEEL, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

- **Regulação do Setor Elétrico**

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da desconformidade regulatória nas operações da empresa, perda de valor em virtude de alterações na legislação que estejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

- **Fraude**

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

- **Ações Judiciais**

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

- **Privacidade**

Risco de ocorrência de penalidades por descumprimento de preceitos legais relativos à segurança e privacidade de dados de clientes, empregados, fornecedores e demais agentes que se relacionem com a Companhia, devido a fragilidades em políticas e/ou processos, sejam administrativos ou tecnológicos, que visem a proteção de dados armazenados pela Companhia.

2.1.4. Programa de Compliance e Regras de Conduta

A Celesc conta com uma estrutura de governança baseada nas melhores práticas para realizar a coordenação, gestão e tomada de decisão quanto aos temas de Compliance. O seu Programa de Integridade e Compliance é estruturado em 6 pilares, disponíveis para conhecimento no nosso site <https://www.celesc.com.br/compliance-na-celesc-pilares>.

Pilares do Programa de Compliance



Fonte: Celesc.

- **Ações Desenvolvidas em 2024**

No que tange ao **Pilar Tom da Liderança**, o compromisso da Diretoria da Companhia em patrocinar as ações de Compliance foi estabelecido formalmente em carta que informa sobre a implantação do Programa de Compliance da Celesc, fortalecendo assim o compromisso da Administração com a ética, as políticas de integridade, as práticas anticorrupção e a governança. Na referida carta, a Diretoria se compromete a cumprir e fazer cumprir todos os pilares do Programa de Compliance que formam um sistema de integridade, concatenada com a missão inarredável de patrocinar as ações e práticas de Compliance.

Em evento ocorrido em novembro de 2024, esse compromisso foi renovado por meio da assinatura de carta pública pela Diretoria da Companhia, com divulgação ao público interno e externo, reforçando o compromisso da alta liderança com práticas anticorrupção, ética, governança e políticas de integridade, disponível em nosso site <https://www.celesc.com.br/compliance-na-celesc-pilares>.

No **Pilar Diretrizes**, a Celesc manteve seu compromisso de atualização contínua das normativas que guiam as ações dos empregados e profissionais que atuam em nome da Companhia. Ao longo de 2024, as Políticas e demais normas internas vinculadas ao Programa de Compliance foram revisadas conforme atualização da legislação e melhores práticas de governança corporativa.

No Pilar de **Comunicação e Treinamento**, a Administração e os empregados receberam comunicados, ao longo do ano de 2024, sobre os seguintes temas: orientações para as eleições 2024 e regras aplicáveis ao período eleitoral; ética no relacionamento com Clientes; prevenção aos atos de fraude e corrupção; Assédio Moral e Assédio Sexual no ambiente de trabalho. Cabe destaque para as seguintes comunicações de final de ano: lembrete para o Dia Internacional do combate à Corrupção e as diretrizes da Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

No que tange ao Treinamento, a Companhia promoveu mais uma vez, com grande adesão, o treinamento anual sobre o Código de Conduta Ética da Celesc aos seus Empregados e Alta Administração. Também foi desenvolvido treinamento de Conduta Ética para Fornecedores e Terceirizados, com abordagem específica para este público. Por fim, foram realizados cursos direcionados aos membros do Comitê de Ética da Companhia, bem como cursos e palestras para ambientação de novos empregados e atendentes comerciais.

Dando sequência, no **Pilar Monitoramento**, além da gestão de riscos de integridade, o Programa de Integridade e Compliance estabelece a realização de análise de Integridade de agentes econômicos que atuam na cadeia de suprimentos da Companhia (*Due Diligence*). O Programa também auxilia o Comitê de Elegibilidade na realização de *background check* de postulantes a cargos na Administração do Grupo. A Celesc também adota mecanismos para garantir a conformidade das normas internas em relação à legislação e boas práticas de governança. Outra ação consiste no apoio às áreas de negócio na identificação de transações com partes relacionadas e adoção de medidas de controle na realização destes negócios.

No **Pilar Investigação**, a área que coordena o Programa de Compliance conta com uma cadeira permanente no Comitê de Ética da Celesc, atuando como suporte conforme definido no regimento interno deste órgão colegiado.

Por fim, no **Pilar Medidas Corretivas**, o Programa é constantemente submetido a avaliações independentes conforme objetivos traçados no Plano Diretor da Companhia, possibilitando a melhoria contínua dos processos. Uma ação de destaque para 2024 é a participação da Celesc no Fórum de Integridade de Estatais promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina (CGE/SC), que possibilitou a atualização das práticas de integridade da Companhia no âmbito das Estatais e o compartilhamento de experiências com outras organizações.

2.1.5. Políticas Internas

A Companhia gerencia e controla suas Políticas de Compliance; de Porta-Vozes; de Distribuição de Dividendos; Transações com Partes Relacionadas; de Responsabilidade Socioambiental; de Comunicação Celesc; de Anticorrupção; de Divulgação de Informações e de Negociações de Ações; de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos; de Relacionamento com Fornecedores; de Segurança e Saúde do Trabalho; de Relacionamento Comercial; de Indicação; de Diversidade e Inclusão e de Provisões,

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essas Políticas estão disponíveis para consulta, na sua íntegra, em nosso site <https://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/>.

2.2. Dimensão Ambiental

A Companhia, no que se refere à conformidade ambiental de seus empreendimentos, segue rigorosamente os procedimentos para obtenção, manutenção e renovação das licenças ambientais necessárias.

Esse compromisso se aplica a todas as subestações, independentemente da tensão, e às linhas de distribuição com tensão igual ou superior a 69 kV, sempre em estrita conformidade com a legislação ambiental vigente no Estado de Santa Catarina.

No planejamento de novos empreendimentos, são adotadas diretrizes ambientais fundamentais para minimizar impactos socioambientais. A definição dos traçados e a locação das estruturas priorizam alternativas que evitem a supressão de fragmentos florestais de vegetação nativa, a interceptação de Unidades de Conservação e a sobreposição a áreas protegidas, como Territórios Quilombolas e Terras Indígenas.

Após a definição dos traçados e da localização das subestações, são conduzidos estudos ambientais detalhados, abrangendo um diagnóstico aprofundado dos meios físico, biótico e social da região de implantação. Além disso, são identificados e avaliados os impactos potenciais nas fases de projeto, construção e operação dos empreendimentos. Com base nesses estudos, são elaborados e implementados planos e programas específicos para mitigação e/ou compensação dos impactos negativos, garantindo uma abordagem sustentável e alinhada às exigências dos órgãos ambientais competentes.

Em 2024, todas as obras de empreendimentos conduzidos pela Celesc tiveram seus respectivos planos e programas ambientais implementados e fiscalizados in loco por uma equipe especializada de supervisão ambiental contratada. Esse acompanhamento contínuo assegura o cumprimento das diretrizes estabelecidas, a aderência aos indicadores de desempenho ambiental e o atendimento às condicionantes impostas nos processos de licenciamento, reforçando o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Além das ações relacionadas ao licenciamento ambiental dos empreendimentos – das subestações e linhas de distribuição acima de 69 kV – também foram executados programas, planos, projetos e ações visando prevenir e mitigar impactos negativos das demais atividades da empresa, como o gerenciamento de resíduos sólidos gerados no âmbito administrativo e àqueles resultantes da operação e manutenção do Sistema Elétrico de Potência (SEP), destacando-se, em especial, a realização de análises do teor de Bifenila Policlorada (PCB) nas sucatas de inservíveis contendo (ou que operavam à base de) óleo mineral e posterior destinação final adequada de resíduos contaminados. A Companhia também atuou como respondente nos relatórios e questionários de sustentabilidade: Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), ABRADEE e ANEEL, além de alguns direcionados à captação de debêntures.

Ainda em 2024, foram emitidas orientações e pareceres visando a qualificação técnica de fornecedores nos processos de licitação, conforme demanda de diversas áreas, e realizadas, com apoio da comunicação interna, ações de educação e conscientização ambiental para os empregados.

Finalmente, considerando o tema Global das mudanças climáticas, elaboramos o inventário de gases de efeito estufa (GEE) e divulgamos as informações no Registro Público de Emissões, além do relato na plataforma do Carbon Disclosure Project (CDP), que agrega dados de empresas do mundo inteiro. Maiores detalhes das ações são apresentados na sequência.

2.2.1. Ações Ambientais

- **Distribuição**

a) Plano de consumo consciente - PCC

Estruturado em três programas específicos: Programa de Consumo Sustentável de Água, Programa de Uso Sustentável de Recursos Naturais e Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, o PCC estabelece indicadores e metas para a gestão de recursos naturais visando o uso racional de água, eliminação do uso interno de copos descartáveis, redução de impressões e gestão de resíduos sólidos administrativos.

Em 2023, foram definidas com os gerentes e responsáveis pela gestão do consumo de materiais das Agências Regionais as metas para o ano de 2024.

No decorrer de 2024, as Agências Regionais foram informadas do desempenho das metas, o que demonstrou ao final do exercício avanços na redução do uso de copos descartáveis. Quanto à redução de impressões, a meta definida foi cumprida, contudo, percebe-se que este indicador pode, ainda, ser aprimorado.

O Programa de Valorização de Resíduos Administrativos, que integra o PCC, contempla o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.030/2010), com a definição de duas metas para 2024: a ampliação do gerenciamento para todas as Agências Regionais, já que apenas duas realizavam o gerenciamento, e a redução em 10% da geração de rejeitos/dia da Administração Central.

b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2024, a Celesc D destinou mais de 7.389 toneladas de resíduos gerados nas áreas de almoxarifados, originados nos processos de operação e manutenção do sistema elétrico de potência. Deste total, 96%, compostos por sucatas de cabos metálicos, postes/cruzetas de concreto e de madeira, equipamentos elétricos, óleo mineral isolante, dentre outros, foram enviados para processo de reciclagem e reuso (postes de madeira), via editais de alienação.

A Companhia também realiza o gerenciamento dos resíduos gerados em função das atividades administrativas nas dependências do prédio da Administração Central e nas Agências Regionais de Videira e Lages.

Em 2024, conforme o gerenciamento realizado nestes locais, passaram pelo processo de pesagem 55,20 toneladas. Deste montante, 17,54 toneladas de resíduos orgânicos gerados nas copas, lanchonete e restaurante localizados na Administração Central, foram encaminhados para processos de compostagem, conforme preconizado pela legislação municipal de Florianópolis (Lei Municipal nº 10501/2019). Foram enviadas 13,6 toneladas de recicláveis secos (papel, papelão, plástico, metal e vidro), para cooperativas de materiais recicláveis. Para aterros sanitários foram enviadas 24,04 toneladas de rejeitos.

Ainda em relação ao envio de resíduos administrativos para reciclagem, em 2024 a Companhia realizou a destinação de 4,7 toneladas de documentos fragmentados, entre papel e papelão, para a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Itapema (Cooperitapema).

C) Inventário e Eliminação de Bifenila Policlorada (PCB)

Em novembro de 2024, foi protocolado na plataforma federal SINIR/PCB (<https://sinir.gov.br/sistemas/inventario-nacional-de-pcb>) o inventário de PCB da Celesc Distribuição, em conformidade com o prazo preconizado pelo projeto "PCB Responsável", gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de monitorar os prazos para cumprimento dos marcos da Convenção de Estocolmo sobre os POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes), da qual o Brasil é signatário. A plataforma agrega, em âmbito nacional, os dados dos detentores de PCB e das empresas destinadoras.

O inventário da Celesc D foi elaborado com base nas metodologias preconizadas no Manual de Gestão de PCB para Equipamentos Elétricos e consolidou os resultados das investigações e análises em relação a potencial presença de PCB em equipamentos de grande porte (EGP), nas subpopulações dos equipamentos de pequeno porte (EPPs): transformadores de rede aérea, reguladores, religadores,

transformadores de rede subterrânea, transformador de corrente e transformador de potencial, dentre outros, e ainda, nos equipamentos selados: capacitores (células capacitivas).

Com base nos resultados obtidos no inventário de PCB, foi elaborado um Plano de Ação para a subpopulação classificada como "suspeita de contaminação por PCB tipo II" a saber a dos transformadores da distribuição, não reformados, fabricados até 1988. O plano será executado ao longo de 2025.

Paralelamente às atividades de coleta de amostras de equipamentos inservíveis (sucatas) e análise cromatográfica do teor de PCB para fins de composição do inventário, foi realizada a destinação final daqueles em que foi detectada contaminação por PCB (teor igual ou maior a 50 mg/kg).

A tabela a seguir demonstra a destinação final (descontaminação química seguida por reciclagem) realizada ao longo dos últimos 5 anos pela Celesc D.

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Tonelada	39,90	215,51	325,25	171,79	280,17	1.032,62

Em 2024, continuou-se o gerenciamento de PCBs nas oficinas terceirizadas que recuperam transformadores aéreos. Todos os equipamentos recuperados são preenchidos com óleo mineral novo e livre de PCB, passando por análises individuais para garantir que não estejam contaminados antes de serem devolvidos à Celesc D e reintegrados ao Sistema Elétrico de Potência (SEP). O óleo mineral drenado dos equipamentos usados é analisado em lotes e recebe destinação ambiental adequada: os lotes não contaminados são enviados para rerrefino, enquanto os contaminados são tratados por empresas licenciadas. Em 2024, não foram encontrados lotes de óleo usado contaminado por PCB nas oficinas.

d) Mudanças Climáticas

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) utilizando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Esse processo envolve o mapeamento e a quantificação das fontes de emissões de carbono das atividades da Celesc e suas subsidiárias, Celesc D e Celesc G, permitindo um diagnóstico detalhado dos processos internos. Os inventários abrangem os três escopos de emissões diretas e indiretas e são verificados por um Organismo de Verificação (OVV) acreditado pelo Inmetro, recebendo o Selo Ouro do Programa GHG Protocol. Os dados dos inventários estão disponíveis no Registro Público de Emissões (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/>).

O escopo 1 refere-se às emissões diretas sob controle da Companhia, incluindo a combustão de veículos da frota, o uso de gás SF6 nas subestações, GLP em fogões e empilhadeiras, gases de refrigeração e gás carbônico de extintores. A frota é a principal fonte de emissões, e a Companhia planeja desenvolver ações para reduzir ou compensar essas emissões no futuro.

As emissões de gases de efeito estufa geradas em função das atividades da Celesc, no ano de 2024, serão contempladas no inventário relativo a ser concluído no final do primeiro trimestre de 2025. No que cabe às emissões reportadas no ciclo anterior, a Companhia emitiu mais de 7.403 toneladas de CO₂ equivalente no Escopo 1, acima de 6.586 toneladas no Escopo 2 (que contempla a compra de energia e as perdas técnicas), além de 900,5 toneladas no Escopo 3.

Para promover o engajamento e a conscientização sobre mudanças climáticas entre fornecedores e funcionários, a Celesc aprimorou a coleta de dados para quantificar as emissões indiretas do escopo 3, incluindo informações da cadeia de fornecimento. Isso abrange dados sobre o transporte de novos equipamentos, como postes, transformadores de distribuição e religadores, além de serviços relacionados a cortes e novas ligações de energia elétrica. Também foi incluído o deslocamento dos funcionários entre casa e trabalho, por meio de um questionário voluntário distribuído entre eles.

A Celesc D tem implementado diversas ações e projetos nos últimos anos com o objetivo de reduzir suas emissões diretas, demonstrando um compromisso significativo com a sustentabilidade e a eficiência energética. Entre as iniciativas destacadas, podemos mencionar:

- Programa de Redução de Deslocamentos Improdutivos: Este programa visa melhorar os atendimentos a emergências, resultando em uma redução das emissões diretas (escopo 1) associada ao uso de veículos.
- Comissão Interna para Conservação de Energia (CICE): A CICE trabalha na conscientização dos colaboradores sobre a importância da redução do consumo interno de energia, contribuindo para a redução das emissões indiretas (escopo 2).
- Projeto Medidores Inteligentes: A implementação de medidores inteligentes permite reduzir a necessidade de deslocamentos para direção, cortes e religações de energia elétrica, o que também ajuda na redução das emissões.
- Projetos de Eficiência Energética e Inovação: Embora não impactem diretamente o inventário de emissões da empresa, esses projetos visam promover o uso eficiente da energia pela sociedade e desenvolver novas tecnologias no setor elétrico.

Além disso, em 2024, a Celesc D apresentou a importância das mudanças climáticas ao incluí-las como um fator relevante na gestão de riscos estratégicos da Companhia. Isso reflete uma preocupação com os impactos que eventos climáticos extremos podem ter sobre a qualidade do fornecimento, além dos custos potenciais associados à adaptação e resiliência da infraestrutura elétrica.

Essas iniciativas não apenas demonstram o comprometimento da Celesc D com a redução das emissões, mas também sua responsabilidade social em oferecer soluções sustentáveis à sociedade.

e) Mitigação de impactos ambientais na fase de operação dos empreendimentos

A Celesc D demonstra um forte compromisso com a responsabilidade socioambiental, alinhando suas ações à Política de Responsabilidade Socioambiental do Grupo. Em 2024, a empresa enfrentou desafios relacionados a nove incidentes de vazamento de óleo mineral, que ocorreram devido a abalroamentos, furtos e falhas, destes, oito ocorreram em subestações.

A resposta da Celesc D a esses incidentes foi rápida e eficaz, com novos atendimentos de emergência realizados. A agilidade nas intervenções foi crucial para mitigar os impactos ambientais negativos associados a vazamentos. Essas ações refletem a dedicação da Celesc D em prevenir e minimizar danos ao meio ambiente, além de garantir a segurança e integridade das operações. O foco na restauração dos ambientes impactados demonstra uma abordagem proativa e responsável em relação à gestão ambiental, contribuindo para a sustentabilidade e proteção de recursos naturais na área de abrangência do SEP.

f) Proteção da biodiversidade

O Programa de Proteção de Aves na Rede – PPAR, da Celesc D, busca promover uma maior harmonia entre a distribuição de energia elétrica e a nidificação de indivíduos de joão-de-barro (*Furnarius rufus*), espécie de ave considerada das mais populares da fauna brasileira. O PPAR ocorre anualmente e consiste na retirada de ninhos inativos de joão-de-barro que estejam em situação de risco e na posterior instalação de dispositivos afastadores, os quais inibem a construção de ninhos nos pontos mais perigosos das redes de distribuição, evitando possíveis acidentes.

Atendendo aos requisitos da Autorização Ambiental (AuA 3296/2020), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC, as ações do programa são realizadas no período entre maio e agosto de cada ano, fora do período reprodutivo das aves. Isso diminui a possibilidade de interações ou acidentes com ovos, ninhos, indivíduos jovens ou adultos de aves.

No ano de 2024, o programa reportou a retirada de 5.951 ninhos em situação de risco e a instalação de 20.019 afastadores nas redes de distribuição da Celesc D.

- **Geração**

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2024, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 56,84 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes e de luz mista, sucatas ferrosas, sólidos contaminados, lodos de fossas sépticas e outros recicláveis (madeiras, papéis e plásticos).

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro, rerrefino e tratamento de efluentes. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Desde 2019, a Celesc G e o IMA/SC firmaram um Protocolo de Intenções para criar a Unidade de Conservação (UC) da Estação Ecológica do Bracinho. Esta UC abrange a bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Uma equipe técnica de ambas as instituições foi formada para coordenar e acompanhar os processos necessários para a efetivação da UC. Atualmente, a Celesc G está definindo o manejo adequado da área, conforme os usos prioritários. A UC cobre uma área de 4.780 hectares, preservando uma parte significativa da Floresta Pluvial Atlântica na Serra do Mar.

c) Monitoramento Hidrológico

A Celesc G mantém em operação 23 estações telemétricas de monitoramento hidrológico, distribuídas em cinco regiões hidrográficas no Estado de Santa Catarina. Essas estações também fornecem suporte de redundância ao Centro de Operação de Geração (COG), inclusive em situações de eventos hidrológicos críticos.

d) Monitoramento Ambiental

Em 2024, a Celesc G prosseguiu com a execução das condicionantes de licenciamento ambiental do parque gerador da empresa por meio do desenvolvimento de 120 programas ambientais, distribuídos em distintos temas, tais como destinação de efluentes líquidos e resíduos sólidos, monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, levantamento e conservação da fauna terrestre, ictiofauna e macroinvertebrados aquáticos, macrófitas aquáticas, controle de sedimentos, recuperação de áreas degradadas, manutenção das vazões ecológicas, educação ambiental e comunicação social. Esses programas abrangeram as 13 usinas de geração próprias em operação.

e) Conservação da Flora

Como forma de subsidiar a proteger as espécies da fauna ameaçadas de extinção registradas no entorno da Usina Celso Ramos, a Companhia mantém um plano de ações prioritárias, de forma a garantir a manutenção e conservação das espécies nesses ambientes.

f) Recuperação de Ambientes Aquáticos

No ano de 2024, a Celesc G prosseguiu com as atividades de anuência junto ao órgão ambiental visando à recuperação dos ambientes aquáticos inseridos nos reservatórios das usinas Bracinho, Palmeiras, Celso Ramos, Ivo Silveira e Garcia. As atividades envolvem o levantamento e monitoramento da fauna e flora aquática associada, assim como na remoção do excesso de sedimentos para melhorias no substrato de fundo, complexidade dos ambientes, qualidade dos remansos, proteção dos barrancos e cobertura vegetal das margens desses locais.

g) Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho)

Após ser avaliada pela auditoria externa ABS Quality Evaluations, no ano de 2024, a Celesc G recebeu a manutenção dos certificados de conformidade com o Sistema de Gestão Integrada (SGI), composto pelos Sistemas de Gestão de Qualidade (ABNT NBR ISO 9001:2015), Ambiental (ABNT NBR ISO 14001:2015)

e Segurança e Saúde do Trabalho (ISO 45001:2018) para a Usina Hidrelétrica Garcia, situada no município de Angelina/SC e para o Centro de Operação da Geração (COG), na Administração Central em Florianópolis/SC. Essas certificações demonstram o seu comprometimento com a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Além da parte ambiental, a certificação do sistema de gestão ambiental contribui para a valorização da imagem da Companhia, demonstrando sua preocupação com a preservação ambiental, tema cada vez relevante.

Para os demais empreendimentos, o sistema está em estudo para ser desenvolvido ao longo dos próximos anos.

2.3. Dimensão Social

2.3.1. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia também está amparado em seu Planejamento Estratégico, sua Política de Responsabilidade Social e em seus diversos programas de Eficiência Energética (PEE), de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.

Em 2024, a Celesc D investiu R\$32,2 milhões em projetos do programa de Eficiência Energética, com destaque para os projetos que beneficiam famílias em condições de vulnerabilidade social e para os projetos responsáveis pela modernização e eficiência da iluminação pública de municípios catarinenses.

Em sua busca por inovações para enfrentar os desafios tecnológicos e de mercado no segmento de energia elétrica, o Programa PDI da Celesc D tem direcionado seus investimentos de maneira predominante para sua principal ênfase: a distribuição de energia elétrica. O desempenho dessa área é resultado de uma política voltada para o desenvolvimento de projetos que visam agregar valor aos negócios corporativos, concentrando-se na otimização operacional e na promoção desses projetos dentro da cadeia de inovação do setor elétrico.

A Celesc D investiu, ainda, cerca de R\$24,3 milhões em projetos inovadores relacionados aos temas de Mobilidade Elétrica, Robótica, Redes Inteligentes, Hidrogênio Verde, Smart Grid, Mercado de Energia, Segurança do Trabalho, Realidade Virtual, entre outros.

A Celesc G, por sua vez, investiu R\$1,17 milhão em um projeto relacionado ao Hidrogênio Verde intitulado "Gestão Energética de Microrredes Autônomas Baseadas em Sistemas de Produção e Armazenamento de Hidrogênio Verde", desenvolvido em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu-PTI. Nesse projeto, a Celesc D investiu, também, R\$2,3 milhões.

Ainda em 2024, foram contratados dois novos projetos de PDI para execução durante os próximos três anos compondo o "Plano Estratégico de Inovação-Portfólio P&D" da Celesc D, conforme novo regulamento de PDI da ANEEL.

A mobilidade elétrica continua em destaque na Celesc D, com a continuidade da terceira etapa do Projeto Eletropostos Celesc, em que serão investidos aproximadamente R\$5,8 milhões com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura de recargas de veículos elétricos no Estado de Santa Catarina, além de proporcionar o estudo e implantação de novos modelos de negócios para a empresa.

A Celesc se pauta pela integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, incorporando essa concepção no momento do planejamento e execução de planos e programas socioambientais, visando eliminar ou mitigar os possíveis impactos de seus empreendimentos e suas atividades.

No que tange as ações sociais, em 2024, as iniciativas da Celesc beneficiaram diretamente mais de 150 mil catarinenses por meio de diversas ações de responsabilidade social. Para a Celesc, essa atuação decorre da sua responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade. Assim, por meio de sua Política Socioambiental, a Celesc mostra seu compromisso com a população catarinense,

mobilizando-se pela comunidade e sustentabilidade local, com foco na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, contribuindo, dessa forma, para a redução das desigualdades sociais, a conservação do meio ambiente e o aprimoramento das condições de trabalho e renda.

Um dos destaques foi o Programa Celesc nas Escolas, que promove a cultura de segurança no ambiente escolar e incentiva o uso eficiente da energia elétrica, além de enfatizar a conscientização sobre práticas irregulares, como o furto de fios e cabos e as fraudes de energia. Atualmente, é o programa com maior número de ações desenvolvidas em todo o estado, foram mais de 120 palestras, atendendo mais de 7 mil crianças do Planalto Norte ao Sul, do Vale do Itajaí à Serra catarinense, do Litoral ao Oeste do Estado de Santa Catarina. Para aprimorar sua estrutura, em 2024 foi criada a função de "embaixador" em cada Agência Regional e na Administração Central, garantindo uma coordenação independente, porém, padronizada com as diretrizes do Programa em toda a área de concessão da Celesc.

A Celesc incentiva o voluntariado por meio do Programa Celesc Voluntária, permitindo que os empregados desenvolvam ações em suas áreas de afinidade, seja no apoio a atividades educacionais, capacitação profissional, produção ou revitalização de espaços públicos. Um grande exemplo foi no município de Itajaí, onde em conjunto com voluntários de outras empresas, foram retiradas mais de 13 toneladas de resíduos do rio Itajaí e das margens para também retirar possíveis focos do mosquito da dengue.

Outra iniciativa relevante é o Programa Celesc Solidária, que organiza campanhas de arrecadação de donativos entre os empregados para atender instituições sociais. Um grande destaque do ano foi o apoio à reconstrução de cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Por meio de seis caminhões, foram entregues 42 toneladas de donativos arrecadados entre os colaboradores. Em parceria com a Defesa Civil de Santa Catarina, a ação destinou alimentos, água, roupas, produtos de higiene, cobertores, materiais de limpeza e ração para os municípios de Lajeado, Charqueadas e Eldorado do Sul.

O Natal Solidário, tradição corporativa há 19 anos, também teve um impacto significativo. Nesta edição, mais de 3.100 crianças, adolescentes e idosos, foram presenteados com brinquedos, roupas ou kits escolares. Além disso, 165 cestas básicas foram distribuídas em comunidades e 500 quilos de alimentos não perecíveis foram encaminhados para associações assistenciais.

O compromisso com a diversidade e a inclusão é fortalecido pelo Programa Celesc Diversidade e Inclusão, que define diretrizes e critérios para a gestão de pessoas, assegurando igualdade de oportunidades e promovendo a diversidade nos cargos de liderança. Como parte desse esforço, a Companhia disponibiliza para todos os empregados, em sua plataforma de cursos online, o curso Treinamento Prático em Diversidade e Inclusão e Desatando Nós e Mitos sobre a Violência Contra as Mulheres, que contribui para a ampliação do conhecimento e a sensibilização sobre o tema.

Na área cultural, o Grupo Celesc fomenta a arte e o esporte por meio do Programa de Incentivo Fiscal, incentivando projetos culturais, esportivos e de saúde. Em 2024, foram apoiados 29 projetos de música, literatura e esporte. Somando-se aos patrocínios esportivos, a Empresa destinou R\$5,5 milhões em incentivos fiscais. Além disso, foram repassados R\$1,2 milhão para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e para o Fundo do Idoso (FEI), garantindo a continuidade de suas atividades assistenciais. No total, os investimentos sociais somaram mais de R\$6,7 milhões no ano.

A Celesc reafirma seu compromisso com a responsabilidade social por meio de diversas iniciativas, com destaque para o Programa Jovem Aprendiz, que atua desde 2009 e prioriza jovens em situação de vulnerabilidade. Em maio de 2024, uma nova turma foi recebida para o Ciclo de Aprendizagem 2024-2026, totalizando 169 jovens e adolescentes contratados em todo o estado, um percentual de 7% da Lei de Aprendizagem de contratações frente ao seu quadro funcional. Reforçamos nossa parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial, promovendo a inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho.

Destacamos também a parceria estabelecida entre a Celesc, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e o Programa Novos Caminhos, que trouxe uma transformação significativa para a vida de 54 jovens em situação de acolhimento, sob a tutela do Estado. Em 2024, a Celesc atingiu uma taxa de 32% de contratação de aprendizes em relação ao seu total de jovens contratados no programa.

Além da experiência profissional, os jovens recebem oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional por meio de cursos e capacitações voltadas ao mercado de trabalho. Ao proporcionar o

primeiro emprego, a Celesc assume o compromisso de criar condições para o desenvolvimento dos jovens, preparando-os para o mercado e ressaltando a importância tanto dos fatores comportamentais quanto da inserção no ambiente corporativo como experiência essencial para o início de uma carreira sólida. Como parte desse compromisso social, a Celesc realizou um encontro com instituições de acolhimento e apoio a crianças e jovens, reunindo representantes de diversas casas de acolhimento que oferecem acompanhamento pedagógico, psicológico, assistencial e esportivo no contraturno escolar.

Por fim, o projeto "Cores da Esperança", que faz parte do Programa Celesc Solidária, levou arte e cor a hospitais catarinenses. Com ilustrações cedidas gratuitamente pelo renomado artista Luciano Martins, a iniciativa transformou ambientes hospitalares infantis em espaços mais humanizados. Em 2024, foram concluídos os trabalhos no Centro Catarinense de Reabilitação em Florianópolis, Hospital Infantil Seara do Bem em Lages, Hospital Regional de São Miguel do Oeste e Hospital Universitário Santa Terezinha em Joaçaba.

Executado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados ao Programa Celesc +Energia, a Celesc D investiu mais de R\$5,9 milhões no Ciclo 2024-2026 do projeto. No início de setembro, a Celesc firmou parceria com a Escola de Extensão da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) – vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) -, com um projeto para propiciar formação cidadã dos jovens em diferentes áreas temáticas de forma totalmente gratuita. Com encerramento no início de outubro, a parceria viabilizou o desenvolvimento de uma série de novas habilidades por meio de oficinas com caráter teórico-prático ministradas por professores do Programa de Extensão ESAG. Nesse programa, são parceiros importantes o Ministério Público de Santa Catarina – MPSC, a Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, por meio do Programa Novos Caminhos, e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC.

2.3.2. Compromisso com os Empregados

Promover a segurança e ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os principais valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Dentre tais programas, destacam-se: o compromisso com o desenvolvimento e motivação de pessoas; promoção da inclusão e valorização da diversidade; fomento de um ambiente meritocrático e de uma cultura da segurança no trabalho, saúde e bem-estar.

As diretrizes e decisões tomadas visam a construção de um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam satisfeitas e comprometidas com a entrega de resultados. A ferramenta utilizada para monitorar e buscar melhorias neste âmbito é a Pesquisa de Clima por Pulsos. Por meio desse mecanismo, os gestores têm acesso às informações contínuas e relevantes sobre suas equipes, como por exemplo: sentimento em relação a sua liderança, *feedback* e reconhecimento e saúde e bem-estar. Nessa pesquisa, o clima é avaliado com base em um total de 12 aspectos: além dos já mencionados, ainda são acompanhados o alinhamento com a empresa, desenvolvimento profissional, justiça, embaixadorismo, felicidade, carreira, estrutura, inovação e relacionamento interpessoal. Ainda acerca do clima organizacional, cabe ressaltar a excelente pontuação atingida pela Celesc nos quesitos embaixadorismo e alinhamento com a empresa, que demonstra o quão orgulhosos e engajados os empregados se sentem pelo seu trabalho e pela imagem da empresa.

Destacam-se práticas como o processo de seleção de gestores e a atuação da área de *Business Partner*, consultoria interna de gestão de pessoas, focada em desenvolver as lideranças para alinhar as estratégias da Companhia, as atividades e promover ações de qualidade de vida no trabalho. A atuação das consultoras internas conta com reuniões 1:1 com líderes, além de planejamento das atividades e da proposição e desenvolvimento de eventos para melhoria do desempenho, produtividade e melhoria do clima organizacional.

Outro item que merece ser mencionado é o compartilhamento de informações na Companhia, que é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (CELNET), todo empregado também tem acesso às instruções normativas, notícias relevantes e diretrizes da empresa.

O Portal do Empregado é mais um canal de interação que traz aos empregados informações relevantes sobre sua carreira e benefícios. Ademais, o Portal da Gestão é outra conquista que tem por intuito

conectar os gestores, concentrando orientações importantes sobre liderança, *feedback* e ferramentas importantes para o dia a dia dos gerentes. Assim, a transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre disseminar conhecimento e boas práticas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, as quais formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área, que são contratos firmados junto à Diretoria Executiva para o alcance de resultados. Outro destaque é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês, contando sempre com equipes multidisciplinares.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é um compromisso prioritário, que deve ser mantido nas relações e está documentado no Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos e obrigatórios a todos os empregados.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. Pensando nisso, as licenças especiais como a extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã e outras vantagens como, por exemplo, auxílio-creche e babá, auxílio-pós-graduação, auxílio-estudante, vale-alimentação, participação nos lucros e resultados, adiantamento da primeira parcela do 13º salário, acompanhamento nutricional, flexibilidade de horário de trabalho. Há também concessão de plano de previdência privada, plano de saúde médica e odontológico.

A busca pela valorização do potencial de seus empregados se materializa também por meio das ações de desenvolvimento humano. Os processos organizacionais, que agregam valor aos consumidores, são sustentados pela competência e comprometimento dos empregados da Companhia. Dessa forma, a geração de valor à população é uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal normativa é gerenciada e aprimorada anualmente por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política.

Dessa forma, a formação de novos eletricitistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e nossa vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver os líderes da Companhia. Dentro do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e emergente das Competências Essenciais, foi desenvolvido o Jeito de Liderar Celesc. A partir de 2024, o programa foi transformado em curso online, disponível a todos os gerentes na plataforma de capacitações da Celesc, ampliando o alcance do programa. Essa iniciativa visa capacitar os líderes da Celesc a enfrentarem os desafios do ambiente empresarial atual, promovendo uma liderança mais eficaz e inspiradora, tendo a oportunidade de aprimorar as seguintes competências: Liderança na atualidade, Propósito Individual, Comunicação, *Feedback*, Gestão de Conflitos, Equilíbrio e Agilidade Emocional, Gestão do tempo e Delegação.

Foi desenvolvido, também em 2024, o Programa de Desenvolvimento Gerencial Feminino, em parceria com a Academia FIESC. Em dois dias de desenvolvimento, foram trabalhados temas como diversidade e inclusão, autoconhecimento, segurança psicológica para gestão de alta performance, gestão do tempo, comunicação assertiva e negociação, e liderança adaptativa.

Buscando construir uma empresa inovadora, em linha com o plano diretor, diversas ações foram desenvolvidas em 2024. Dezesesse Comissões de Inovação da Celesc desempenharam um papel crucial, ao estimular a cultura interna de inovação. Um dos principais focos foi motivar os empregados a se envolverem ativamente em iniciativas inovadoras. A busca pelo desenvolvimento e compartilhamento de experiências com outras entidades e empresas inovadoras foi realizada especialmente através da conexão com o ecossistema de inovação local. Isso incluiu patrocínios em eventos como Empreende SC em Criciúma, Fersul em Rio do Sul, Reuni Challenge em Lages, ExpoInovação em Joinville e HJ24 em

Concórdia. Além disso, 55 Diálogos de Inovação foram realizados, procurando disseminar a cultura da inovação em todas as áreas.

A participação de 2500 funcionários nas agências regionais no curso de Inovação – Copilot - foi resultado da atuação das comissões, cujo tema foi o uso de ferramentas de Inteligência Artificial no dia a dia dos empregados. Além disso, visando incentivar a criação e implantação de ideias inovadoras, foram realizadas 218 implementações de melhorias com ferramentas de automação, como Power BI e Copilot da Microsoft. Também foram implementadas 35 ideias inovadoras em diversas áreas das regionais, incluindo comercial, técnica e administrativa. Essas ações demonstram o compromisso da Celesc em criar um ambiente propício à inovação, promovendo a participação ativa dos colaboradores e fortalecendo a conexão com o ecossistema regional de inovação.

2.3.3. Força de Trabalho, Saúde e Segurança

A Celesc possui como estratégia empresarial o compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho e a minimização dos riscos ocupacionais, visando estabelecer um ambiente seguro e saudável para o trabalhador, fortalecer a integração da Cultura de Segurança, Saúde e Bem-Estar, este compromisso está presente no Plano Diretor Celesc (2025-2035).

Política de Segurança e Saúde do Trabalho

A Política de Segurança e Saúde da Celesc normatiza que a prática da segurança e saúde no trabalho será considerada inerente a quaisquer serviços executados, onde todo o trabalho deverá ser resguardado pelas indispensáveis medidas de prevenção, tendo em vista a eliminação ou controle dos riscos e destacando que “nem a urgência, nem a importância, nem a alegada indisponibilidade de meios ou recursos, nem quaisquer outras razões podem ser invocadas para justificar a falta de segurança.”

A Política de Segurança e Saúde abrange também as empresas contratadas, ressaltando a necessidade do cumprimento dos requisitos contratuais e legais de saúde e segurança estabelecidos em seus contratos, cabendo a estas assegurar o amplo acesso aos seus serviços para efeito do pleno exercício da fiscalização especializada.

Programa Celesc Segura

O Programa Celesc Segura abrange um conjunto de ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças, sendo coordenado por uma comissão que tem como objetivo planejar, implantar e acompanhar o andamento das ações, se destacando dentre estas o Diagnóstico de Segurança que é composto pela aplicação de avaliações de segurança visando verificar o atendimento a critérios pré-definidos, o Plano de Segurança que utiliza o que foi levantado no Diagnóstico para o planejamento de novas medidas que irão compor o Plano de Trabalho Anual (PTA).

Como resultado do Plano de Trabalho Anual em 2024 destacam-se a realização de mais de 4.500 Observações Comportamentais de Segurança (OC), com foco em equipes que atuam no Sistema Elétrico de Potência - SEP, além da realização de mais de 6 mil Diálogos de Segurança – DDS com mais de 51 mil registros de presença, inserindo desta forma o tema segurança do trabalho na rotina dos empregados. Somadas a outras ações desenvolvidas no ano, chegamos a mais de 11 mil ações registradas junto ao Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar.

Projeto de Transformação Cultural em Segurança do Trabalho

O Projeto de Transformação Cultural é fundamentado em cinco pilares principais, provenientes das melhores práticas de mercado: Governança, Liderança Eficaz, Ferramentas de Prevenção, Administração de Riscos Críticos e Gestão de Contratadas.

No ano de 2024, o projeto se concentrou em uma força-tarefa implantada em 4 Agências Regionais, com apoio em campo de consultores especializados e de profissionais de segurança da Celesc D. As ações contemplaram acompanhamento mensal de observações comportamentais pelos gerentes de todos os níveis nestas Agências, de forma a criar uma rotina de identificação de desvios, correções e conscientização dos trabalhadores com o objetivo de implantar a cultura de prevenção de forma efetiva.

Os comitês de segurança em Diretorias Técnicas e Agências Regionais seguiram em funcionamento, tendo como objetivo o envolvimento das altas lideranças da Companhia frente à prevenção, por meio de discussão de temas relevantes e deliberação de ações. Ao longo do ano foram mais de 1800 registros de presença nos 21 comitês ativos da Celesc e mais de 400 líderes treinados.

Programas de Saúde e Bem-Estar

Alinhada aos seus valores, a Celesc desenvolve uma série de programas e ações com foco na promoção, prevenção e assistência em saúde, caracterização dos condicionantes de saúde e perfil epidemiológico e trabalho interdisciplinar, tais como: Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção e Tratamento das Dependências Químicas (ReAja), Programa Nutricional (Nutricelesc), Programa Vivendo e Valorizando a Aposentadoria (VIVA), Ginástica Laboral, Program de Incentivo à Prática Esportiva que disponibiliza apoio financeiro e liberação do registro de frequência para a participação de empregados em eventos esportivos de competição, Portal (Intranet) da Saúde e Bem, Campanha de vacinação contra a gripe oferecida anualmente aos empregados, jovens aprendizes e estagiários, Campanhas dos meses coloridos, Estudo dos afastamentos por motivo de doença, Estudo das condições de trabalho e saúde dos atendentes comerciais.

Além dos programas e ações específicas, a Celesc também oferece atendimentos sociais e psicológicos aos empregados, realizados por assistentes sociais e psicólogo, por meio de escuta qualificada, acolhimento, orientações e encaminhamentos. A referida atenção pode estar relacionada a diversas motivações como a desadaptação ao trabalho, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldades sociofamiliares, problemas de saúde física e mental, solicitação de orientações ou benefícios.

Ações específicas de Segurança, Saúde e Bem-Estar

Além dos Programas já citados acima, a Celesc promove anualmente uma série de ações voltadas para promoção da Segurança, Saúde e Bem-Estar no trabalho, dentre elas a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) Integrada, Eventos e Campanhas de Saúde e Segurança do Trabalho, Seminário de Segurança no Trabalho, Regras que Salvam Vidas, Promoção do "Círculo da Segurança": processo que indica o passo a passo do Trabalho Seguro no SEP nos serviços desenergizados. A ferramenta busca proporcionar ao empregado a realização do trabalho de forma segura e padronizada.

Considerando os aspectos legais ligados ao atendimento das Normas Regulamentadoras (NRs), as temáticas de Saúde e Segurança do Trabalho permeiam todos os setores, pessoas e processos organizacionais da Companhia. Cita-se como exemplo as atividades específicas de segurança (inspeções, formulação e monitoramento de indicadores de segurança, análise de acidentes e desvios de segurança, gestão das CIPAs, emissão de laudos, especificação de Equipamentos de Proteção, atendimento à legislação e treinamentos), de saúde (exames ocupacionais, atendimento, gestão de afastamentos) e bem-estar (programas e atendimento psicossocial).

Neste contexto, várias medidas de controle tentam mitigar esses riscos por meio de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Treinamentos realizados com equipes próprias e terceirizadas;
- Desenvolvimento de adequadas técnicas de trabalho;
- Procedimentos de segurança específicos e dedicados;
- Normativas internas que disciplinam processos e procedimentos;
- Análise e seleção de EPIs e EPCs destinados aos colaboradores;
- Exigências contratuais junto aos seus prestadores de serviços;
- Monitoramento de indicadores de segurança junto à força de trabalho;
- Análise crítica de eventos, tratamento e validação de ações pelos Comitês de segurança;
- Fiscalização permanente das equipes em campo;
- Promoção de ações de conscientização da força de trabalho para o tema Segurança.

Somadas a essas atividades está a atuação frente às empresas contratadas, sob as quais a Companhia possui responsabilidade solidária e tem como principal ferramenta, além da análise e controle dos documentos legais, o acompanhamento por meio de inspeções de segurança.

No ano de 2024, foram desenvolvidos os treinamentos de reciclagem de eletricitistas, NR 33, NR 35 para Subestações e Linhas de Distribuição, NR 35 específico para trabalho em torres de telecomunicações, reciclagem na operação com guindastes e na operação de motosserra. Os treinamentos atingiram mais de 500 profissionais. Somados aos demais treinamentos proporcionados pela Celesc, foram investidos cerca de R\$4,3 milhões em capacitação. Além disso, a Celesc inaugurou em 2024 o novo Centro de Treinamento que promete ser um marco na capacitação dos seus empregados. Com investimento total aproximado de R\$5,0 milhões, a estrutura moderna visa atender a uma crescente demanda por qualificação técnica, com foco em segurança e atualização tecnológica.

O novo Centro de Treinamento possui uma área de aproximadamente 1.200 m² conta com uma infraestrutura de ponta, composta por salas de aula, salas de informática, auditório, laboratórios de última geração, além de espaços para reuniões e *coworking*. Um dos maiores diferenciais do novo centro será a primeira sala de aula do Brasil dedicada a um estúdio de realidade virtual, que simula as atividades reais de eletricitistas, técnicos e engenheiros. Esse ambiente virtual permite que os empregados se preparem para os treinamentos em ambientes energizados de forma segura.

2.3.4. Balanço Social Consolidado

1 - BASE DE CÁLCULO	2024			2023		
	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
- Receita Líquida (RL)	10.658.858			10.411.434		
- Resultado Operacional (RO)	1.219.791			1.360.916		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	896.286			868.296		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	82.156	9,17	0,77	72.489	8,35	0,70
- Encargos Sociais Compulsórios	182.900	20,41	1,72	150.362	17,32	1,44
- Previdência Privada	34.467	3,85	0,32	32.100	3,70	0,31
- Saúde	112.018	12,50	1,05	91.891	10,58	0,88
- Segurança e saúde no trabalho	1.914	0,21	0,02	7.773	0,90	0,07
- Educação	746	0,08	0,01	771	0,09	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	-	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	3.868	0,43	0,04	4.050	0,47	0,04
- Creches ou Auxílio-creche	4.388	0,49	0,04	3.733	0,43	0,04
- Participação nos Lucros ou Resultados	41.862	4,67	0,39	44.397	5,11	0,43
- Outros	10.620	1,18	0,10	10.534	1,21	0,10
Total - Indicadores Sociais Internos	474.940	52,99	4,46	418.100	48,15	4,02
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	3.006	0,25	0,03	3.773	0,28	0,04
- Cultura	4.313	0,35	0,04	23.431	1,72	0,23
- Saúde e Saneamento	0	0,00	0,00	6	0,00	0,00
- Esporte	1.230	0,10	0,01	559	0,04	0,01
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	1.230	0,10	0,01	667	0,05	0,01
Total das Contribuições p/ a Sociedade	9.779	0,80	0,09	28.436	2,09	0,27
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	2.946.524	241,56	27,64	2.681.686	197	26
Total - Indicadores Sociais Externos	2.956.303	242,36	27,74	2.710.122	199,14	26,03
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	91.491	7,50	0,86	36.411	2,68	0,35
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	32.021	2,63	0,30	27.761	2,04	0,27
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	123.512	10,13	1,16	64.172	4,72	0,62
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75 %		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75 %		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75 %	
	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.766			3.798		
- Nº de admissões durante o período	102			24		
- Nº de empregados(as) terceirizados	3.803			3.811		
- Nº de estagiários(as)	199			215		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.204			1.138		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	898			907		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	29,46			27,00		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	89			93		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,06			2,00		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	117			115		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2024			Metas 2025		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
	2024			2023		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	35			32		
- Número total de acidentes de trabalho	116			118		
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	276.591	243	5.108	671.752	154	5.305
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	39%	55%	3%	99,50%	59,10%	-
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2024: 7.793.546			Em 2023: 7.174.472		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	70,03% governo	11,39% colaboradores		69,83% governo	10,99% colaboradores	
	9,49% terceiros	2,97% acionistas	6,22% retido	11,42% terceiros	3,20% acionistas	4,56% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.8789.892/0001-55 UF: SC	Coordenação: Regiane Marlene Dias - Fone: (48) 3231-5521 E-mail: regianemd@celesc.com.br					
Sector Econômico: Holding de Capital Aberto	Contadora: Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriarm@celesc.com.br CRC/SC - 024.797/O-0					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Distribuição

3.1.1. Expansão do Sistema

O sistema elétrico sob responsabilidade da Celesc D possui aproximadamente 180 subestações, 345 transformadores de potência, mais de 220 mil transformadores de distribuição, 155 mil km de redes de média tensão e 5,7 mil km de redes de alta tensão. Em 2024, a demanda máxima registrada no sistema foi de 6.132,12 MW. Nesse ano, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras, de portes variados, em aproximadamente 20 subestações (SEs), sendo três subestações novas concluídas, sete subestações com ampliação de capacidade e melhorias de médio porte do tipo instalação de reatores e entradas de linhas em outras subestações.

Entre os destaques no ano está a conclusão da construção das novas subestações (SE) em Guaramirim (SE Guaramirim Loteamento Industrial), Santo Amaro da Imperatriz (SE Santo Amaro da Imperatriz Vila Becker) e Imbituba (SE Imbituba Araçatuba). Além disso, também foram ampliadas as SEs de Pomerode (SE Pomerode), Taió (SE Taió), São Cristóvão do Sul (SE São Cristóvão do Sul), Otacílio Costa (SE Otacílio Costa), Brusque (SE Brusque Rio Branco), Luiz Alves (SE Luiz Alves) e Florianópolis (SE Florianópolis Ilha Sul), todas com impacto significativo no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores.

Em 2024, foram substituídos mais de 502 quilômetros de redes rurais monofásicas para trifásicas e instalados mais de 521 quilômetros de rede compacta. Foram realizadas 82 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 11,3 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 153 novos religadores monofásicos e 157 religadores trifásicos para automação da rede, bem como 50 reguladores de tensão e 9 bancos capacitores visando a melhoria da tensão e redução de perdas no sistema elétrico. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R\$18,76 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

Foram concluídas cinco linhas de distribuição da Celesc D em 138.000 e 69.000 Volts. São elas: LD 69 kV FORQUILHINHA RB – TURVO CIRCUITO 3, LD 138 kV PALHOÇA CAMINHO NOVO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ VILA BECKER, LD 138 kV VIDEIRA REDE BÁSICA - VIDEIRA (2º CIRCUITO), LD 138 kV VARGEÃO LINHA SÃO PASCOAL – BRAGAGNOLO e LD 138 kV BIGUAÇU REDE BÁSICA - TIJUCAS (2º CIRCUITO).

3.1.2. Indicadores de Resiliência da Rede

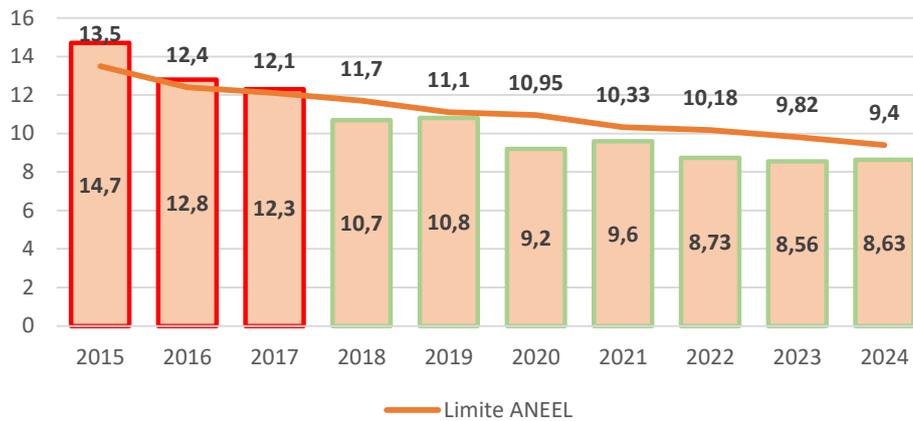
3.1.2.1. DEC e FEC

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 8,63 horas no ano de 2024, o que equivale a 91,81% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No ano, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 5,73 interrupções, o que representou 78,60% do limite regulatório estabelecido.

Em relação aos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora (DEC_i), e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno (FEC_i) são representados pelos mesmos valores e metas do DEC e FEC.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos dez anos:

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (horas ponderadas)



FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (horas ponderadas)



3.1.3. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão da Celesc D atingiu 29.317 GWh em 2024, um crescimento de 5,3% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). O desempenho foi impactado principalmente pelas classes residencial e comercial, com crescimento no comparativo anual de 9,6% e 5,6%, respectivamente.

O número de unidades consumidoras atendidas pela Celesc D foi de 3.465.509 em dezembro de 2024, representando aumento de 2,1% em relação ao mês de dezembro do ano anterior. A contínua migração de consumidores para o mercado livre levou ao consumo registrado de 16.230 GWh no mercado cativo, montante que representou um crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)		
	dez/24	dez/23	Δ	2024	2023	Δ
Mercado Cativo	3.461.920	3.390.042	2,12%	16.230	15.989	1,51%
Residencial	2.745.937	2.680.287	2,45%	7.788	7.099	9,71%
Industrial	140.885	136.985	2,85%	1.909	2.081	-8,27%
Comercial	323.887	317.251	2,09%	3.265	3.282	-0,52%
Rural	218.737	222.865	-1,85%	968	1.000	-3,20%
Demais Classes *	32.474	32.654	-0,72%	2.300	2.527	-8,98%
Poder Público	26.923	27.101	-0,66%	508	474	7,17%
Iluminação Pública	1.303	1.245	4,66%	578	589	-1,87%
Serviço Público	4.248	4.308	-2,69%	315	312	0,96%
Suprimento de Energia	10	5	100,00%	899	1.152	-21,96%
Consumidores Livres *	3.190	2.123	49,41%	13.241	11.963	10,68%
Industrial	1.630	1.039	56,88%	9.669	9.055	6,78%
Comercial	1.466	1.024	43,16%	1.866	1.580	18,10%
Rural	20	12	66,67%	55	43	27,91%
Suprimento	56	48	16,67%	151	120	25,83%
Serviço Público	74	48	54,17%	1.500	1.165	28,76%
Mercado Total *	3.465.110	3.392.165	2,15%	29.487	27.967	5,43%
Residencial	2.745.937	2.680.287	2,45%	7.788	7.099	9,71%
Industrial	142.515	138.024	3,25%	11.578	11.136	3,97%
Comercial	325.353	318.275	2,22%	5.131	4.862	5,53%
Rural	218.757	222.877	-1,85%	1.023	1.043	-1,92%
Demais Classes	32.548	32.702	-0,70%	1.552	1.495	3,81%
Suprimento	66	53	58,49%	2.399	2.317	3,54%
Consumo Próprio	333	457	-27,13%	16	15	6,67%

* Excluindo suprimento e consumo próprio.

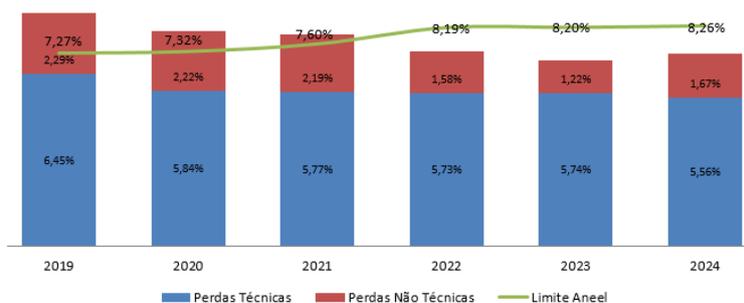
3.1.4. Perdas na Distribuição

As perdas de energia correspondem às perdas totais, englobando as perdas técnicas, que são o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia compreendido entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nessa parcela de perdas não técnicas, são considerados, portanto: os furtos de energia, defeitos em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, dentre outros.

O acompanhamento das perdas de energia é realizado por meio do índice percentual que calcula a razão entre as perdas faturadas e a energia injetada (medida) no acumulado de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentam-se a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária nos últimos anos.

Ao final do ano de 2024, o Índice Consolidado de Perdas Regulatórias sobre a Energia Injetada foi de 8,26%. Já as Perdas Totais efetivas da Companhia registraram percentual de 7,23%, sendo 5,56% de perdas técnicas e 1,67% de perdas não técnicas, abaixo, portanto, do limite regulatório.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.

Perdas na Distribuição (%) - Energia Injetada


3.1.5. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (perdas técnicas e não técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos cinco anos:

Energia Requerida - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Mercado Atendido	25.139	26.886	27.183	27.952	29.471
Venda de Energia	16.050	16.488	15.925	15.989	16.230
- Fornecimento	14.116	14.438	14.484	14.837	15.331
- Suprimento p/ agentes de distribuição	1.934	2.050	1.441	1.152	899
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.089	10.398	11.258	11.963	13.241
Perdas na Rede Básica	433	406	381	348	319
Perdas na Distribuição	2.237	2.336	2.161	2.119	2.312
Perdas Técnicas	1.620	1.694	1.695	1.749	1.778
Perdas não Técnicas - PNT	617	642	467	370	535
PNT / Energia Requerida %	2,45%	2,39%	1,72%	1,32%	1,81%
Perdas Totais - PT	2.670	2.742	2.542	2.467	2.631
PT / Energia Requerida %	10,61%	10,20%	9,36%	8,83%	8,93%
Total	27.809	29.628	29.725	30.419	32.102

3.1.6. Mercado de Energia Elétrica

Em 2024, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 5% maior que a registrada no ano anterior. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico. O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2024	2023	Δ
Carga Brasil (GWh)*	702.683	666.940	5,7%
Carga Sul (GWh)	120.336	114.281	5,3%
Carga Celesc D (GWh)**	31.960	30.452	5,0%

**Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

3.1.7. Atendimento ao Cliente

Em 2024, a Celesc D concentrou seus esforços em aprimorar a experiência dos clientes nos canais digitais, com foco na otimização dos processos de atendimento.

Um dos principais marcos do ano foi a transição para o sistema comercial *SAP S/4 Hana Utilities*, uma plataforma integrada e moderna que reúne gestão comercial, Agência Web e outros canais de atendimento. Esta é a maior transformação do tipo já realizada por uma distribuidora de energia na América Latina, a fim de melhorar o relacionamento com os mais de 3,5 milhões de clientes, ampliar os serviços digitais e proporcionar maior eficiência aos colaboradores da Celesc que atendem presencialmente.

Para esse trabalho foram desenvolvidas mais de 1000 aplicações e 20 integrações com outros Sistemas da Celesc, além da migração de todas as informações e serviços do sistema antigo para a nova

plataforma, que é o que de há de mais moderno no mundo no que se refere à gestão comercial no setor elétrico. Um esforço que envolveu a dedicação integral de 250 profissionais: 150 empregados da Celesc, de praticamente todas as áreas da Companhia, e 100 de consultoria multinacional especializada contratada.

Entre as melhorias já disponíveis com esta migração, destaque para o pagamento da fatura via PIX, o acesso a 25 serviços pelo novo aplicativo (já baixado por mais de 1 milhão de clientes) e a diferentes unidades consumidoras, de mesma titularidade, pelo mesmo login, em uma plataforma mais fácil e amigável. Até o momento, mais de 5,4 milhões de pagamentos foram realizados via PIX; 10 milhões de segundas vias da fatura de energia foram solicitadas nos canais digitais, pelo aplicativo Celesc, pelo WhatsApp ou pela nova Agência Web — onde é possível acessar todos os serviços da Companhia aonde quer que o cliente esteja —, que registra 38 milhões de acessos desde maio de 2024, sendo 4,3 milhões somente em fevereiro de 2025. Em um projeto desta magnitude e pioneirismo, muitos desafios mapeados já foram superados e as equipes continuam mobilizadas para corrigir qualquer situação, a medida em que surgem.

De forma paralela, a Celesc D iniciou a instalação de 104 novos Totens de Autoatendimento nas principais lojas do estado de Santa Catarina e em alguns órgãos públicos, por meio de parcerias. A iniciativa facilita o acesso e dá mais comodidade aos clientes, que podem acessar os serviços da Empresa enquanto realizam outras atividades em locais com grande circulação de pessoas, mesmo que não estejam conectados à Internet.

No atendimento presencial, a contratação de 35 Atendentes Comerciais, com atuação em 13 Agências Regionais foi um reforço à assistência de quem ainda procura as lojas da Celesc. Os profissionais passaram por um intenso treinamento de 120 horas na Administração Central da Companhia, que abordou aspectos teóricos e práticos, para garantir a manutenção da qualidade também a quem busca a Celesc de forma presencial.

3.1.8. Gestão da Inadimplência

O indicador de inadimplência reflete a parcela da receita faturada que não foi recebida em um determinado período. Seu cálculo é realizado por meio da relação entre o montante de inadimplência apurado no período e a Receita Operacional Bruta acumulada referente ao fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização de rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

Em dezembro de 2024, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentra a maior parte das ações de cobrança), teve uma diminuição de 3,67 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,21 pontos percentuais, passando de 1,14% para 1,35%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra um aumento de 0,09 pontos percentuais, aproximadamente 2,11% da Receita Operacional Bruta.

Em maio de 2024, a Celesc realizou uma atualização significativa em seu sistema de faturamento e cobrança, substituindo o sistema comercial anterior com o objetivo de aprimorar a eficiência e a precisão das operações. Contudo, como é comum em transições tecnológicas de grande porte, surgiram instabilidades e variações que afetaram diversos processos. Em decorrência disso, as ações de combate à inadimplência foram suspensas, a partir de abril de 2024.

A tabela a seguir demonstra a inadimplência da Celesc D:

Inadimplência até 90 dias											
Classes	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		Variação 3T24
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	163.481	4,93%	234.452	6,15%	276.873	7,92%	289.907	9,29%	268.851	7,67%	-1,62 p.p
Industrial	30.089	0,91%	35.454	0,93%	37.983	1,09%	52.200	1,67%	55.467	1,58%	-0,09 p.p
Comercial	48.897	1,47%	66.453	1,74%	99.691	2,85%	95.331	3,05%	93.584	2,67%	-0,38 p.p
Rural	16.098	0,49%	19.183	0,50%	24.295	0,70%	25.292	0,81%	27.842	0,79%	-0,02 p.p
Poder Público	5.218	0,16%	2.577	0,07%	25.045	0,72%	30.085	0,96%	23.840	0,68%	-0,28 p.p
Iluminação Pública	24	0,00%	18	0,00%	19.477	0,56%	34.362	1,10%	9.155	0,26%	-0,84 p.p
Serviço Público	92	0,00%	44	0,00%	16.423	0,47%	13.142	0,42%	21.415	0,61%	+0,19 p.p
Suprimentos	261	0,01%	29	0,00%	3.944	0,11%	85	0,00%	2.867	0,08%	+0,08 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	2.425	0,07%	3.437	0,09%	25.896	0,74%	28.833	0,92%	13.786	0,39%	-0,53 p.p
Diversos Créditos	8.788	0,26%	10.934	0,29%	11.243	0,32%	13.462	0,43%	10.984	0,31%	-0,12 p.p
Serviço Taxado	974	0,03%	1.009	0,03%	941	0,03%	138	0,00%	147	0,00%	0,00 p.p
Participação Financeira	1.090	0,03%	4.465	0,12%	3.223	0,09%	5.164	0,17%	3.644	0,10%	-0,07 p.p
Total	277.436	8,37%	378.056	9,92%	545.035	15,60%	588.001	18,84%	531.583	15,17%	-3,67 p.p
ROB Acumulada do 1º ao 3º mês em R\$ Mil	3.316.457		3.811.825		3.493.968		3.121.175		3.504.522		

Inadimplência acima de 90 dias											
Classes	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		Variação 3T24
	R\$ Mil	% ROB									
Residencial	240.776	0,42%	244.518	0,42%	267.445	0,45%	333.352	0,56%	394.759	0,65%	+0,09 p.p
Industrial	78.757	0,14%	80.992	0,14%	83.613	0,14%	91.813	0,15%	105.149	0,17%	+0,02 p.p
Comercial	123.793	0,21%	126.623	0,22%	134.462	0,23%	170.521	0,28%	189.433	0,31%	+0,03 p.p
Rural	12.861	0,02%	12.935	0,02%	14.588	0,02%	20.127	0,03%	25.641	0,04%	+0,01 p.p
Poder Público	1.386	0,00%	5.406	0,01%	447	0,00%	8.926	0,01%	23.654	0,04%	+0,03 p.p
Iluminação Pública	284	0,00%	106	0,00%	5	0,00%	4.179	0,01%	8.681	0,01%	0,00 p.p
Serviço Público	19	0,00%	21	0,00%	29	0,00%	2.497	0,00%	11.465	0,02%	+0,02 p.p
Suprimentos	35	0,00%	35	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.185	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.577	0,00%	1.600	0,00%	1.942	0,00%	11.247	0,02%	9.542	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	25.783	0,04%	24.503	0,04%	26.109	0,04%	31.371	0,05%	33.255	0,06%	+0,01 p.p
Serviço Taxado	4.171	0,01%	4.255	0,01%	4.389	0,01%	4.733	0,01%	4.418	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	2.633	0,00%	2.825	0,00%	3.523	0,01%	6.210	0,01%	8.784	0,01%	0,00 p.p
Total	492.075	0,85%	503.820	0,87%	536.551	0,91%	684.976	1,14%	815.967	1,35%	+0,21 p.p
ROB Acumulada do 4º mês ao 6º mês em R\$ Mil	57.684.549		57.827.057		58.970.799		59.873.560		60.320.677		

Inadimplência Total											
Classes	4T23		1T24		2T24		3T24		4T24		Variação 3T24
	R\$ Mil	% ROB									
Residencial	404.257	0,66%	478.970	0,78%	544.318	0,87%	623.259	0,99%	663.610	1,04%	+0,05 p.p
Industrial	108.846	0,18%	116.447	0,19%	121.596	0,20%	144.013	0,23%	160.616	0,25%	+0,02 p.p
Comercial	172.690	0,28%	193.076	0,31%	234.153	0,38%	265.852	0,42%	283.016	0,44%	+0,02 p.p
Rural	28.959	0,05%	32.118	0,05%	38.883	0,06%	45.420	0,07%	53.483	0,08%	+0,01 p.p
Poder Público	6.604	0,01%	7.983	0,01%	25.493	0,04%	39.011	0,06%	47.495	0,07%	+0,01 p.p
Iluminação Pública	307	0,00%	123	0,00%	19.482	0,03%	38.540	0,06%	17.837	0,03%	-0,03 p.p
Serviço Público	111	0,00%	65	0,00%	16.452	0,03%	15.639	0,02%	32.881	0,05%	+0,03 p.p
Suprimentos	297	0,00%	65	0,00%	3.944	0,01%	85	0,00%	4.052	0,01%	+0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	4.003	0,01%	5.037	0,01%	27.837	0,05%	4.871	0,06%	23.328	0,04%	-0,02 p.p
Diversos Créditos	34.571	0,06%	35.436	0,06%	37.353	0,06%	11.374	0,07%	44.239	0,07%	0,00 p.p
Serviço Taxado	5.145	0,01%	5.264	0,01%	5.330	0,01%	44.833	0,01%	4.565	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	3.722	0,01%	7.291	0,01%	6.746	0,01%	40.079	0,02%	12.428	0,02%	0,00 p.p
Total	769.511	1,26%	881.876	1,43%	1.081.586	1,75%	1.272.977	2,02%	1.347.550	2,11%	+0,09 p.p
ROB Acumulada do 1º mês ao 6º mês em R\$ Mil	61.001.006		61.638.882		62.464.767		62.994.735		63.825.199		

3.1.9. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de abertura de UCs foi de 72.919 no ano de 2024, totalizando 3.465.110 consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo suprimento (revenda) e consumo próprio, número 2,2% superior ao ano anterior.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos cinco anos:

Consumidores	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	2.468.904	2.543.070	2.616.084	2.680.287	2.745.937
Industrial	117.264	126.818	133.658	138.024	142.515
Comercial	287.505	299.127	309.699	318.275	325.353
Rural	232.645	230.672	227.350	222.877	218.757
Poderes Públicos	23.735	24.221	24.943	27.101	26.923
Iluminação Pública	910	961	1090	1245	1303
Serviço Público	3.753	3.942	4.129	4.308	4.322
Total	3.134.716	3.228.811	3.316.953	3.392.117	3.465.110
Variação	2,8%	3,0%	2,7%	2,3%	2,2%

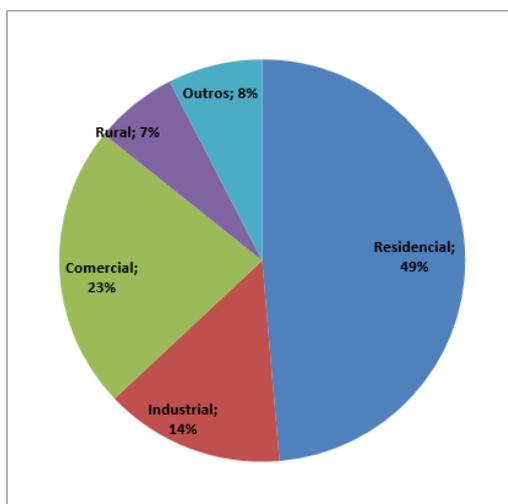
3.1.10. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica na Celesc D, referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$9,5 bilhões, conforme a tabela a seguir:

Classe de Consumo	2024	2023	Δ
Residencial	4.863.393	4.204.697	15,67%
Industrial	1.212.729	1.238.142	-2,05%
Comercial	2.100.870	1.973.515	6,45%
Rural	620.413	576.976	7,53%
Outros	710.322	651.297	9,06%
Total Cativos	9.507.728	8.644.628	10,0%

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumo de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:

Receita Líquida por Classe de Consumidores - 2024



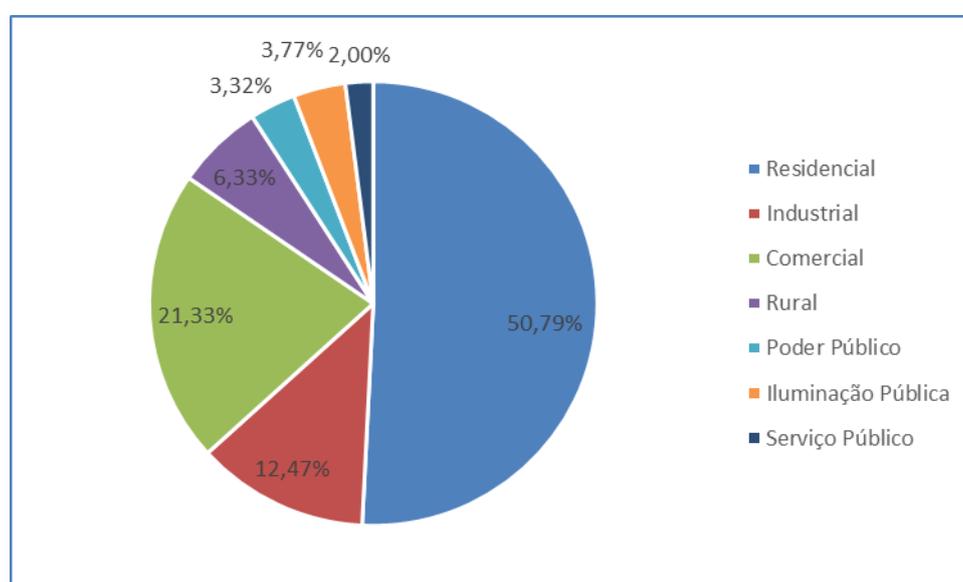
3.1.11. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos cinco anos:

Mercado Atendido – GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	16.051	16.488	15.925	15.989	15.312
Fornecimento	14.117	14.438	14.484	14.837	14.837
Residencial	6.293	6.483	6.724	7.098	7.777
Industrial	2.264	2.334	2.154	2.081	1.909
Comercial	3.031	3.122	3.216	3.282	3.266
Rural	1.160	1.121	1.037	1.000	969
Poderes Públicos	350	379	431	474	508
Iluminação Pública	637	615	586	589	578
Serviço Público	382	384	336	312	306
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.934	2.050	1.441	1.152	899
Uso da Rede de Distribuição	9.089	10.401	11.258	11.963	13.241
Consumidores Livres/Dist./Ger.	9.089	10.401	11.258	11.963	13.241
Total	25.139	26.886	27.182	27.952	28.553
Variação	-1,3%	7,0%	1,1%	2,8%	2,2%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2024.



3.1.12. Celesc D em Números

Atendimento	2024	2023	Variação (%)
Número de consumidores	3.465.509	3.392.675	2,15%
Número de empregados	3.766	3.857	-2,36%
Número de consumidores por empregado	920	879	4,62%
Número de localidades atendidas	285	285	0,00%
Atendimento			Variação (%)
Número de agências	16	16	0,00%
Número de postos de atendimento	258	258	0,00%
Mercado			Variação (%)
Área de concessão (Km ²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5.655,43	5.591,02	1,15%
Distribuição direta (GWh)	30.863,55	28.924,43	6,70%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.836,29	2.648,36	7,10%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			Variação (%)
Residencial	735,14	695,30	5,73%
Industrial	760,94	708,61	7,38%
Comercial	778,36	729,60	6,68%
Rural	754,89	685,89	10,06%
Poder Público	600,53	554,02	8,40%
Outros	736,68	691,02	6,61%
Indicadores DEC e FEC			Variação (%)
DEC (horas)	8,63	8,56	0,82%
FEC (número de interrupções)	5,73	5,86	-2,22%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	1.448,01	1.428,38	1,37%

Informações Operacionais			Variação (%)
Número de subestações	184	179	2,79%
Linhas de Distribuição (Km)	5.747,68	5.566,37	3,26%
Indicadores de performance			Variação (%)
Salário Médio dos Funcionários:	R\$ 5.788,55	R\$ 5.305,01	9,11%
Energia Gerada / Comprada em MW por Funcionário:	5.008,23	4.785,07	4,66%
Energia Gerada / Comprada em MW por Consumidor:	5,44	5,44	0,04%

3.1.13. Prorrogação da Concessão

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão, e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECI ¹	FECi ¹	DECI	FECi	
2021	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		DEC³	FEC³	DEC	FEC	
2022	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido

¹ DECI-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

3.2. Geração

3.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2024, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva. No somatório dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, a Celesc G fechou o ano de 2024, com disponibilidade em 92,96%, valor superior a 91,52% de 2023.

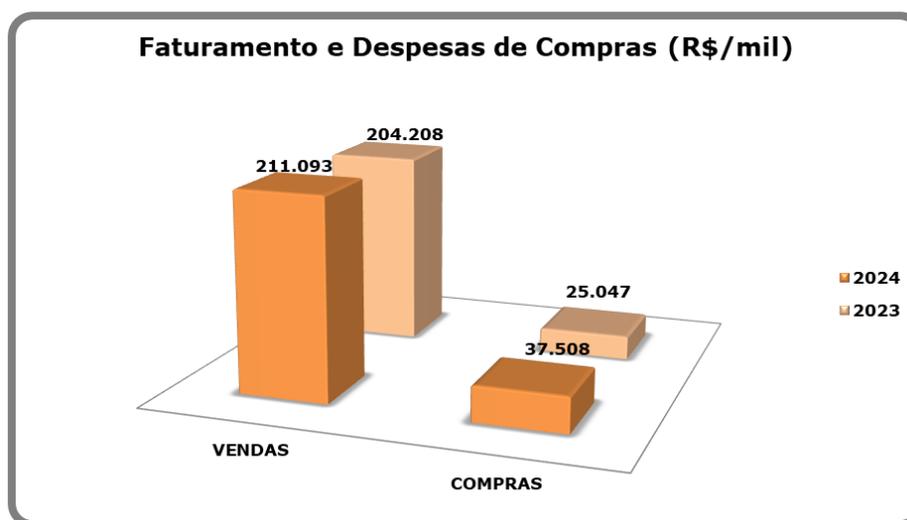
Além de manter a alta disponibilidade das máquinas, o resultado da geração hidrelétrica do ano foi superior a 2024, e um recorde anual histórico da empresa, por conta também da melhoria nas condições hidrológicas no Estado de Santa Catarina, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água por menos tempo do que no ano de 2023 (10,36% frente a 11,46%).

Desempenho Operacional	2024	2023	Varição
Indisponibilidade Manutenção:	7,04%	8,47%	-17%
Indisponibilidade Investimento:	1,77%	6,23%	-72%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,61%	0,48%	27%
Indisponibilidade Hídrica:	10,36%	11,46%	-10%

3.2.2. Comercialização de Energia

Em 2024, a Celesc G registrou faturamento global de R\$211,1 milhões, montante 3,4% superior ao ano de 2023, que registrou R\$204,2 milhões de faturamento.

Em 2024, foram gastos R\$37,5 milhões na compra de energia elétrica adquirida de terceiros, aumento de 50,0% em relação a 2023, que foi R\$ 25,0 milhões. Tal aumento pode ser creditado ao maior volume de energia adquirido, que saltou de 195,5 GWh em 2023, para 231,6 GWh em 2024.

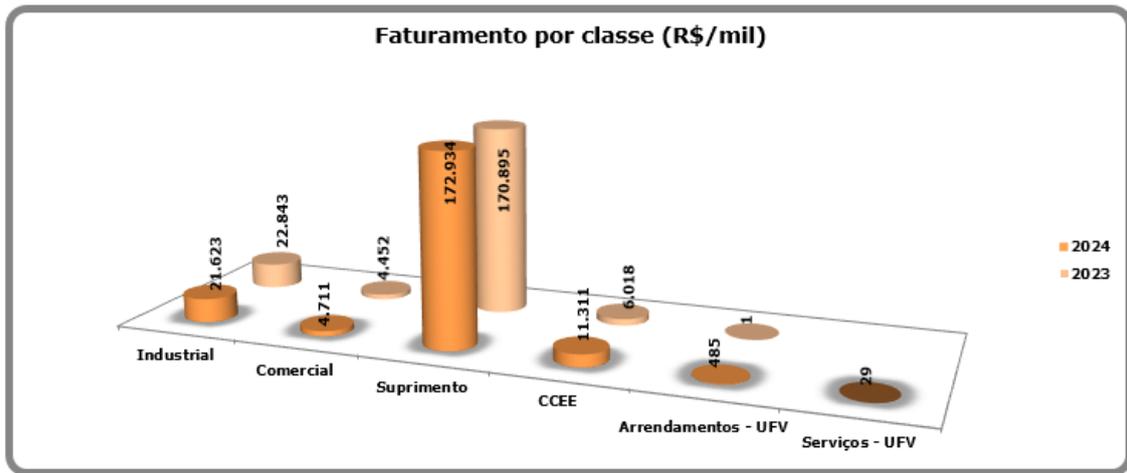


O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$2,4 milhões em 2024 contra R\$15,5 milhões em 2023.

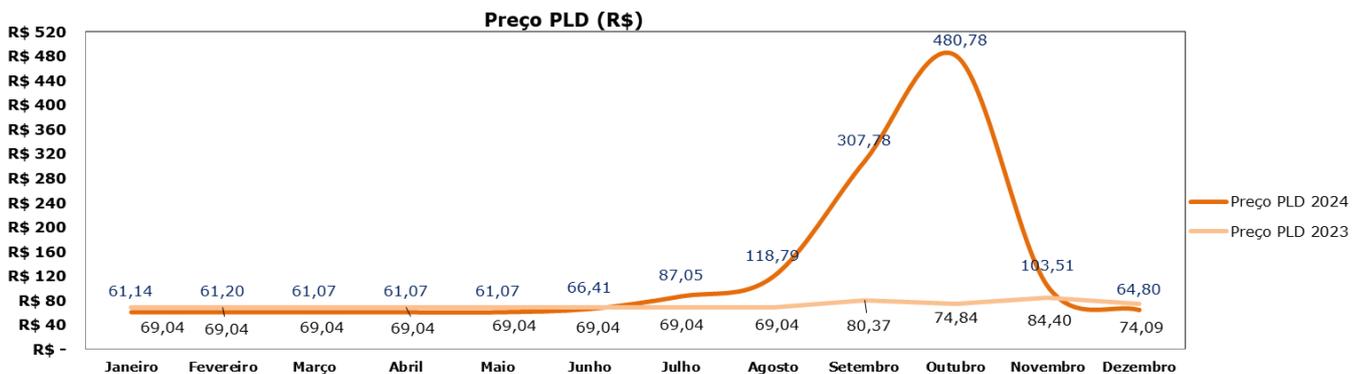
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi negativo em R\$0,2 milhão contra R\$2,5 milhões positivo em 2023.

A energia elétrica comercializada em 2024 chegou ao montante de 785.991 MWh, superior em 4,6%, quando comparado ao montante de 751.192 MWh comercializado em 2023.

O Faturamento por classes em 2024 e 2023 apresentou o seguinte desempenho:



O PLD médio anual (R\$128,36/MWh) foi mais alto do que o verificado em 2023 (R\$72,16/MWh). A principal razão foi o aumento nos meses de setembro e outubro, após um período com recordes negativos de hidrologia nas principais bacias do SIN, situação que se reverteu após o início do período úmido.



3.2.2.1 Certificação Internacional de Energia Renovável

A Celesc G habilitou suas sete maiores usinas a emitirem Certificados de Energia Renovável com a chancela I-REC – títulos que comprovam a origem e a produção de energia limpa e renovável - por um período de cinco anos, de janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

Os certificados permitem também que os clientes rastreiem o seu consumo de energia nos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), possibilitando a compensação das suas emissões de CO2 de escopo 2 (provenientes da energia elétrica adquirida para uso próprio).

A inclusão desses certificados no portfólio de soluções em energia fortalece a posição da Celesc no mercado como agente catalisador da sustentabilidade. Ao adquirir I-RECs, empresas e consumidores têm a garantia de que estão apoiando a geração de energia por meio de fontes renováveis.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	31.12.2024	31.12.2023	Varição
Receita Operacional Bruta – ROB	16.407.239	15.793.180	3,89%
Receita Operacional Líquida – ROL	10.658.858	10.402.608	2,46%
Resultado Operacional	1.219.791	825.103	47,83%
EBITDA	1.567.207	1.139.704	37,51%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	14,70%	10,96%	3,75 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,72%	5,35%	1,36 p.p.
Resultado Financeiro	(287.364)	(141.788)	102,67%
Ativo Total	13.037.758	12.302.261	5,98%
Imobilizado	210.394	193.249	8,87%
Patrimônio Líquido	3.671.279	2.932.567	25,19%
Lucro Líquido	715.802	557.034	28,50%

4.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no exercício de 2024, foi de R\$16,4 bilhões, sendo 3,89% superior em relação ao mesmo período de 2023, que foi de R\$15,8 bilhões.

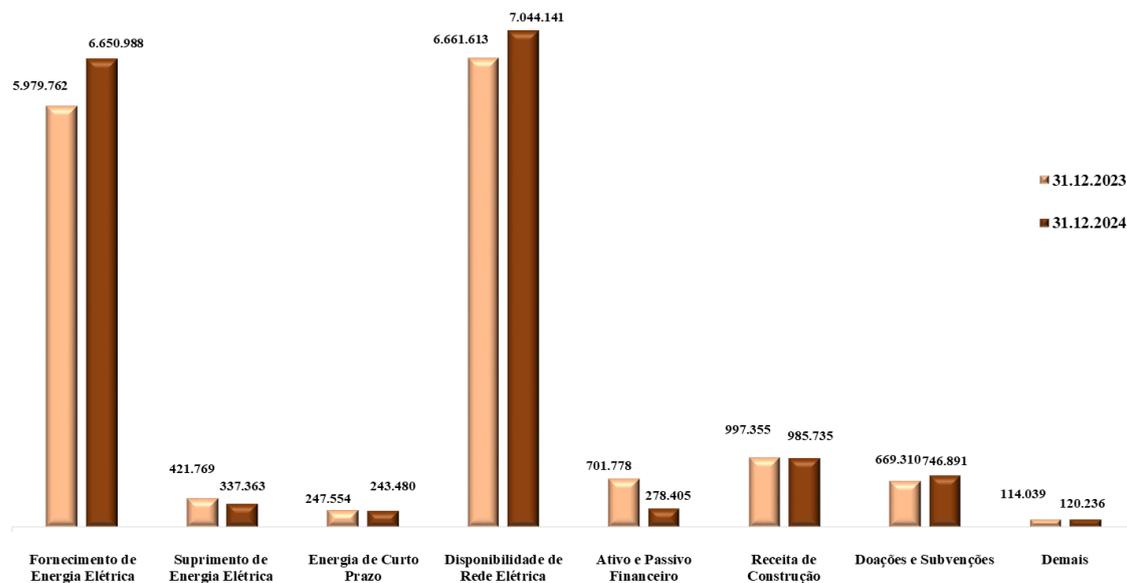
A Celesc D teve um desempenho positivo na ROB, impulsionado por reajustes tarifários de 2,30% em agosto de 2023 e 3,02% em 2024, além de um aumento de 5,40% no consumo total de energia na sua área de concessão. Essa combinação resultou em um aumento de 11,3% na receita de fornecimento de energia. Paralelamente, a receita gerada pela disponibilização da rede também apresentou crescimento, passando de R\$6,7 bilhões para R\$7,0 bilhões, o que corresponde a um incremento de aproximadamente 5,7%. Além disso, houve um aumento de 9,7% nas doações e subvenções, impulsionado principalmente pelo subsídio reembolsável pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e pela receita de atualização dos ativos financeiros da concessão, ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na Celesc G, a Receita Operacional Bruta (ROB) apresentou um crescimento de 3,4% em relação ao exercício de 2023. Esse aumento está principalmente associado ao reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que incluem os juros de bonificação de outorga de usinas e a indenização de usinas, ambos atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo. Essas receitas aumentaram de R\$80,3 milhões em 2023 para R\$84,0 milhões no mesmo período de 2024, resultando em um incremento de 4,61%. O crescimento de 88,0% na receita de energia elétrica de curto prazo, passando de R\$ 6,0 milhões em 2023 para R\$ 11,3 milhões em 2024, destaca-se quando comparamos os períodos analisados.

A Receita Operacional Líquida – ROL consolidada foi de R\$10,7 bilhões, resultando em um aumento de, aproximadamente, 2,46% em comparação a 2023, que naquele exercício foi de R\$10,4 bilhões.

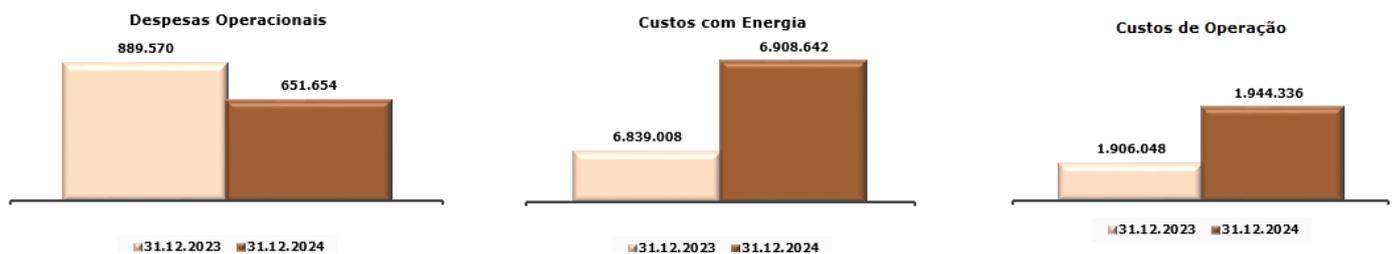


Composição da Receita Bruta



4.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 1,35%, aproximadamente, quando comparamos o exercício de 2024 e 2023. Os custos com energia se mantiveram praticamente no mesmo patamar do ano anterior com um leve aumento de 1,02%, nos custos de operação a percepção foi de um aumento de 2,01%, enquanto as despesas operacionais recuaram 26,75% nos períodos analisados.



Na Celesc D, a redução das despesas é proveniente, principalmente, da redução de provisionamento e aumento de reversões de contingências passivas.

Podemos destacar a reversão em 2024, de uma provisão que havia sido contabilizada em 2023, relativa à multa ambiental aplicada pelo Ibama por infração administrativa. Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia peticionou a desistência do Agravo em Recurso Especial, prerrogativa para adesão à transação extraordinária da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, denominada "Programa Desenrola" do Governo Federal, conforme a Portaria Normativa AGU nº 150, de 3 de outubro de 2024, e o Edital de Transação por Adesão nº 1/2024/PGF/AGU. O valor provisionado, atualizado em dezembro de 2024, era de aproximadamente R\$135,0 milhões. O efeito caixa para pagamento, em parcela única em janeiro de 2025, foi de R\$68,7 milhões e, contabilmente, o efeito econômico registrado em dezembro de 2024 foi a reversão do saldo remanescente de R\$66,3 milhões.

Além disso, na Celesc D, houve a reversão em decisão favorável à Companhia relacionada a um pedido de lucro cessante e desapropriação para construção de servidão, no valor de aproximadamente R\$25,7 milhões. A área jurídica da Companhia obteve êxito em processos estratégicos com decisões favoráveis, que reduziram em aproximadamente R\$55,3 milhões os valores das ações judiciais, destacando-se entre elas as dos fumicultores do norte do estado de Santa Catarina.

Na Celesc G, houve um aumento de 21,6% no custo da energia comprada para revenda (convencional) em 2024, quando comparado com 2023, e aumento de 208,4% nos custos de energia comprados para

revenda comercializados na CCEE, devido ao aumento do PLD, principalmente, nos meses de agosto a novembro de 2024. O crescimento na quantidade de energia comprada se deu em função de uma maior sazonalização de alguns contratos de venda, que obrigou a empresa a comprar energia no curto prazo para honrar estes contratos. No entanto, os custos totais com energia reduziram 27,4% em relação ao mesmo período de 2023, devido à repactuação do risco hidrológico das Usinas CGHs. A Celesc G mantinha uma liminar favorável até julho de 2023, quando uma sentença desfavorável revogou a tutela e julgou improcedentes os pedidos, reconhecendo um custo de R\$28,1 milhões naquele período.

4.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido	715.802	557.034
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	216.625	126.281
Resultado Financeiro	287.364	141.788
Depreciação e Amortização	347.416	314.601
EBITDA	1.567.207	1.139.704

O EBITDA no exercício de 2024 atingiu o valor de R\$1,57 bilhão, aproximadamente 37,51% superior ao mesmo período de 2023, que foi de R\$1,14 bilhão.



4.4. Resultado Financeiro

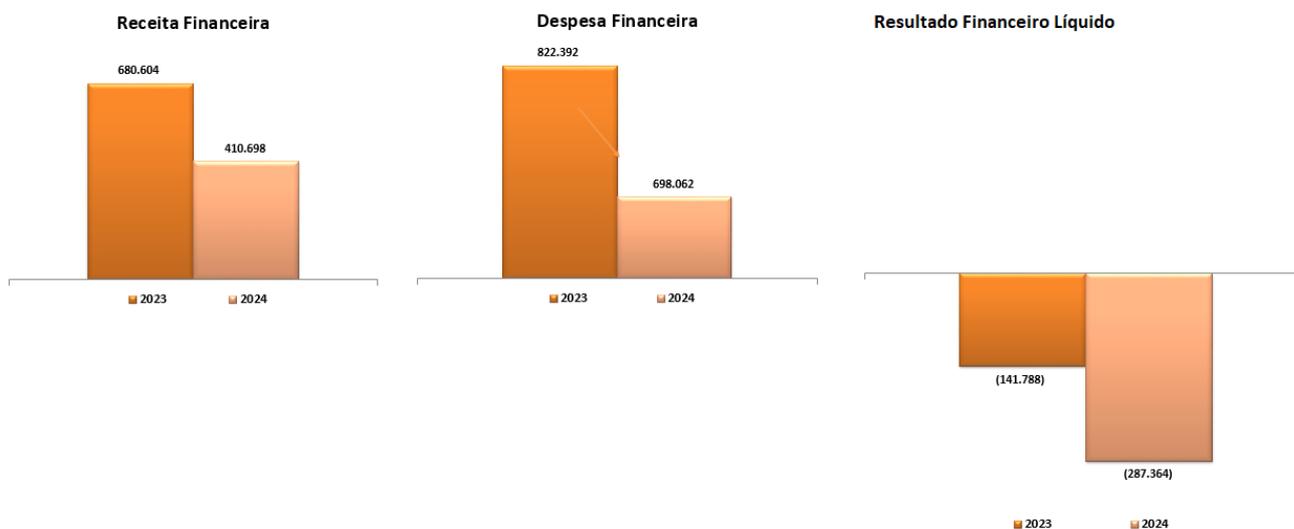
O Resultado Financeiro no exercício de 2024 foi negativo em R\$287,4 milhões, enquanto em 2023 foi negativo em R\$141,8 milhões. Esse aumento de R\$145,6 milhões, representando um crescimento de 102,7% no resultado deficitário, deve-se principalmente ao aumento dos juros e atualizações monetárias das dívidas da subsidiária Celesc D, aos custos de emissão das debêntures Institucional e de Infraestrutura em 2024, e ao aumento das despesas com a atualização monetária (SELIC) dos passivos setoriais.

Ainda em despesas financeiras, ocorreu de forma positiva na Celesc D, a redução dos juros e da atualização monetária da reserva matemática (dívida com a Celos).

Em 2024, a Celesc D atualizou o crédito tributário do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, gerando uma receita financeira de R\$297,1 milhões. Sobre este valor, a Companhia reconheceu os tributos de PIS/Cofins. A contrapartida desta receita financeira foi praticamente anulada no resultado, com exceção dos tributos, sendo reconhecida como outras despesas financeiras devido à obrigação de devolução ao consumidor via tarifa.

Em relação as receitas financeiras, houve pequena redução nos rendimentos de aplicações financeiras e aumento de tributos sobre receita financeira de atualização de crédito tributário. Além disso, houve uma significativa redução nas receitas da atualização monetária (SELIC) dos ativos setoriais e nas variações monetárias sobre cobranças em atraso nas faturas de energia.

Em outubro de 2024, a Celesc D contratou uma operação de swap para hedge das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. O efeito líquido entre a receita financeira da marcação a mercado de R\$62,2 milhões e a despesa financeira com derivativos de R\$71,6 milhões resultou em uma despesa de R\$9,4 milhões.



4.5. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



4.6. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Liquidez Geral	0,81	0,75
Liquidez Corrente	1,28	0,91
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	21,68%	19,16%
Endividamento Geral	69,79%	76,16%

4.7. Lucro Líquido

A Celesc registrou um Lucro Líquido de R\$715,8 milhões em 2024, um aumento de 28,5% em relação aos R\$557,0 milhões obtidos em 2023.

Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento de 5,4% no consumo de energia e à melhoria na performance da parcela B, resultando em um aumento de 53,3% no resultado operacional em comparação com 2023. Além disso, houve reversões significativas de provisões para litígios e um aumento em outras receitas operacionais relacionadas ao compartilhamento de infraestrutura da Celesc D.



4.8. Investimentos

Descrição	Consolidado				Análise Horizontal
	31.12.2024		31.12.2023		
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	1.230.450	97,29%	1.263.745	95,95%	-2,63%
Recursos Próprios	985.735	-	997.355	-	-
Participação Financeira do Consumidor	244.715	-	266.390	-	-
Geração de Energia Elétrica	34.244	2,71%	53.338	4,05%	-35,80%
Participações Societárias	-	-	152	-	-
Parque Gerador Próprio	34.244	-	53.186	-	-
Total	1.264.694	100%	1.317.083	100%	-3,98%

4.8.1. Celesc D

Do total investido, o maior volume de R\$1.230,4 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D.

Desse valor, R\$985,7 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$914,4 milhões em materiais e serviços e R\$71,3 milhões em mão de obra própria) e R\$244,7 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D.

As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 7 de dezembro de 2021.

4.8.2. Celesc G

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no exercício de 2024, pela Celesc G:

- R\$12,2 milhões foram utilizados no gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Capivari de Baixo;
- R\$4,7 milhões foram gastos com gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Videira;
- R\$4,5 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Lages;
- R\$3,8 milhões foram gastos com montagem mecânica, elétrica, projeto executivo e mobilização do canteiro de obras da US Maruim;
- R\$2,5 milhões foram gastos na mobilização e canteiro de obras civis da US Garcia;
- R\$1,6 milhão foram aplicados em cabo óptico, automação, serviço de manutenção e montagens elétricas da US Celso Ramos;
- R\$1,2 milhão foram alocados nas montagens elétricas para a UFV IX; e
- R\$748 mil foram gastos com Reforma da Turbina da UG-03 e projeto executivo mecânico da Usina

Salto.

4.8.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina Francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto, que já foi aprovado pela ANEEL em 2022, por meio do Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH o nº 1.102, obteve um importante avanço em 2024, com a emissão, pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA, da Licença Ambiental de Instalação.

Ao longo de 2025, a Empresa pretende obter a autorização de construção junto à ANEEL, visando a realização do processo licitatório para início da construção. O cronograma prevê 24 meses de obras com investimento aproximado de R\$70,0 milhões.

A energia decorrente do projeto de ampliação será destinada ao ambiente de comercialização livre, podendo, a critério da Celesc, ser negociada em ambiente de leilão regulado pela ANEEL.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Neste momento, o projeto está na fase final de aprovação, aguardando somente a emissão da Outorga pelo MME.

A obra está estimada em 30 meses com um investimento na ordem de R\$240,0 milhões. Parte dos recursos para esse investimento será captada no BNDES, em 2025.

c) Reativação da CGH Maruim

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico e cultural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Em 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas.

Em 30 de agosto de 2024, por meio do Despacho nº 2.584, a ANEEL liberou as unidades geradoras para operação em teste a partir de 31 de agosto do mesmo ano. A inauguração foi realizada em outubro e estima-se que a entrada em operação comercial será autorizada nos primeiros meses de 2025.

O investimento, financiado pelo BNDES, é da ordem de R\$9,0 milhões e a energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa, à época, de R\$264,99/MWh.

d) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 8,4MW, está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010, identificaram potencial de ampliação de geração

de energia na Usina Cedros, através da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente. Considerando estes estudos, foi elaborado o projeto de ampliação da usina.

Além da identificação de ampliação de geração na casa de força existente, os mesmos estudos identificaram a possibilidade de geração na barragem do Pinhal.

A barragem do Pinhal faz parte do complexo da Usina Cedros, trata-se de uma barragem que foi construída para regularização das vazões do rio Cedros, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Cedros, localizada a jusante na cascata.

Os resultados dos estudos realizados à época, não tiveram avanços, tendo em vista a aproximação, à época, do término das concessões das usinas e suas indefinições.

Para retomada do projeto, em 2023 foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas do complexo, considerando a ampliação da Usina Cedros e a construção da CGH Pinhal de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Os novos estudos identificaram a viabilidade de construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, além da instalação de uma nova unidade geradora de 10,2 MW de potência na casa de força da Usina Cedros.

Para 2025, está em andamento a contratação da consolidação do Projeto Básico. O PBC será constituído de desenhos, memoriais de cálculo, estudos hidrológicos, estudos hidroenergéticos, memoriais descritivos, caderno de especificações e encargos, planilha orçamentária com composições de custos, cronograma físico-financeiro, sumário executivo e relatório texto do projeto, entre outros, elaborados conforme as diretrizes de projeto de usinas hidrelétricas da Eletrobras e demais legislações vigentes da ANEEL acerca do tema, resultando na aprovação deste novo projeto consolidado.

e) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 24,6MW, está em operação desde 1963. A barragem do Rio Bonito faz parte do complexo da Usina Palmeiras, trata-se de uma barragem que foi construída em 1959 para regularização das vazões do rio Palmeiras, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Palmeiras, localizada a jusante na cascata.

Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de geração de energia através da motorização das vazões da adufa de fundo da barragem. Neste sentido, ainda em 2010, foi elaborado o projeto de ampliação do complexo, considerando a construção de nova CGH na barragem Rio Bonito.

Os resultados dos estudos realizados à época, considerando nova usina classificada como CGH não foram satisfatórios, visto que este modelo afetaria negativamente os aspectos operacionais do complexo já existente, não fazendo o aproveitamento ótimo das vazões disponíveis.

Então, para retomada do projeto, em 2023 foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas, considerando as ampliações da Palmeiras de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Com a contratação da consolidação do projeto básico realizada em 2024, os estudos realizados, detalhamento do projeto incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram para o empreendimento uma configuração com potência instalada de 0,50 MW.

Para 2025, pretende-se avançar nas tratativas ambientais e regulatórias visando a viabilização da construção da ampliação da Usina.

4.8.2.2. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc.

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Entrada em Operação
UFV Lages I	Lages/SC	1,00	02.2023
UFV Campos Novos I	Campos Novos/SC	1,00	09.2023
UFV São José do Cedro I	São José do Cedro/SC	2,50	12.2023
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	06.2024
UFV Modelo I	Modelo/SC	2,50	09.2024
UFV Videira I	Videira/SC	1,00	10.2024
Total		9,00	

Outros 5,0 MW em projetos estão em implantação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Capivari I	Capivari de Baixo/SC	3,00	Jun.2024	Em implantação
UFV Modelo II e III	Modelo/SC	2,00	Abr.2025	Em implantação
Total		5,00		

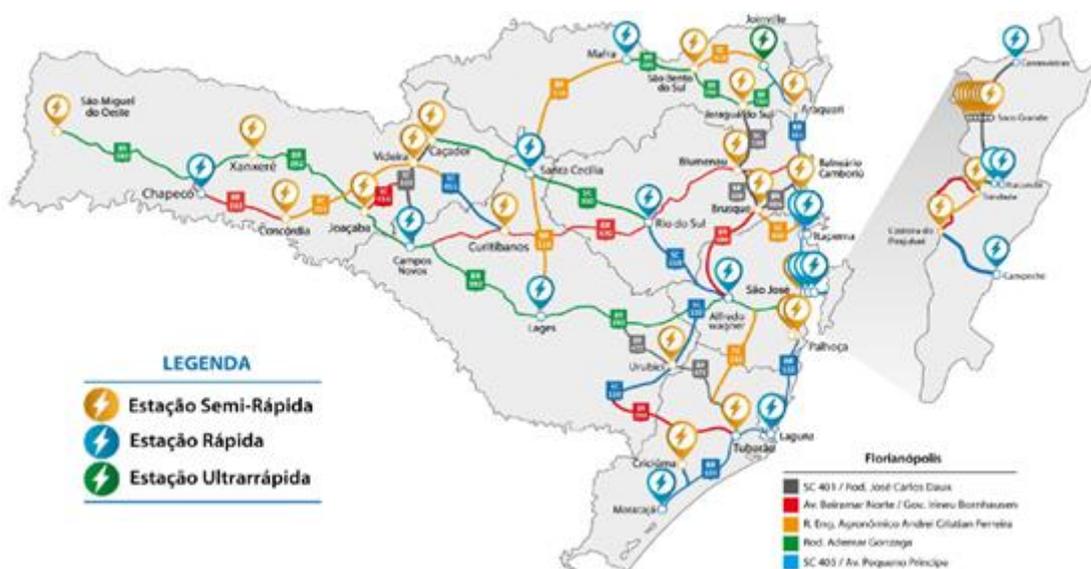
Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

b) Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina. O projeto, que começou em 2015, teve como principais resultados a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos, bem como a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta com 35 estações e deve chegar a mais de 50 estações ao final da terceira etapa, conforme exposto na figura a seguir.

Projeção de consolidação do Corredor Elétrico Catarinense ao final do Projeto de P&D da Celesc D



A Celesc G implantará, a partir de 2025, a expansão do Corredor Elétrico Catarinense, que visa ampliar a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos ou híbridos no Estado de Santa Catarina.

O objetivo do projeto é disponibilizar estações de recarga em 100 diferentes municípios catarinenses, não somente ao longo dos principais eixos viários do estado de Santa Catarina, mas também em áreas de interesse turístico. Busca-se ainda, sempre que tecnicamente viável, que as estações de recarga tenham uma distância de até 50km entre uma e outra, tudo isso para proporcionar segurança e conforto aos usuários de veículos híbridos e elétricos em nosso estado.

Este projeto contará com duas grandes etapas, quais sejam:

- 1 – Prospecção e seleção dos locais para instalação das estações de recarga; e
- 2 – Licitação das obras para instalação, operação e manutenção das estações de recarga.

O investimento está estimado em pouco mais de R\$5 milhões. A inserção de eletropostos no estado de Santa Catarina reforça o compromisso da empresa com a transição energética e destacando-a como protagonista na promoção de soluções ecológicas. Além de atender à crescente demanda por infraestrutura de recarga de veículos elétricos, a Companhia promove uma iniciativa de marca como referência em tecnologia de ponta, fortalecendo sua experiência junto a consumidores, investidores e parceiros locais.

4.9. Ambiente Econômico

4.9.1. Desempenho no Mercado Financeiro

A Celesc acompanhada de forma contínua as mudanças no cenário econômico e os principais indicadores, como PIB, inflação, câmbio e juros, analisando o impacto dessas variáveis no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, influencia diretamente o custo da energia adquirida de Itaipu. O PIB está relacionado aos investimentos e à expansão do mercado de energia, enquanto os juros afetam o custo do capital destinado a financiamentos e projetos. Já a inflação interfere nos custos de suprimentos e nas despesas com PMSO.

O desempenho da economia global em 2024 foi marcado por uma moderação no ritmo de crescimento, embora com sinais de resiliência em um cenário desafiador. O elevado endividamento público e os déficits fiscais, especialmente em países em desenvolvimento, tiveram um impacto significativo nas economias, com os custos do serviço da dívida representando uma parcela expressiva do PIB. Além disso, as tensões geopolíticas, como a guerra na Ucrânia e as disputas comerciais entre as principais economias, ampliaram a incerteza global, afetando o apetite por investimentos de longo prazo.

O setor industrial, por sua vez, apresentou uma recuperação lenta, refletindo tanto os efeitos das mudanças estruturais na economia quanto a demanda global ainda frágil em áreas como a manufatura e a logística. A transição energética e os investimentos em tecnologias sustentáveis ganharam relevância, especialmente na Europa e na América do Norte, tornando-se pilares para a criação de empregos e o aumento da produtividade. Apesar dos riscos associados às instabilidades fiscais e geopolíticas, o cenário aponta para uma economia global adaptável, com potencial para superar os desafios e encontrar novas oportunidades de crescimento.

O desempenho do PIB brasileiro em 2024 está sendo projetado com uma perspectiva mais otimista, com expectativas de crescimento próximo de 3,5%. Essa recuperação reflete a retomada da atividade econômica, impulsionada principalmente pelo setor de serviços, que tem demonstrado resiliência, além de um crescimento moderado na indústria e no setor agrícola. O cenário macroeconômico mais favorável, com a inflação sob controle e uma política fiscal mais equilibrada, tem contribuído para essa revisão positiva das previsões. A recuperação do emprego e o aumento das exportações também são fatores que sustentam as projeções, especialmente com os bons resultados nas trocas comerciais com mercados importantes como a China.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios que podem impactar o cenário econômico. A taxa de juros elevada, embora necessária para o controle da inflação, continua a representar um obstáculo ao consumo e aos investimentos privados. A sustentabilidade fiscal também permanece um tema crucial, já que o governo precisa equilibrar o crescimento com o controle das contas públicas. A continuidade das reformas e a manutenção de um ambiente macroeconômico estável são essenciais para que o crescimento seja consistente e se traduza em uma recuperação mais sólida e duradoura para a economia brasileira.

O setor agropecuário apresentou um desempenho robusto em 2024, consolidando-se como um dos principais motores da economia brasileira. Com mais uma safra recorde de grãos, especialmente soja e milho, o agronegócio foi impulsionado por avanços tecnológicos e investimentos em infraestrutura logística, que melhoraram o escoamento da produção. A demanda externa, com mercados como China e União Europeia se destacaram como principais destinos das exportações brasileiras. Além disso, o aumento na produção de proteínas animais e produtos agroindustrializados contribuiu para diversificar a pauta exportadora.

Em 2024, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação no Brasil, registrou uma variação acumulada de 4,83% ao longo do ano, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em dezembro, o IPCA apresentou um aumento de 0,52%, refletindo pressão nos preços de alimentos e bebidas, transporte e vestuário, embora os custos de habitação tenham diminuído. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), encerrou 2024 com uma alta acumulada de 6,54%. Em dezembro, o IGP-M registrou um aumento de 0,94%, desacelerando em relação ao mês anterior, quando havia subido 1,30%. Essa desaceleração foi influenciada por uma redução nos preços dos bens agrícolas no atacado, que compõem uma parte significativa do índice.

A taxa Selic fechou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, após uma série de ajustes pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Durante o primeiro semestre, a taxa apresentou estabilidade em 10,50% ao ano, mas, no segundo semestre, o Copom iniciou um ciclo de elevações para conter pressões inflacionárias. Em setembro, a taxa foi ajustada para 10,75%, seguida de um aumento para 11,25% em novembro, e, finalmente, para 12,25% em dezembro. Essas mudanças refletem a estratégia do Banco Central para equilibrar a inflação e estimular a economia, mantendo a estabilidade.

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-SC), calculado pelo Banco Central, registrou um crescimento de 5,6% na economia de Santa Catarina no acumulado de janeiro a novembro de 2024, superando a média nacional. Esse desempenho positivo reflete o fortalecimento de setores estratégicos, como a indústria de transformação, o comércio varejista e os serviços, impulsionados por uma produção industrial em expansão e um mercado de trabalho aquecido, com significativa geração de empregos formais. A diversidade econômica do estado e os investimentos em infraestrutura também foram fatores determinantes para esse crescimento.

4.9.2. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 2,480 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base mínima de 25%, não cumulativos. O capital autorizado no Estatuto Social é de R\$ 2,600 bilhões.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme tabela a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.12.2024					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	447.000	2,88	2.790.201	12,11	3.237.201	8,39
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	803.552	5,18	5.954.968	25,84	6.758.520	17,52
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Os investidores estrangeiros encerraram o ano de 2024, representando 0,66% do capital social total da Companhia, detendo o total de 255.247 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	255.247	0,66%
Investidores Nacionais	38.316.344	99,34%
Total	38.571.591	100,00

4.9.3. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 4º trimestre de 2024, com desvalorização de 2,92%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou desvalorização de 12,45% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 4,89% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 3,69%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de dezembro de 2024 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	31.12.2024	4º TRI 2024	Em 12 meses
Celesc PN	79,89	-4,89%	22,25%
Celesc ON	77,90	3,69%	26,56%
IBOVESPA	120.283	-2,92%	-7,93%
IEE	77.293	-12,45%	-18,60%

Variações percentuais com ajuste a proventos

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado acima, são: R\$ 79,89 (setenta e nove reais e oitenta e nove centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$ 77,90 (setenta e sete reais e noventa centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2024 estão representadas no quadro adiante:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador*	9.229.660	59,44	234.305	1,02	9.463.965	24,54
Diretoria Executiva	0	0,00	22	0,00	22	0,00
Outros Acionistas	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, INVESC e Gabinete de Planejamento e Coordenadoria Geral.

4.10. Relações com Investidores

Em 2024, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de uma apresentação junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizada em 03 de setembro, em São Paulo – SP.

No *site* de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri), estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM, B3 e ANEEL), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

6. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 28 de março de 2025.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		400.340	343.407	3.898.270	3.409.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.238.333	1.952.160
Estoques	10	-	-	21.432	23.270
IRPJ e CSLL a Recuperar	11	71.041	61.925	110.766	94.572
Demais Tributos a Recuperar	11	-	-	195.932	173.012
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	231.959	224.298	14.807	9.667
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	43.449	41.569
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	19.039	18.215
Outros	12.2	462	513	235.030	191.326
Não Circulante		3.537.770	2.857.432	9.139.488	8.892.274
Realizável a Longo Prazo		101.148	98.561	3.684.457	3.600.036
Títulos e Valores Mobiliários		208	208	208	208
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	4.491	25.307
Tributos Diferidos	17	-	-	659.034	854.645
Tributos a Recuperar	11	-	-	368.709	473.524
Depósitos Judiciais	27	100.940	98.353	439.879	421.346
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	948.715	778.341
Ativo Financeiro Setorial	13.1	-	-	-	94.538
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	329.418	317.792
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	149.731	144.366
Ativo de Contrato	15	-	-	771.357	486.893
Outros	12.2	-	-	12.915	3.076
Investimentos	18	3.433.492	2.755.000	382.859	388.828
Imobilizado	19	197	436	210.394	193.249
Intangível	20	2.933	3.435	4.861.778	4.710.161
Total do Ativo		3.938.110	3.200.839	13.037.758	12.302.261

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		236.887	235.342	3.049.785	3.730.676
Fornecedores	21	1.502	1.438	992.713	1.089.092
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	213.853	356.136
Debêntures	23	-	-	202.251	166.193
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	70.230	-
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	2.165	1.820	217.785	224.899
IRPJ e CSLL a Recolher	26	82	1.692	2.818	26.676
Demais Tributos a Recolher	26	18.852	17.460	274.579	280.071
Dividendos e JCP Declarados	31.3	212.754	211.329	212.754	211.329
Taxas Regulamentares	27	-	-	23.278	73.509
Passivo de Arrendamento	19	208	233	2.140	10.836
Benefícios a Empregados	29	-	-	167.661	272.597
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	388.599	903.863
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	46.811	7.596
Outros	12.2	1.324	1.370	234.313	107.879
Não Circulante		29.944	32.930	6.316.694	5.639.018
Tributos a Recolher	26	-	-	17.096	-
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.765.532	1.618.529
Debêntures	23	-	-	2.021.371	1.030.413
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	8.969	27.899
Tributos Diferidos	17	-	-	108.460	98.092
Taxas Regulamentares	27	-	-	78.661	84.045
Passivo de Arrendamento	19	-	208	3.838	6.195
Provisão para Contingências	28	29.944	32.722	456.497	517.468
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.508.838	1.923.225
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	326.032	333.152
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	21.400	-
Patrimônio Líquido	31	3.671.279	2.932.567	3.671.279	2.932.567
Capital Social	31.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	31.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	31.2	2.27.3648	1.865.645	2.273.648	1.865.645
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.4	(1.159.975)	(1.414.647)	(1.159.975)	(1.414.647)
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	31.3	77.290	1.253	77.290	1.253
Total do Passivo		3.938.110	3.200.839	13.037.758	12.302.261

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Líquida – ROL	32	-	-	10.658.858	10.402.608
Custos de Vendas /Serviços Prestados	32	-	-	(8.852.978)	(8.745.056)
Lucro Bruto		-	-	1.805.880	1.657.552
Despesas Operacionais		721.509	557.704	(586.089)	(832.449)
Despesas com Vendas	32	-	-	(120.983)	(124.492)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	32	-	-	(194.010)	(93.920)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(34.819)	(29.529)	(640.273)	(650.898)
Outras Receitas	32	12.562	16.915	395.725	321.032
Outras Despesas	32	(2.819)	(9.911)	(92.113)	(341.292)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	746.585	580.229	65.565	57.121
Resultado Antes do Resultado Financeiro		721.509	557.704	1.219.791	825.103
Resultado Financeiro	32	(6.203)	1.145	(287.364)	(141.788)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		715.306	558.849	932.427	683.315
IRPJ e CSLL	17	496	(1.815)	(216.625)	(126.281)
Corrente		(422)	(1.815)	(169.150)	(131.541)
Diferido		918	-	(47.475)	5.260
Lucro Líquido do Exercício		715.802	557.034	715.802	557.034
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	31				
Ações Ordinárias Nominativas		17,5115	13,6274		
Ações Preferenciais Nominativas		19,2627	14,9901		
Resultado Diluído por Ação	31				
Ações Ordinárias Nominativas		17,5115	13,6274		
Ações Preferenciais Nominativas		19,2627	14,9901		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do Exercício	30	715.802	557.034	715.802	557.034
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		255.227	(255.232)	255.227	(255.232)
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos		255.227	(255.232)	255.227	(255.232)
Resultado Abrangente do Exercício		971.029	301.802	971.029	301.802

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial		
						Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo
NE	2.480.000	316	251.495	1.287.330	22.874	13.470	(1.035.048)	(137.261)
30.3	-	-	-	98	-	-	-	-
30.3	-	-	-	-	(22.874)	-	-	-
30.3	-	-	-	-	-	-	-	-
32	-	-	-	-	-	-	-	-
30.4	-	-	-	-	-	(576)	-	-
30.4	-	-	-	-	-	-	(255.232)	-
30.3	-	-	27.852	298.870	1.253	-	-	-
	2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.894	(1.290.280)	(137.261)
30.3	-	-	-	175	-	-	-	-
30.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-
30.3	-	-	-	-	-	-	-	-
32	-	-	-	-	-	-	-	-
30.4	-	-	-	-	-	(555)	-	-
30.4	-	-	-	-	-	-	255.227	-
30.3	-	-	35.789	372.039	77.290	-	-	-
	2.480.000	316	315.136	1.928.512	77.290	12.339	(1.035.053)	(137.261)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)**

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido de Exercício		715.802	557.034	715.802	557.034
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa (Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais		(754.347)	(591.906)	1.210.300	1.060.330
Depreciação e Amortização	19	2.210	2.223	347.416	314.601
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	79.952	56.721
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, Líquida de impostos	18	(746.585)	(580.229)	(65.565)	(57.121)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(30.020)	(20.586)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	1.849	1.111
Juros e Variações Monetárias		(3.604)	(15.558)	503.397	443.974
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências		(5.872)	(157)	(104.743)	34.990
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de Impairment	19	-	-	(1.742)	332
Despesas Atuariais	29	-	-	143.173	145.446
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	652	1.013
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento Líquidos		-	-	(48)	(14)
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	24	-	-	9.384	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	194.010	93.920
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	32.1	-	-	(84.040)	(80.338)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social (Aumento)/ Redução nos Ativos		(496)	1.815	216.625	126.281
Contas a Receber		-	-	(453.043)	(278.563)
Tributos a Recuperar		(9.116)	(17.594)	63.221	482.910
Depósitos Judiciais		4.137	2.056	9.925	43.054
Estoques		-	-	1.838	(3.251)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	112.563	390.317
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	1.623	(4.007)
Outras Variações nos Ativos		51	160	(61.490)	(23.239)
Aumento / (Redução) nos Passivos		(18.814)	(32.873)	(782.397)	(1.396.888)
Fornecedores		64	538	(96.379)	72.579
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		345	282	(26.044)	(25.282)
Tributos a Recolher		(19.177)	(33.668)	8.951	(92.336)
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(447.544)	(196.062)
Taxas Regulamentares		-	-	(65.340)	(17.824)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	1.153	(848.880)
Benefícios a Empregados		-	-	(283.628)	(259.252)
Outras Variações no Passivo		(46)	(25)	126.434	(29.831)
Juros Pagos	23.7	(26)	(23)	(356.279)	(335.933)
IR e CSLL Pagos		(68)	(3.009)	(180.373)	(41.470)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(62.381)	(86.155)	281.690	450.294
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(34.244)	(53.162)
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(985.735)	(997.355)
Adições Ativo Intangível	20	-	-	-	(24)
Integralização de Capital	18.2	-	-	-	(152)
Dividendos e JCP Recebidos		314.190	274.340	64.925	41.011
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		314.190	274.340	(955.054)	(1.009.682)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(67.966)	(203.259)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	72.809	337.655
Ingressos de Debêntures	23	-	-	1.165.608	787.094
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(159.767)	(206.510)
Pagamento de Derivativos	24	-	-	(1.401)	-
Pagamento de JCP e Dividendos		(211.369)	(179.469)	(211.369)	(179.469)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(233)	(250)	(11.264)	(10.611)
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(211.602)	(179.719)	786.650	524.900
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa		40.207	8.466	113.286	(34.488)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	56.671	48.205	906.196	940.684
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Varição no Caixa e Equivalentes de Caixa		40.207	8.466	113.286	(34.488)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023 (Reclassificado)
Receitas	32	22.403	22.689	16.675.384	16.110.892
Receita de Contrato com Clientes		-	-	15.421.505	14.795.825
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	1.019.979	1.050.541
Outras Receitas		22.403	22.689	427.910	358.446
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(194.010)	(93.920)
Insumos Adquiridos de Terceiros	32	(16.220)	(18.443)	(9.053.030)	(9.318.797)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(7.572.022)	(7.527.519)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(16.220)	(18.443)	(1.482.750)	(1.790.946)
Perdas/Recuperação de Ativos		-	-	1.742	(332)
Valor Adicionado Bruto		6.183	4.246	7.622.354	6.792.095
Depreciação, Amortização		(2.210)	(2.223)	(348.071)	(315.613)
Valor Adicionado Líquido Produzido		3.973	2.023	7.274.283	6.476.482
Valor Adicionado Recebido em Transferência		770.800	614.110	519.263	795.390
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	746.585	580.229	65.565	57.121
Receitas Financeiras	32	17.775	31.217	446.845	735.161
Outras Receitas		6.440	2.664	6.853	3.108
Valor Adicionado Total a Distribuir		774.773	616.133	7.793.546	7.271.872
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(20.660)	(19.189)	(887.738)	(867.582)
Remuneração Direta		(18.865)	(17.556)	(560.278)	(549.123)
Benefícios		(818)	(700)	(292.598)	(283.348)
FGTS		(977)	(933)	(34.862)	(35.111)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(33.170)	(32.348)	(5.450.550)	(5.009.732)
Federais		(31.819)	(30.978)	(3.272.346)	(3.006.182)
Estaduais		-	-	(2.172.166)	(1.997.735)
Municipais		(1.351)	(1.370)	(6.038)	(5.815)
Remuneração de Capital de Terceiros	32	(5.141)	(7.562)	(739.456)	(837.524)
Juros		(5.115)	(7.539)	(730.769)	(829.111)
Aluguéis		(26)	(23)	(8.687)	(8.413)
Remuneração de Capitais Próprios	31	(715.802)	(557.034)	(715.802)	(557.034)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(231.239)	(229.635)	(231.239)	(229.635)
Lucro Retido do Exercício		(484.563)	(327.399)	(484.563)	(327.399)
Valor Adicionado Distribuído		(774.773)	(616.133)	(7.793.546)	(7.271.872)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.465.509 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2023

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica nº 78/2023-STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2023 até 21 de agosto de 2024. No reajuste tarifário de 2023, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 2,30%.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 -STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025.

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcela A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcela B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários em sua rede de distribuição.

O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O efeito médio de 3,02% decorre:

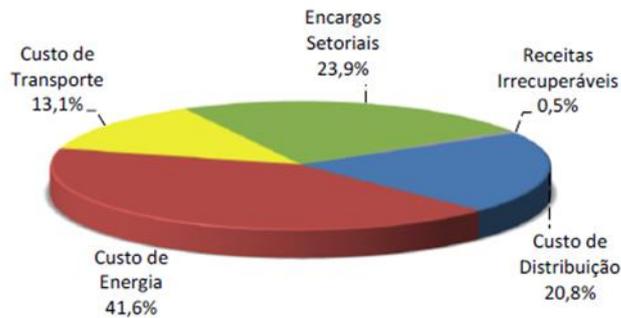
- (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da Receita Requerida;
- (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e
- (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Na composição da Receita Líquida a Parcela A (Custos não Gerenciáveis) participa com 79,20% e a Parcela B (Custo Gerenciável) com 20,8%.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

Participação no Reajuste Tarifário 2024 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.374/2024)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,21%
	Custos de Transmissão	-2,72%
	Compra de Energia	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,03%
	Total Parcela A	-3,12%
Parcela B	Total Parcela B	0,55%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		-2,57%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		6,66%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		3,02%

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da nova Receita Anual da Celesc D.



c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013 e em vigor desde 2015, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando esses custos eram repassados apenas em reajustes anuais. O objetivo é conscientizar os consumidores sobre o uso racional de recursos naturais.

Em 2024, a bandeira verde foi acionada de janeiro a junho, seguida pela bandeira amarela em julho, retornando à verde em agosto e acionando a vermelha patamar 1 em setembro. Os valores repassados à Celesc D totalizaram R\$ 76,9 milhões. Em março de 2024, a ANEEL aprovou reduções significativas nas tarifas das bandeiras, devido a um cenário hidrológico favorável e à oferta de energia renovável, com a bandeira amarela reduzida em quase 37% e a vermelha patamar 1 em 31,3%.

d) Bônus de Itaipu

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 3.093 de 2022, o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar relacionados à potência contratada de Itaipu, visando a modicidade tarifária. Em 2021, a Conta de Comercialização de Itaipu teve um saldo positivo de R\$947,8 milhões, utilizado para reduzir tarifas em 2022. A Celesc D recebeu R\$239,5 milhões desse saldo, resultando em uma redução tarifária de 2,47%. A recomposição dos valores à Conta de Comercialização, inicialmente prevista para 2024, foi antecipada para 2023, com um passivo financeiro setorial atualizado de R\$271,23 milhões, cujas quotas mensais foram definidas para os 12 meses após o processo tarifário de agosto de 2023, finalizando em agosto de 2024.

e) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

Celesc D entrou com uma ação judicial para contestar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016, buscando o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias e, ao mesmo tempo, requereu a concessão de medida liminar solicitando a suspensão de redutor tarifário de R\$256,6 milhões, previsto para a Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2016. Em 2019, a sentença foi desfavorável à Celesc D, que recorreu à segunda instância.

A discussão judicial continua em andamento, aguardando a decisão de mérito dos desembargadores. No entanto, a Celesc D já diferiu a devolução dos valores nos processos de reajustes tarifários anuais de 2019 a 2023.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024/2025, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,98 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Anual	Receita Mensal	Receita Mensal
	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025	(R\$/mil) Ciclo 2023/2024	(R\$/mil) Ciclo 2024/2025	(R\$/mil) Ciclo 2023/2024
UHE Pery	28.643	27.779	2.387	2.315
UHE Garcia	13.512	12.773	1.126	1.064
UHE Bracinho	17.446	16.405	1.454	1.367
UHE Cedros	12.264	11.766	1.022	980
UHE Palmeiras	26.121	25.010	2.177	2.084
UHE Salto	8.884	8.343	740	695

2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 31 de dezembro de 2024, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em operação em teste. Também possui, em operação comercial, seis empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 136,51MW, sendo 124,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 9MW de fonte solar, e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

(a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			116,27	70,81	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
Total			9,00

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)	Belmonte/SC	(*)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)	Bandeirante/SC	(*)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(CRF) O Complexo Energético Rio das Flores é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

d) Transmissão

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro a seguir:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

A Receita Anual Permitida – RAP dessa concessão para o ciclo 2024/2025, a partir de 1º de junho de 2024, nos termos da Resolução Homologatória nº 3.348/2024, foi estabelecida no valor de R\$256,65 milhões.

2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%.
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,86%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente Demonstração Financeira foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 27 de março de 2025. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequente e está no Anexo “A” da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 4.3 - Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 – Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- NE 19 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 19.4 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 27 – Contingências: definição do grau de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 - Instrumentos financeiros: previsão de entradas e saídas no fluxo de caixa;
- NE 9.2 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos e as principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- NE 13.1 - Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 - Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 14.1 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 - Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 15 - Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 17.2 - Realização de Ativos Fiscais Diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- NE 17.7 – Incerteza Sobre Tratamento de Tributos Sobre o Lucro – incerteza no tratamento fiscal e na determinação do lucro tributável;
- NE 19 – Imobilizado: taxa de depreciação e vida útil dos ativos;
- NEs 19.2 - *Impairment* de Ativos Não Financeiros: definição de premissas, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NE 19.4 – Prazo do arrendamento: definição das taxas de desconto e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 - Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa, previsão de vida útil e taxa de amortização;
- NE 24 – Instrumentos financeiros derivativos: as premissas são baseadas nas condições da marcação a mercado, existentes na data do balanço, para calcular o valor justo;
- NE 28 – Provisões para Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões, considerando, ainda, as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e as jurisprudências;

- NE 29 - Benefícios a Empregados: definição das principais premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs 9 e 32.1 – Receita Não Faturada – Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 30 – Crédito de PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo;
- NE 32.2 – Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observou-se para fins de melhor divulgação a reclassificação dos juros capitalizados, nos valores correspondentes do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo que tal reclassificação teve efeito imaterial.

4.3. Base de Consolidação

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

As controladas Celesc D e Celesc G, são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo e as informações financeiras são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações da controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Controladora deixa de ter o controle. Qualquer participação retida na Companhia é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

b) Controladas

Controladas são todas entidades das quais o Grupo detém o controle ou quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

d) Método de equivalência patrimonial

Os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no resultado ou em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas. A distribuição de dividendos reduz o valor contábil do investimento.

4.4. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Ativo de Contrato

Ativos de contrato correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, sujeitos à obrigação de performance para atendimento das necessidades da concessão, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados.

Parte dos investimentos efetuados pela concessionária é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Quando esses ativos entram em operação, são bifurcados em Ativo Financeiro Indenizável e Intangível, e remunerados pela tarifa.

É garantido à concessionária o direito de remuneração do Ativo Intangível pelos usuários do serviço público na inclusão dos valores na tarifa de energia.

A parte do investimento, reconhecida como Ativo Financeiro Indenizável, é a indenização prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

4.5.1. Obrigações Especiais no Ativo de Contrato

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos de contrato.

4.6. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, se houver.

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens ou pelo prazo de concessão, optando-se pelo menor entre os dois, e reconhecida no resultado. O efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

4.7. Instrumentos Financeiros

4.7.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

O Grupo classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ganhos e perdas não são reclassificados ao resultado no futuro. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.7.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.7.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (NE 13.1)

4.7.4. Instrumento Financeiro Derivativo

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ganhos ou perdas do instrumento de hedge são reconhecidos no resultado do período. Simultaneamente, as mudanças no valor justo do item protegido, atribuíveis ao risco coberto, também são ajustadas no resultado.

4.8. Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando o Grupo possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição energia, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente do Grupo, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por transferência do ativo de contrato (adições) e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

O ativo de contrato corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de distribuição ao longo da execução da obra. O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura considera os custos efetivamente incorridos na obra. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento na tarifa, a cada cinco anos, na Revisão Tarifária Periódica.

4.9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Ativo Financeiro Setorial, é composto pela Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA e itens financeiros (NE 13), destinando-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Caso os custos incorridos sejam superiores, o Poder Concedente homologa o direito incondicional de receber caixa do consumidor.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

Os ativos e passivos financeiros setoriais (Parcela A – CVA e demais itens financeiros), são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Os saldos das contas são atualizados com base na taxa de juros Selic até o reajuste tarifário subsequente, no resultado financeiro, sendo como receita quando for ativo financeiro setorial e despesa quando for passivo financeiro setorial. Quando ocorre o reajuste tarifário, os ativos/passivos financeiros setoriais passam a ser amortizados, de forma linear, pelos próximos 12 meses, em contrapartida, na Receita Bruta.

O passivo financeiro setorial é constituído quando os custos previstos pelo Poder Concedente e incluídos na tarifa no reajuste tarifário anual são efetivamente inferiores aos incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, gerando uma obrigação de devolução ao consumidor no próximo reajuste.

Quando os custos homologados nas tarifas são inferiores aos custos incorridos, a mensuração é positiva e há um crédito na receita decorrente de um direito a receber (débito no ativo financeiro setorial). Quando esses custos são superiores, registra-se uma obrigação contabilizada a débito na receita e o crédito no passivo financeiro setorial.

Os ativos e passivos financeiros constituídos tem impacto nulo no resultado. Financeiramente, considerando que quando há mais ativos para receber do que passivos a devolver, significa que houve um descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para esses itens na perspectiva tarifária.

4.10. Ativo Financeiro Bonificação de Outorga

Por se tratar de um contrato de concessão de serviço público de geração em regime de cotas, com a previsão de pagamento de bonificação de outorga nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, teve sua contabilização como ativo financeiro, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Mensalmente o saldo é atualizado pela taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.11. Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Usina Pery

O reconhecimento contábil dos investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão é considerado como Ativo Financeiro por possuir o direito incondicional, previsto em contrato, de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 09 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018 a 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração dos investimentos em bens reversíveis não amortizados, não depreciados e não indenizados, com base no que estabelece o Artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, nos termos do Artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

O saldo do ativo financeiro da indenização do Projeto Básico de ampliação da Usina Pery, aprovado pelo Despacho nº 2.018/2021, emitido pela ANEEL, é atualizado pelos juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e monetariamente pelo IPCA, sendo lançados como Ativo Financeiro na Receita Operacional Bruta e amortizado no faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. (NE 14.3)

4.12. Impairment de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado, até o valor contábil do bem. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.13. Impairment de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

4.14. Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor líquido de realização, entre os dois o menor.

4.15. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro do exercício, são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas. O montante do imposto de renda e a contribuição social corrente a pagar ou a receber são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, por entidade contribuinte.

As despesas do imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo no momento da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.16. Imobilizado

São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que seja capaz de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

4.17. Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

Correspondente ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial é pelo valor do custo, trazido a valor presente, em contrapartida ao passivo de arrendamentos e depreciado pelo método linear durante o prazo de arrendamento definido em contrato. Os ativos de arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável estão isentos da adoção do pronunciamento contábil.

O passivo de arrendamentos, representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade. O reconhecimento inicial é calculado pelo valor presente e o encargo financeiro é reconhecido no resultado como despesa financeira. A taxa nominal é definida pelo Grupo.

4.18. Contrato de Concessão de Distribuição de Energia

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços prestados. Esse direito, de acordo com o ICPC 01 (R1), não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

No 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, há a cláusula contratual que determina que em caso de extinção da concessão, os bens e instalações serão revertidos ao poder concedente,

considerando o montante de indenização devida à distribuidora de energia, considerando os seguintes procedimentos: realização de inventário dos bens reversíveis; valoração destes bens pelo valor novo de reposição – VNR; consideração da depreciação acumulada observadas as datas de incorporação do bem ao sistema elétrico, obtendo-se o valor líquido; e o abatimento das obrigações especiais – OE, do cálculo do valor a ser indenizado.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, contemplam os pagamentos efetuados por terceiros, com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registradas nas Demonstrações Financeiras como redutoras dos ativos intangíveis e financeiros (em serviço) e dos ativos de contrato (em curso), uma vez que a concessionária não apresenta o direito de ser remunerada por estes investimentos efetuados por terceiros que expandem a rede de distribuição.

4.19. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para o Grupo, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.21. Benefícios a Empregados e Aposentados

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

4.22. PIS/COFINS a Restituir a Consumidores

Reconhecimento dos valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos, que serão ressarcidos aos consumidores. A baixa vem ocorrendo nos repasses aos consumidores pela tarifa da Celesc D, como um componente financeiro tarifário de caráter provisório, enquanto não houver mecanismos de devolução definidos pela ANEEL. Os valores foram inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados pela SELIC.

4.23. Reconhecimento de Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, principalmente, pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada, energia de curto prazo e disponibilidade da rede. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

Os serviços prestados pelo Grupo, atendem à satisfação da obrigação de desempenho, por serem rotineiros, possuem padrão de entrega, e tem seu preço determinado em contratos de venda de energia, prestação de serviço e ainda, regulado pela ANEEL.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos e abatimentos.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

4.23.1. Fornecimento – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, ocorre a medição da entrega de energia elétrica ao consumidor, conforme o calendário de leitura, registrando o faturamento na medida em que as faturas são emitidas.

4.23.2. Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Faturado

Com base na tarifa vigente homologada pela ANEEL, a receita de uso do fio é reconhecida pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus consumidores (livres e cativos).

4.23.3. Não faturado

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes com base em um calendário de faturamento que não coincide com o mês civil. Dessa forma, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário estimar esse valor.

Para cálculo, a estimativa considera a diferença entre a carga real total de energia distribuída no mês, deduzida do volume de energia faturada, descontados do índice de perda técnica e não técnica estimados. O resultado quantitativo da expressão totaliza a quantidade de energia não faturada que é multiplicado pelas tarifas vigentes por classe de consumo apurando desta forma o total da provisão de Receita Não Faturada.

4.23.4. Ativos financeiros setoriais

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). Os itens da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, são variações com compras de energia, encargos setoriais e outras, a serem incluídos nas tarifas futuras em função de reajustes tarifários. É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

4.23.5. Suprimento – Faturado

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço estabelecido pela ANEEL nos leilões de energia; e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; bem como dos ajustes e adicionais específicos. A receita considera a quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.

4.23.6. Energia de curto prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

4.23.7. Receita de construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos aos serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, esta atividade de construção é assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo.

4.23.8. Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

4.24. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB, serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IAS 21	CPC 02	Ausência de conversibilidade	01/01/2025
IAS 28	CPC 18	Investimento em Coligada e Controlada em Conjunto	01/01/2025
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Substituirá o CPC 26	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

Utiliza-se uma matriz de provisões como expediente prático para estimar perdas de crédito esperadas, considerando a realidade histórica, as condições atuais e as previsões razoáveis de futuro, sem desconsiderar as questões de mercado (NE 9.2).

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2043	31.12.2023
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.242.824	1.977.467
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	372.867	359.361
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	168.770	162.581
Títulos e Valores Mobiliários (e)	16	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (f)	14	-	-	948.715	778.341
Ativo Financeiro Setorial (f)	13.1	-	-	-	94.538
Total		97.086	56.879	4.752.866	4.278.692

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. (NE 9.2)

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(56.482)	(49.865)
Total		(56.482)	(49.865)

5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 31 de dezembro de 2024.

Descrição	Taxas % (i)	Consolidado					Total valor Futuro	Total Valor Contábil
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos		
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	27.298	-	91.286	744.803	-	863.387	670.221
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		9.497	-	-	-	-	9.497	9.497
Eletrobras	5% a.a.	73	146	149	-	-	368	364
Debêntures – Celesc D	CDI + 0,95% a 2,6% a.a.	28.687	25.685	119.642	605.119	359.175	1.138.308	816.044
Debêntures - Celesc D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	27.690	-	-	360.396	1.834.165	2.222.251	1.370.175
Instrumento Financeiro Derivativo	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	-	-	73.053	-	-	73.053	70.230
Entidade de Previdência Privada		17.194	24.057	108.257	577.369	882.671	1.609.548	1.609.548
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	-	6.495	30.962	9.643	47.100	37.403
Fornecedores		714.703	277.794	216	-	-	992.713	992.713
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	32.567	65.504	306.690	30.061	-	434.822	409.999
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	11.644	-	-	-	-	11.644	11.594
BID	CDI + 0,71% a 1,88% a.a.	31.900	-	70.136	357.070	1.659.818	2.118.924	1.308.800
Passivo de Arrendamento		184	447	1.509	3.525	313	5.978	5.978
Total		901.437	393.633	777.433	2.709.305	4.745.785	9.527.593	7.312.566

(i) Fontes <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captadas pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições.

Para as debêntures captadas na Celesc D são utilizados derivativos para gerenciar riscos de mercado, aplicando a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade das taxas no resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaborada por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 9,50% e das taxas de inflação em 3,95% para os próximos 12 meses, num cenário benigno, considerado provável. Num cenário adverso, mas possível, estimou essas variações em 16,25% e 8,00%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
CDI / Selic				9,50%	16,25%
	Aplicações Financeiras	8	933.512	1.022.196	1.085.208
	Empréstimos	22	(1.979.021)	(2.167.028)	(2.300.612)
	Debêntures	23	(816.044)	(893.568)	(948.651)
	Instrumento Financeiro Derivativos	24	(70.230)	(76.902)	(81.642)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(409.999)	(970.630)	(998.305)
Total			(2.341.782)	(3.085.932)	(3.244.002)
IPCA				3,95%	8,00%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	946.294	983.673	1.021.998
	Debêntures	23	(1.407.578)	(1.463.177)	(1.520.184)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	372.867	387.595	402.696
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	168.770	175.436	182.272
	Reserva Matemática a Amortizar	28	(11.594)	(12.052)	(12.522)
Total			68.759	71.475	74.260

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e

equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE nº	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	670.585	671.494
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.308.800	1.303.171
Debêntures	23	2.223.622	1.196.606
Instrumento Financeiro Derivativos	24	70.230	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(1.019.482)	(906.196)
Dívida Líquida		3.253.755	2.265.075
Total do Patrimônio Líquido		3.671.279	2.932.567
Total do Capital		6.925.034	5.197.642
Índice de Alavancagem Financeira (%)		46,99%	43,58%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2024:

		Consolidado					
		31.12.2024		31.12.2023			
NE	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos Financeiros:							
Valor justo por meio do resultado		948.715	948.715	778.341	778.341		
	Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	946.294	946.294	775.920	775.920
	Ativo Indenizatório (concessão geração)(d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Custo amortizado		3.853.413	3.853.413	3.551.236	3.551.236		
	Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		1.019.482	1.019.482	906.196	906.196
	Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			49.470	49.470	51.093	51.093
	Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.242.824	2.242.824	1.977.467	1.977.467
	Ativo Financeiro Setorial (e)	13		-	-	94.538	94.538
	Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		372.867	372.867	359.361	359.361
	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		168.770	168.770	162.581	162.581
Valor justo por meio do resultado abrangente		208	208	208	208		
	Títulos e Valores Mobiliários (c)	16	1	208	208	208	208
Total dos ativos financeiros		4.802.336	4.802.336	4.329.785	4.329.785		
Passivos Financeiros:							
Valor justo por meio do resultado		1.440.406	1.477.319	-	-		
	Debêntures	23	2	1.370.176	1.407.089	-	-
	Instrumentos Financeiros Derivativos (f)	24	2	70.230	70.230	-	-
Custo amortizado		4.457.794	4.470.049	5.407.685	5.391.457		
	Passivo Financeiro Setorial (e)	13		409.999	409.999	903.863	903.863
	Fornecedores (e)	21		992.713	992.713	1.089.092	1.089.092
	Empréstimos e financiamentos (b)	22	2	1.979.385	1.979.903	1.974.665	1.932.416
	Debêntures (b)	23	2	853.446	865.183	1.196.606	1.222.627
	Dividendos e JSCP (e)	12		212.754	212.754	211.329	211.329
	Encargos Setoriais - CDE (e)	26		9.497	9.497	32.130	32.130
Total dos passivos financeiros		5.898.200	5.947.368	5.407.685	5.391.457		

Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Títulos e Valores Mobiliários, são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	889.689	983.213
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	906.067	718.165
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	929.791	627.608
Subotal	2.725.547	2.328.986
PECLD com clientes (NE 9.2)	(482.723)	(351.519)
Total	2.242.824	1.977.467

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Recursos em Banco e em Caixa	6	6	85.970	115.183
Aplicações Financeiras	26.162	56.665	128.362	791.013
Fundos de Investimentos	70.710	-	805.150	-
Total	96.878	56.671	1.019.482	906.196

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda). Em 2023, os títulos também eram CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Consolidado	
			Vencidas Há mais de 90 dias	31.12.2024
Consumidores (i)	693.839	500.847	758.782	1.953.468
Residencial	369.762	268.851	394.759	1.033.372
Industrial	66.511	56.160	105.149	227.820
Comércio	140.068	93.584	189.433	423.085
Rural	46.522	27.842	25.641	100.005
Poder Público	37.100	23.840	23.654	84.594
Iluminação Pública	18.998	9.155	8.681	36.834
Serviço Público	14.878	21.415	11.465	47.758
Suprimento a Outras Concessionárias	202.530	20.812	18.924	242.266
Concessionárias e Permissionárias	222.565	16.808	10.812	250.185
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	211	-	-	211
Outros Créditos (iii)	10.425	4.004	8.112	22.541
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(30.671)	-	-	(30.671)
Total	896.369	521.659	777.706	2.195.734
Receita Não Faturada	529.813	-	-	529.813
PECLD com Clientes	(7.850)	(12.202)	(462.671)	(482.723)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.418.332	509.457	315.035	2.242.824
Circulante				2.238.333
Não Circulante				4.491

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Consolidado	
			Vencidas Há mais de 90 dias	31.12.2023
Consumidores (i)	760.343	263.898	459.245	1.483.486
Residencial	385.461	163.481	240.776	789.718
Industrial	83.756	30.089	80.127	193.972
Comércio	159.743	48.897	123.793	332.433
Rural	53.162	16.098	12.861	82.121
Poder Público	44.658	5.218	1.386	51.262
Iluminação Pública	17.294	23	283	17.600
Serviço Público	16.269	92	19	16.380
Suprimento a Outras Concessionárias	237.319	13.448	26.805	277.572
Concessionárias e Permissionárias	232.398	3.070	1.613	237.081
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	152	-	-	152
Outros Créditos (iii)	27.954	10.378	25.192	63.524
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(23.185)	-	-	(23.185)
Total	997.662	277.346	486.050	1.761.058
Receita Não Faturada	567.928	-	-	567.928
PECLD com Clientes	(8.414)	(6.989)	(336.116)	(351.519)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.557.176	270.357	149.934	1.977.467
Circulante				1.952.160
Não Circulante				25.307

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores recebidos de processos judiciais, nos quais a empresa obteve êxito, serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados nos ativos da empresa, assim que os processos forem identificados.

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Consumidores		
Residencial	228.167	166.340
Industrial	94.224	75.914
Comércio, Serviços e Outras	103.163	73.810
Rural	8.212	5.542
Poder Público	1.779	222
Iluminação Pública	3.931	284
Serviço Público	5.841	19
Concessionárias e Permissionárias	244	195
Consumidores Livres	5.830	2.365
Outros	31.332	26.828
Total Circulante	482.723	351.519

Abaixo, segue a demonstração da movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2022	324.580
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	76.804
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(49.865)
Saldo em 31.12.2023	351.519
Provisão/Reversão Constituída no Exercício	187.686
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(56.482)
Saldo em 31.12.2024	482.723

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Anualmente, no encerramento do exercício, a Companhia revisa e atualiza a matriz de risco de crédito, reavaliando se houve aumento ou diminuição do risco. Excepcionalmente, a matriz de perdas estimadas de crédito utilizada no encerramento do exercício de 2023 foi mantida, pois é considerada mais aderente à evolução histórica da inadimplência dos consumidores da Celesc D, visto que a Companhia optou por suspender o corte dos consumidores que estão em atraso até que se conclua a implementação do novo sistema comercial prevista para 2025.

Desta forma, mantivemos os dados históricos, com base em dados observáveis atuais anteriormente disponíveis para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

Saldo de Recebíveis	Concessio- nárias e Permissio- nárias*							
		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
Aging / Meses								
A vencer	222.297	369.762	66.907	140.068	46.522	37.100	18.998	14.878
Vencidos de 0 a 3 meses	16.807	268.851	55.467	93.584	27.842	23.840	9.155	21.415
Vencidos de 3 a 6 meses	4.697	100.189	16.850	34.697	8.597	16.963	5.600	9.455
Vencidos de 6 a 12 meses	4.458	85.785	16.861	40.314	6.696	6.489	3.077	1.994
Vencidos de 12 a 18 meses	224	32.878	8.342	14.082	1.779	14	-	3
Vencidos de 18 a 24 meses	121	35.142	9.768	16.637	2.701	13	1	2
Vencidos de 24 a 36 meses	131	57.852	11.092	30.194	3.068	2	-	10
Vencidos de 36 a 48 meses	406	48.472	24.851	27.190	1.578	105	-	1
Vencidos de 48 a 60 meses	774	30.486	9.162	18.023	1.127	28	-	-
Vencidos há + 60 meses	-	3.955	8.223	8.296	95	40	3	-
Total	249.915	1.033.372	227.523	423.085	100.005	84.594	36.834	47.758

Expectativa de Perda Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Almoxarifado Distribuição	21.369	23.202
Almoxarifado Geração	63	68
Total	21.432	23.270

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre o JCP creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, crédito de IRPJ referente a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem de incentivos fiscais), aplicações financeiras e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante o exercício de 2024.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL a compensar	71.041	61.925	110.766	94.572
Total	71.041	61.925	110.766	94.572

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	483.691	584.061
ICMS	-	-	58.404	61.482
PIS/COFINS (i)	-	-	21.807	-
Outros	-	-	739	993
Total	-	-	564.641	646.536
Circulante	-	-	195.932	173.012
Não Circulante	-	-	368.709	473.524

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, a partir do exercício de 2023.

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	584.061
Atualização financeira	-	-	-	41.831
Baixa por utilização do crédito	-	-	-	(142.201)
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	483.691
Circulante	-	-	-	142.201
Não Circulante	-	-	-	341.490

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vencidos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER, OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

12.1. Dividendos e JCP a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Dividendos SCGÁS	1.397	1.367	1.397	1.367
Dividendos ECTE	4.378	3.123	4.378	3.123
Dividendos DFESA	54	514	54	514
JCP Celesc G	45.072	43.616	-	-
JCP Celesc D	175.302	174.528	-	-
JCP SCGÁS	1.400	1.150	1.400	1.150
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	3.222	3.513
JCP Casan	4.356	-	4.356	-
Total Circulante	231.959	224.298	14.807	9.667

12.2. Outros Ativos e Passivos – Circulantes e Não Circulantes

12.2.1 Outros Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	49.470	51.093
ICMS ST (i)	-	-	56.420	37.537
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	46.679	44.301
Adiantamento Proinfra (iii)	-	-	28.916	24.873
Diferença Reembolso CDE	-	-	21.726	-
Programa Baixa Renda	-	-	7.372	6.645
Despesas Pagas Antecipadamente (iv)	381	442	5.299	3.114
Conta Bandeiras	-	-	4.253	3.684
Destinado a Alienação	-	-	3.168	3.075
Pessoal a Disposição	-	-	748	794
Adiantamentos Diversos (v)	81	71	9.878	7.795
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Taxas Regulamentares a Compensar	-	-	-	8.156
Alienação de Bens e Direitos (vi)	-	-	10.559	-
Outros Créditos (vii)	-	-	2.319	2.197
Total	462	513	247.945	194.402
Circulante	462	513	235.030	191.326
Não Circulante	-	-	12.915	3.076

(i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$3,9 milhões.

(v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$620,4 mil), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$7,2 milhões).

(vi) Alienação de Bens e Direitos

Venda de um terreno, no mês de junho de 2024, à Prefeitura de Criciúma, o valor total do contrato foi de R\$10,3 milhões, parcelado em 180 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.

(vii) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

12.2.2. Outros Passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Empregados à Disposição	891	830	-	-
Partes Relacionadas/Celos	-	-	24	33
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	-	5.846
Cosip	-	-	34.837	42.053
Contrato Convênios	-	-	11.479	13.200
Diferença Subsídio CDE	-	-	1.991	3.283
Obrigações com Empregados	-	-	42	634
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	21.774	8.616
Bônus Itaipu	-	-	52.589	133
Créditos a Compensar com Consumidor	-	-	102.850	8.422
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	3.770	5.264
Penalidade DIC/FIC	-	-	802	1.838
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.149	1.146
Acionistas	205	205	205	205
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	124	120	124	120
Pagamento Despesas Judiciárias	-	14	-	14
Seguro a Pagar	-	-	783	404
Cauções em Garantia	103	201	182	277
Outros	1	-	1.712	16.391
Total Circulante	1.324	1.370	234.313	107.879

13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário.

Composição do saldo do exercício segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
CVA 2023 – Período de 22.08.2022 a 21.08.2023	-	(45.295)
CVA 2024 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	85.797	327.955
CVA 2024 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	113.525	-
Total – CVA	199.322	282.660
Outros Itens – Período de 22.08.2022 a 21.08.2023	-	(919.178)
Outros Itens - Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	(447.331)	(172.807)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(161.990)	-
Total – Outros Itens – CVA	(609.321)	(1.091.985)
Total	(409.999)	(809.325)

Consolidado

Descrição	31.12.2023	Apropriação	Amorti-zação	Remune-ração	Transferên-cias	31.12.2024	Saldo em Amortização (i)	Saldo em Constituição (ii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	569.899	185.436	(313.525)	33.159	46.712	521.681	277.061	244.620	364.037	157.644
Aquisição de Energia (a)	229.668	(117.061)	(17.725)	1.219	10.216	106.317	-	106.317	37.802	68.515
Transporte Rede Básica (b)	199.340	85.123	(156.841)	15.787	-	143.409	107.550	35.859	120.299	23.110
Transporte de Energia	24.167	5.919	(18.931)	1.856	-	13.011	13.011	-	13.011	-
ESS (e)	52.214	102.007	(50.398)	9.468	-	113.291	53.680	59.611	74.875	38.416
CDE	3.374	77.484	(30.886)	3.209	-	53.181	53.181	-	53.181	-
Neutralidade Parcela A	18.115	22.665	-	1.573	-	42.353	-	42.353	15.059	27.294
Sobrecontratação de Energia	41.034	8.015	(23.974)	(36)	-	25.039	25.039	-	25.039	-
Crédito de PIS/COFINS	-	-	(12.977)	-	36.496	23.519	23.519	-	23.519	-
Outros	1.987	1.284	(1.793)	83	-	1.561	1.081	480	1.252	309
Passivo Financeiro Setorial	(1.379.224)	(892.269)	1.479.588	(63.455)	(76.320)	(931.680)	(638.595)	(293.085)	(752.636)	(179.044)
Aquisição de Energia	-	-	40.256	1.823	(107.969)	(65.890)	(65.890)	-	(65.890)	-
Custo Energia de Itaipu (c)	(195.985)	(64.436)	196.375	(16.805)	(10.216)	(91.067)	(68.130)	(22.937)	(76.286)	(14.781)
Proinfa	(20.890)	(11.343)	26.561	(1.933)	-	(7.605)	(7.605)	-	(7.605)	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	12	-	(79)	-	(67)	-	(67)	(24)	(43)
CDE	(9.228)	(64.699)	9.781	(1.112)	-	(65.258)	-	(65.258)	(23.203)	(42.055)
Neutralidade Parcela A (d)	(54.160)	(197.467)	127.910	(9.956)	-	(133.673)	(133.673)	-	(133.673)	-
Sobrecontratação de Energia	(56.241)	(100.147)	56.241	(7.822)	107.969	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(589.070)	(58.885)	576.169	(2.060)	-	(73.846)	(44.671)	(29.175)	(52.130)	(21.716)
Bandeiras Tarifárias	(174)	(19.605)	-	-	-	(19.779)	-	(19.779)	(19.779)	-
Risco Hidrológico (f)	(406.468)	(370.384)	381.639	(17.146)	-	(412.359)	(269.708)	(142.651)	(320.428)	(91.931)
CDE Modicidade Eletrobrás	(31.876)	-	51.360	(5.006)	(60.045)	(45.567)	(39.992)	(5.575)	(41.974)	(3.593)
Outros	(15.132)	(5.315)	13.296	(3.359)	(6.059)	(16.569)	(8.926)	(7.643)	(11.644)	(4.925)
Saldo Ativos/(Passivos)	(809.325)	(706.833)	1.166.063	(30.296)	(29.608)	(409.999)	(361.534)	(48.465)	(388.599)	(21.400)

Consolidado

Descrição	31.12.2022	Apropriação	Amorti-zação	Remune-ração	Transferên-cias	31.12.2023	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativo Financeiro Setorial	898.170	252.899	(622.378)	69.106	(27.898)	569.899	145.976	423.923	296.704	273.195
Aquisição de Energia	137.397	172.506	(92.269)	12.034	-	229.668	16.722	212.946	92.436	137.232
Proinfa	59.745	-	(63.840)	4.095	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	134.783	139.279	(93.909)	19.187	-	199.340	89.034	110.306	128.254	71.086
Transporte de Energia	23.707	17.091	(19.414)	2.783	-	24.167	10.731	13.436	15.508	8.659
ESS	70.811	48.349	(80.847)	13.901	-	52.214	18.133	34.081	30.251	21.963
CDE	277.536	(27.553)	(264.795)	18.186	-	3.374	-	3.374	1.199	2.175
Neutralidade Parcela A	45.881	(29.940)	-	2.174	-	18.115	-	18.115	6.441	11.674
Sobrecontratação de Energia	119.373	(69.446)	(5.605)	(3.288)	-	41.034	10.159	30.875	21.137	19.897
Outros	28.937	2.613	(1.699)	34	(27.898)	1.987	1.197	790	1.478	509
Passivo Financeiro Setorial	(1.575.286)	(749.089)	1.910.759	(59.097)	(906.511)	(1.379.224)	(1.110.449)	(268.775)	(1.200.567)	(178.657)
Aquisição de Energia	-	(2.712)	-	2.712	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	(74.702)	(202.396)	97.389	(16.276)	-	(195.985)	(149.797)	(46.188)	(166.219)	(29.766)
Proinfa	(3.800)	(27.230)	12.217	(2.077)	-	(20.890)	(20.890)	-	(20.890)	-
CDE	-	(14.061)	5.397	(564)	-	(9.228)	(9.228)	-	(9.228)	-
Neutralidade Parcela A	(14.851)	(78.337)	44.732	(5.704)	-	(54.160)	(54.160)	-	(54.160)	-
Sobrecontratação de Energia	(52.302)	-	83.331	-	(87.270)	(56.241)	(56.241)	-	(56.241)	-
Devoluções Tarifárias	(586.535)	(46.959)	853.944	(1.901)	(807.619)	(589.070)	(551.522)	(37.548)	(559.314)	(29.756)
Bandeiras Tarifárias	(216)	42	-	-	-	(174)	-	(174)	(174)	-
Risco Hidrológico	(506.198)	(365.439)	487.963	(22.794)	-	(406.468)	(232.835)	(173.633)	(294.571)	(111.897)
CDE Modicidade Eletrobrás	(150.121)	-	150.121	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Itaipu-Decreto 11.027/2022	(154.362)	-	154.362	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(32.199)	(11.997)	21.303	(12.493)	(11.622)	(47.008)	(35.776)	(11.232)	(39.770)	(7.238)
Saldo Ativos/ (Passivos)	(677.116)	(496.190)	1.288.381	10.009	(934.409)	(809.325)	(964.473)	155.148	(903.863)	94.538

O saldo do ativo financeiro setorial em constituição é em função da cobertura tarifária não estar aderente em relação aos custos incorridos, ou seja, uma cobertura tarifária insuficiente para cobrir todos os custos gerando um valor a ser recebido no RTA de 2025.

- (i) Saldo em amortização – corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2024.
- (ii) Saldo em constituição – corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2025:
 - a) Custos de Aquisição de Energia – O montante expressivo da CVA energia se deve ao aumento das contas relacionadas a energia dentro do Sumário 001. Principalmente as contas que refletem os efeitos das usinas, provocados pela escassez de energia hídrica no SIN.
 - b) Transporte Rede Básica: A constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.
 - c) Custo da energia de Itaipu: reflete a variação da conta em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix.
 - d) Neutralidade da Parcela A: A Conta captura a variação entre os valores faturados e os valores determinados como cobertura para a Parcela A da Celesc, ou seja, os custos não gerenciáveis. O valor expressivo foi provocado pelo faturamento abaixo do esperado no mês de setembro.
 - e) Encargos de Serviços de Sistema (ESS)– A conta encargos foi pressionada pelos custos relacionados a escassez de energia hidráulica.
 - f) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário.

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Circulante						40.019
Não Circulante						306.791
Atualização Monetária	2.206	3.172	2.422	1.459	5.907	15.166
Juros	6.111	8.909	6.569	4.619	14.349	40.557
Amortização	(6.497)	(9.383)	(6.962)	(4.776)	(15.554)	(43.172)
Saldo em 31.12.2023	52.350	75.332	57.429	34.873	139.377	359.361
Circulante						41.569
Não Circulante						317.792
Atualização Monetária	2.378	3.424	2.614	1.578	6.363	16.357
Juros	6314	9.217	6.792	4.786	14.811	41.920
Amortização	(6.738)	(9.730)	(7.220)	(4.953)	(16.130)	(44.771)
Saldo em 31.12.2024	54.304	78.243	59.615	36.284	144.421	372.867
Circulante						43.449
Não Circulante						329.418

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	946.294	775.920
Em Serviço	946.294	775.920
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	171.191	165.002
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	168.770	162.581
Total	1.117.485	940.922
Circulante	19.039	18.215
Não Circulante	1.098.446	922.707

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022 (Reclassificado)	596.648
(+) Transferência de Ativo de Contrato	159.797
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	20.586
(-) Resgate	(1.111)
Saldo em 31.12.2023	775.920
(+) Transferência de Ativo de Contrato	142.149
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	30.020
(-) Resgate	(1.795)
Saldo em 31.12.2024	946.294

(i) IPCA

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados as concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021 a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, no decorrer do biênio 2023-2024, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

		Consolidado
Usinas	31.12.2024	31.12.2023
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o Artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do Artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo atualizado é de R\$168,8 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2024/2025, R\$19,9 milhões se referem à indenização.

	Consolidado
Descrição	Usina Pery
Saldo em 31.12.2022	156.840
Atualização Monetária	6.871
Juros	17.744
Amortização	(18.874)
Saldo em 31.12.2023	162.581
Atualização Monetária	7.416
Juros	18.347
Amortização	(19.574)
Saldo em 31.12.2024	168.770
Circulante	19.039
Não Circulante	149.731

15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2022	408.969
(-) Transferências para Ativo Intangível	(759.634)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(159.797)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.170.321
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	93.424
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(266.390)
Saldo em 31.12.2023	486.893
(-) Transferências para Ativo Intangível	(559.068)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(142.149)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.127.257
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	103.193
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(244.715)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(54)
Saldo em 31.12.2024	771.357

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$103,2 milhões investidos no ano de 2024, R\$85,3 milhões foram investimentos em software. Deste valor, R\$40,0 milhões foram no novo sistema comercial. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória - BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- Software e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
Fundação de Seguridade (i)				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	2.132.977
Faturamento Energia	-	-	6	-
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA (ii)				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	514	-	514	-
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.517	-	2.517	-
EDP				
Dividendos e JCP	-	-	3.513	-
ECTE				
Dividendos e JCP	3.123	-	3.123	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	43.616	-	-	-
Celesc D (iii)				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	324	-	-
Pessoal à Disposição	-	830	-	-
Dividendos e JCP	174.528	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	224.298	1.154	9.673	2.134.333
Fundação de Seguridade				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	1.621.142
Faturamento Energia	-	-	7	-
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	54	-
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.798	-	2.798	-
EDP				
Dividendos e JCP	-	-	3.222	-
ECTE				
Dividendos e JCP	4.378	-	4.378	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-
Celesc D				
Pessoal à Disposição	-	891	-	-
Dividendos e JCP	175.302	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	227.604	891	10.459	1.622.498

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(38)	-	-	(159.976)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	84	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.487)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(1.849)	-	-	-	-
	(7.997)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	(8.035)	(1.849)	-	(159.976)	84	(14.487)
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(22)	-	-	(145.180)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	87	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(14.527)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio Pessoal à Disposição	-	(1.709)	-	-	-	-
	(9.137)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	(9.159)	(1.709)	-	(145.180)	87	(14.527)

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato firmado entre as partes é pelo período de dez anos (2015-2025), para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por MW médios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato de o Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito presumido de ICMS, relacionada aos contratos denominados "Pacto Pelas Estradas", referentes aos recursos empregados na execução de obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais.

16.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Honorários	7.167	6.433	7.167	6.433
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	1.729	1.882	1.729	1.882
Encargos Sociais	4.753	1.815	4.753	1.815
Outros	1.322	1.290	1.322	1.290
Total	14.971	11.420	14.971	11.420

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo	-	-	659.034	854.645
Passivo	-	-	(108.460)	(98.092)
Tributo Diferido Líquido	-	-	550.574	756.553

Do total de R\$550,6 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$ 659 milhões do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$108,4 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão p/ Contingências	146.346	166.543	-	-	146.346	166.543
Provisão p/ Perdas em Ativos	37.426	23.185	-	-	37.426	23.185
Benefício Pós-Emprego	573.620	722.102	-	-	573.620	722.102
Arrendamento – CPC 06	226	329	-	-	226	329
Custo Atribuído	-	-	6.356	6.643	(6.356)	(6.643)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	50.694	-	-	-	50.694
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	43.442	45.561	(43.442)	(45.561)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	53.527	56.138	(53.527)	(56.138)
Bonificação de Outorga	-	-	67.242	60.567	(67.242)	(60.567)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	25.497	22.258	(25.497)	(22.258)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.882	14.410	(13.882)	(14.410)
Operações Hedge	3.190	-	-	-	3.190	-
Outras Provisões	-	-	288	723	(288)	(723)
Total	760.808	962.853	210.234	206.300	550.574	756.553

17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$96,2 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2024 são:

Ano	31.12.2024	Consolidado
		31.12.2023
2024	-	71.570
2025	34.472	13.854
2026	17.199	17.837
2027	15.122	16.046
2028	13.663	14.399
2029+	680.352	829.147
Total	760.808	962.853

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	24.547
(-) Baixa do Custo Atribuído	(873)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	297
Saldo em 31.12.2023	23.971
(-) Baixa do Custo Atribuído	(841)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	286
Saldo em 31.12.2024	23.416

17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	1.172.309
(+) Adição dos Benefícios a empregados	386.716
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(131.483)
Saldo em 31.12.2023	1.427.541
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(386.707)
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	131.480
Saldo em 31.12.2024	1.172.314

17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	715.306	558.849	932.427	683.315
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(243.204)	(190.009)	(317.025)	(232.327)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	253.839	197.278	22.292	19.421
Benefício Fiscal	-	-	(1.649)	(1.116)
Incentivo Fiscal	-	-	7.883	4.852
Juros sobre Capital Próprio	(11.769)	(11.159)	75.092	74.693
Provisões Indedutíveis	273	(3.142)	272	(3.142)
Multas Indedutíveis	-	-	(7.070)	(4.488)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	192	62	192	63
Participação dos Administradores	(1.020)	(463)	(1.098)	(530)
Lei do Bem	-	-	518	3.771
Outras Adições (Exclusões)	2.185	5.618	3.968	12.522
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	496	(1.815)	(216.625)	(126.281)
Corrente	(422)	(1.815)	(169.150)	(131.541)
Diferido	918	-	(47.475)	5.260
Alíquota Efetiva	-0,07%	0,32%	23,23%	18,48%

O valor do IRPJ e CSLL Diferido da Controladora, R\$918,0 mil, é proveniente do reconhecimento no período de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não constituídos no ativo diferido em períodos anteriores, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas (NE 17.2).

Esse valor foi utilizado para pagamento de 50% do débito com a adesão ao programa da Autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (NE 26.1).

17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69o da lei federal no 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$ 259,56 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

17.7.2. Apuração IRPJ e CSLL - Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 16 de julho de 2024 a SERFB iniciou procedimento de ação fiscal TIF nº 08.1.69.00-2024-00068-5. Desse procedimento resultou, em 25 de novembro de 2024, na lavratura do auto de infração através do PAF nº 17459-720.040/2024-71 no valor de R\$746,6 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à constituição de crédito de IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, assim imputando à concessionária:

a) Ausência de adição ao lucro líquido oriunda de indébito tributário, referente à ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, nos anos-calendário 2019 e 2020;

b) Multa isolada por falta de reconhecimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL, nos anos-calendário 2019 e 2020.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados de próprio entendimento expresso pelas próprias autoridades fiscais, durante a primeira etapa do procedimento de fiscalização, onde foi expressamente indicado concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 24 de dezembro de 2024, a Celesc apresentou pedido de impugnação junto à Delegacia de Julgamento – DRJ pretendendo demonstrar a improcedência das acusações fiscais e a necessidade de cancelamento integral das exigências fiscais. A Companhia acompanha o andamento do Processo Administrativo Fiscal.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controladas	3.167.330	2.477.114	-	-
Celesc D	2.336.421	1.696.328	-	-
Celesc G	830.909	780.786	-	-
Controladas em Conjunto	164.648	151.145	164.648	151.145
SCGÁS	164.648	151.145	164.648	151.145
Coligadas	101.514	126.741	218.211	237.683
ECTE	66.784	95.930	66.784	95.930
DFESA	34.730	30.811	34.730	30.811
SPes	-	-	116.697	110.942
Total	3.433.492	2.755.000	382.859	388.828

18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante								
Saldo em 31.12.2023											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.098.324	7.713.074	3.643.345	5.471.725	1.696.328	10.401.34	440.160	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	189.575	798.882	73.308	134.363	780.786	183.051	95.654	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243	
Saldo em 31.12.2024											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.527.841	7.921.476	2.965.847	6.147.049	2.336.421	10.478.617	591.104	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	193.745	847.572	70.707	139.701	830.909	189.436	103.149	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247	

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante								
Saldo em 31.12.2023											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243	
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,50%	3.547	41.782	866	-	44.463	8.289	3.262	
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	31.258	50.912	25.562	1.756	54.852	20.354	17.885	
Xavantina Energética.	271	40,00%	40,00%	2.838	30.057	3.451	1.478	27.966	12.718	2.545	
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,00%	884	54.728	2.141	13.884	39.587	5.393	(334)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	290.527	2.263.026	132.319	1.851.460	569.774	330.534	61.290	
Saldo em 31.12.2024											
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340	
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247	
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	1.894	40.454	71	600	41.677	4.898	(1.236)	
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,070%	32.120	49.215	28.090	1.696	51.549	15.636	11.738	
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	3.290	28.386	2.288	-	29.388	13.343	2.867	
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.326	53.347	1.795	12.708	40.170	5.885	586	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,000%	342.659	2.303.406	810.904	1.215.318	619.843	300.936	91.398	

18.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614
Direito de Concessão	-	-	-	31.199	-	31.199
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813
Dividendos e JCP Creditados	(205.326)	(66.632)	(4.874)	(9.923)	(2.587)	(289.342)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	440.160	95.654	12.491	26.571	5.353	580.229
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(255.232)	-	-	-	-	(255.232)
Investimentos	1.696.328	780.786	95.930	121.414	30.811	2.725.269
Direito de Concessão	-	-	-	29.731	-	29.731
Saldo em 31.12.2023	1.696.328	780.786	95.930	151.145	30.811	2.755.000
Dividendos e JCP Creditados	(206.238)	(53.026)	(46.657)	(14.495)	(1.435)	(321.851)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	591.104	103.149	17.511	29.467	5.354	746.585
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada (i)	255.227	-	-	-	-	255.227
Investimentos	2.336.421	830.909	66.784	136.386	34.730	3.405.230
Direito de Concessão	-	-	-	28.262	-	28.262
Saldo em 31.12.2024	2.336.421	830.909	66.784	164.648	34.730	3.433.49

(i) Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada

O valor é referente a Avaliação Atuarial do encerramento de 2024, para os Plano Transitório, Plano Misto, Plano de Pecúlio, Plano Celos Saúde, administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, bem como os benefícios pós-empregos referentes ao Benefício Mínimo, Auxílio Deficiência e Auxílio Funeral, oferecidos pela Celesc D a seus empregados. O impacto se deu, principalmente, pelo aumento na taxa real de desconto atuarial do planos previdenciários e assistenciais (NE 29).

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Total
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Direito de Concessão (i)	-	31.199	-	-	31.199
Ágio (ii)	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279
Integralizações	-	-	-	152	152
Dividendos e JCP Creditados	(4.874)	(9.923)	(2.587)	(12.872)	(30.256)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado da Equivalência Patrimonial	12.491	26.571	5.353	12.706	57.121
Investimentos	95.930	121.414	30.811	110.660	358.815
Direito de Concessão	-	29.731	-	-	29.731
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2023	95.930	151.145	30.811	110.942	388.828
Dividendos e JCP Creditados	(46.657)	(14.495)	(1.435)	(7.478)	(70.065)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado da Equivalência Patrimonial	17.511	29.467	5.354	13.233	65.565
Saldo em 31.12.2024	66.784	164.648	34.730	116.697	382.859
Investimentos	66.784	136.386	34.730	116.415	354.315
Direito de Concessão	-	28.262	-	-	28.262
Ágio	-	-	-	282	282

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$28,3 milhões e, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$29,7 milhões. Ele está sendo amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida, que vai até 2044.

(ii) Ágio

O ágio foi gerado na compra da participação da SPE – Companhia Energética Rio das Flores – CRF pela subsidiária Celesc G. Em 31 de dezembro de 2024, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 10,14%, é de R\$18,9 milhões, sendo superior ao valor contábil de R\$13,5 milhões dessa participação. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda ACL R\$445,7 MW/h, a valores de setembro de 2024, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: 273,00/MHh, a valores de setembro de 2024, corrigido pelo IGP-M até dezembro de 2026.
Empréstimos e Financiamentos	Financiamentos na data base somam R\$60 mil, com custo financeiro de 8,18% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.
Pré Tax	10,14%

19. IMOBILIZADO

19.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora			
	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(44)	(1)	(464)	(509)
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Adições	-	-	550	550
Depreciação	(2)	-	(250)	(252)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(714)	(761)

Saldo em 31.12.2023	4	-	432	436
Adições	-	-	-	-
Depreciação	(4)	-	(235)	(239)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(50)	(1)	(949)	(1.000)
Saldo em 31.12.2024	-	-	197	197
Taxa Média de Depreciação	8,00%		40,00%	

Descrição	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Aduadoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Adições	-	-	-	-	-	53.162	19.508	72.670
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(35)	-	(147)	(182)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	35	-	-	35
Depreciação	-	(344)	(35)	(1.136)	(221)	-	(10.166)	(11.902)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	513	(513)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(905)	(905)
Perda por Recuperabilidade	(12)	(68)	(11)	(217)	(24)	-	-	(332)
Saldo em 31.12.2023	7.429	8.401	31	17.565	964	142.804	16.055	193.249
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	142.804	41.621	460.094
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.681)	(12.429)	(64.359)	(1.891)	-	(23.903)	(233.591)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	(1.663)	(1.663)
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	7.429	8.401	31	17.565	964	142.804	16.055	193.249
Adições	-	-	-	-	-	34.244	637	34.881
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(30)	-	(378)	(408)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	30	-	-	30
Depreciação	-	(1.301)	(794)	(5.733)	(261)	-	(10.955)	(19.044)
(+/-) Transferências	279	10.414	8.688	53.397	1.264	(74.042)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Reversão de Perda por recuperabilidade	1.372	2.149	75	677	18	-	-	4.291
Perda por recuperabilidade	(69)	(627)	(351)	(1.485)	(17)	-	-	(2.549)
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	103.006	41.880	494.567
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(124.982)	(13.223)	(70.092)	(2.122)	-	(34.858)	(252.605)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação	-	-	-	-	-	-	(1.719)	(1.719)
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394
Taxa Média de Depreciação	-	3,39%	3,14%	3,14%	12,96%	-	46,53%	

19.2. Recuperabilidade de Ativos (Impairment Test)

O teste de recuperabilidade é feito individualmente sobre cada usina, pela metodologia do fluxo de caixa descontado – FCD, calculando o valor recuperável de cada uma e, posteriormente, comparando esse valor com o respectivo valor contábil líquido. Para as usinas que aderiram ao risco hidrológico do GSF e constituíram um ativo intangível, a avaliação do teste de recuperabilidade se dá pela soma do saldo do imobilizado e intangível por se tratar de uma única unidade geradora de caixa.

Em 2024, a Celesc G realizou o teste de recuperabilidade e identificou a necessidade de provisionamento de perda de R\$2,55 milhões, além de reverter provisionamentos anteriores no valor de R\$4,29 milhões, resultando em um efeito positivo de R\$1,74 milhão na Demonstração de Resultado do Exercício.

Para a análise do parque gerador próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio, bem como as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2024.

Consideraram-se, para o teste de recuperabilidade, as projeções até o ano de 2054, por se tratar do prazo final da concessão da Usina Pery, restando no parque gerador da Celesc G apenas as CGHs, as quais não possuem data de término de operação.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital para 2025 pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias, manutenções e pessoal. Não são considerados investimentos em participações societárias, nem em ampliações de usinas, tendo em vista que esses efeitos não devem impactar os resultados do teste de recuperabilidade.

Em virtude do regramento estabelecido no Contrato de Concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o valor residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito à indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

As seguintes premissas foram utilizadas no teste de recuperabilidade:

Descrição	Premissa
Índice econômico para projeção	IPCA;
Período	2025 a 2054 (prazo final da concessão da Usina Pery);
Receita operacional	Regime de cotas: Pery100%, Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 70%; Contratos bilaterais e energia vendida no mercado de curto prazo relativo às sobras de energia: Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 30% (até o período de prorrogação de prazo de concessão); Salto, Garcia, Cedros, Palmeiras e Bracinho 100% (a partir da prorrogação de concessão); demais usinas 100%; Aluguel de Sistema Fotovoltaico e prestação de serviços de O&M: Campos Novos, Lages I e São José do Cedro.
Deduções da receita operacional	PIS/COFINS: Rateio pela Receita Operacional Bruta de cada usina; Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: O encargo é decorrente da geração de energia x tarifa x alíquota de CFURH (7,00%). A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA (Bracinho, Palmeiras e Pery); Taxa de Fiscalização Aneel: Para as usinas Bracinho, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto, o valor é definido pela ANEEL e reajustado em julho de cada ano pelo IPCA. Para a usina Celso Ramos, o cálculo é decorrente da Potência Instalada x Alíquota de TFSEE (0,40%) x Tarifa. A tarifa é reajustada em janeiro de cada ano pelo IPCA; Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): O valor é decorrente de 1% da ROL (Bracinho, Caveiras, Garcia, Palmeiras, Pery, Rio dos Cedros e Salto);
Encargos de uso da rede elétrica	Refere-se a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição -TUSD. Cálculo específico por usina e aplicado a todas elas. O valor é decorrente da Potência Instalada x Tarifa x % de desconto se for fonte incentivada. A tarifa é reajustada pelo IPCA em agosto de cada ano.
Provisão e reversão	Rateio pela ROB de cada usina.
IRPJ/CSLL	Calculado pela aplicação de alíquota de 25% de Imposto de Renda -IRPJ e 9% de Contribuição Social - CSLL sobre o EBIT de cada usina.
Taxa de desconto	Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 10,26%.

Os valores de perda do valor recuperável dos ativos por UGC registrados no exercício de 2024, estão demonstrados a seguir. Não houve reversão de perdas anteriores.

Usinas	Custo		Provisão Acum. Perdas	Saldo Líquido	Fluxo de Caixa Por Usina	Provisão/ Reversão a constituir	Saldo Contábil
	Imobilizado e Intangível	Depreciação e Amortização acumulada					
UHE Bracinho	51.408	(42.897)	-	8.511	99.562	-	8.511
UHE Cedros	45.892	(35.271)	-	10.621	73.601	-	10.621
UHE Garcia	15.859	(8.790)	-	7.069	73.837	-	7.069
UHE Palmeiras	73.383	(60.619)	-	12.764	146.129	-	12.764
UHE Pery	25.549	(6.650)	-	18.899	137.916	-	18.899
UHE Salto	13.773	(8.298)	-	5.475	43.025	-	5.475
PCH Celso Ramos	83.912	(17.022)	(13.003)	53.887	51.338	(2.549)	51.338
CGH Caveiras	28.753	(21.662)	(7.091)	-	4.066	4.066	4.066
CGH Ivo Silveira	12.874	(12.649)	(225)	-	3.325	225	225
CGH Pirai	3.700	(681)	(3.019)	-	(4.744)	-	-
CGH Rio do Peixe	4.788	(1.080)	(3.708)	-	(1.704)	-	-
CGH São Lourenço	8.009	(1.698)	(6.311)	-	(3.110)	-	-
CGH Maruim	108	(44)	(64)	-	-	-	-
UFV Campos Novos	4.901	(284)	-	4.617	5.918	-	4.617
UFV Lages I	4.863	(393)	-	4.470	6.197	-	4.470
UFV S. José Cedros	13.290	(533)	-	12.757	19.065	-	12.757
Total	391.062	(218.571)	(33.421)	139.070	654.421	1.742	140.812

19.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado
	Percentuais (%)
Administração	
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	9,4
Móveis e Utensílios	7,3
Operação	
Prédios e Construções	8,4
Máquinas e Equipamentos	6,5
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5,9
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	4,7

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

19.4. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765
(+) Adições	550	19.508
(-) Depreciação	(250)	(10.166)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(905)
(-) Baixa	-	(147)
Saldo em 31.12.2023	432	16.055
Circulante	-	-
Não Circulante	432	16.055
(+) Adições	-	637
(-) Depreciação	(235)	(10.955)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(56)
(-) Baixa	-	(378)
Saldo em 31.12.2024	197	5.303
Circulante	-	-
Não Circulante	197	5.303
PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716
(+) Adições	550	19.508
(-) Baixas	-	(161)
(+) Juros Incorridos	23	1.707
(-) Pagamento Principal	(250)	(10.611)
(-) Juros Pagos	(23)	(1.707)
Saldo em 31.12.2023	441	17.031
Circulante	233	10.836
Não Circulante	208	6.195
(+) Adições	-	637
(-) Baixas	-	(426)
(+) Juros Incorridos	26	943
(-) Pagamento Principal	(233)	(11.264)
(-) Juros Pagos	(26)	(943)
Saldo em 31.12.2024	208	5.978
Circulante	208	2.140
Não Circulante	-	3.838

19.4.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
2024/2025	-	208	-	1.761
2025/2026	-	-	665	756
2026/2027	-	-	698	808
2027/2028	-	-	754	873
2028/2029	-	-	766	1.997
2029+	-	-	955	-
Total	-	208	3.838	6.195

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

20. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora	
	Direito de Concessão (i)	
Saldo em 31.12.2022	3.938	
Amortizações	(503)	
Saldo em 31.12.2023	3.435	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(10.813)	
Saldo em 31.12.2023	3.435	
Amortizações	(502)	
Saldo em 31.12.2024	2.933	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(11.315)	
Saldo em 31.12.2024	2.933	
Taxa Média Amortização	1,8%	

Descrição	Consolidado					
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879	14.248	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)	(10.310)	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Adições	-	-	-	-	24	24
Baixas	(56.721)	-	-	-	-	(56.721)
Amortizações	(299.092)	(190)	(1.554)	(503)	-	(301.339)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	759.634	-	-	-	-	759.634
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Custo Total	7.619.686	7.445	45.879	14.248	1.742	7.689.000
Amortização Acumulada	(2.957.401)	(7.129)	(3.496)	(10.813)	-	(2.978.839)
Saldo em 31.12.2023	4.662.285	316	42.383	3.435	1.742	4.710.161
Adições (iv)	-	-	-	-	-	-
Baixas	(79.952)	-	-	-	-	(79.952)
Amortizações	(325.254)	(190)	(1.553)	(502)	-	(327.499)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	559.068	-	-	-	-	559.068
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Custo Total	8.098.802	7.445	45.879	14.248	1.742	8.168.116
Amortização Acumulada	(3.282.655)	(7.319)	(5.049)	(11.315)	-	(3.306.338)
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Taxa Média Amortização	4,8%	20,0%	3,4%	1,8%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Energia Elétrica	-	-	507.567	622.213
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	206.964	219.218
Materiais e Serviços	1.502	1.438	205.560	171.274
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	72.622	76.387
Total	1.502	1.438	992.713	1.089.092

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Descrição		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Total Moeda Nacional		670.585	671.494
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	577.028	576.760
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.193	93.229
Empréstimos Eletrobras/ENBPar (ii)	5% a.a.	364	1.237
Empréstimos Finame (iii)	6,0% a 9,5% a.a.	-	268
Circulante		114.891	258.631
Não Circulante		555.694	412.863
Total Moeda Estrangeira		1.308.800	1.303.171
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.308.800	1.303.171
Circulante		98.962	97.505
Não Circulante		1.209.838	1.205.666

a.a. – ao ano

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022.

Porém, desde dezembro de 2021, ocorreram aditamentos ao contrato e o prazo para liquidação vem sendo postergado, conforme cronograma a seguir:

- 2 de dezembro de 2021 aditamento do principal de R\$93,0 milhões passando o novo prazo a ser em maio de 2023.
- Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024.
- Em novembro de 2024, houve novo aditamento, prorrogando o início da amortização para junho de 2025. As demais parcelas passaram a ser exigidas semestralmente, sendo o término da amortização reprogramado para dezembro de 2029. A taxa de juros foi mantida no percentual original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025.

Em agosto de 2023, houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026.

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada o aditamento e o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, mantendo-se as subseqüentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece a mesma.

Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui amortizações mensais e o término está previsto para 30 de maio 2025.

Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dos contratos de Finame da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros de 6% a 9,5% a.a. e foram liquidados em suas respectivas datas previstas.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação foi de US\$276,1 milhões, sendo amortizado em 234 meses, com uma carência de até 66 meses, atingindo um prazo total de 300 meses. A amortização é semestral pelo sistema constante.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Celesc D.

Optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo, portanto, a incidência de variação cambial.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$14,22 milhões, os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$5,152 por dólar, resultando no valor de R\$73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a empresa optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 31 de dezembro de 2024, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2018	9.704	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.211	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.768	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000	CDI + 1,16 a.a.
28.06.2023	28.500	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221	CDI + 0,70 a.a.
Total	276.051	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Nacional		Estrangeira		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ano 2025	-	275.363	-	63.456	-	338.819
Ano 2026	156.111	137.500	67.213	63.456	223.324	200.956
Ano 2027	156.111	-	67.213	63.456	223.324	63.456
Ano 2028+	243.472	-	1.075.412	1.015.298	1.318.884	1.015.298
Total	555.694	412.863	1.209.838	1.205.666	1.765.532	1.618.529

22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836
Ingressos	-	200.000	200.000
Encargos Provisionados	94.371	-	94.371
Transferências	201.140	(201.140)	-
Amortizações de Principal	(203.259)	-	(203.259)
Pagamentos de Encargos	(96.454)	-	(96.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	258.631	412.863	671.494
Encargos Provisionados	83.637	-	83.637
Transferências	(142.831)	142.831	-
Amortizações de Principal	(1.139)	-	(1.139)
Pagamentos de Encargos	(83.407)	-	(83.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	114.891	555.694	670.585

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319
Ingressos	-	137.655	137.655
Atualização Monetária	(4.027)	(456)	(4.483)
Encargos Provisionados	169.110	-	169.110
Transferências	63.456	(63.456)	-
Pagamentos de Encargos	(165.430)	-	(165.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	97.505	1.205.666	1.303.171
Ingressos	-	72.809	72.809
Atualização Monetária	5.074	455	5.529
Encargos Provisionados	152.537	-	152.537
Transferências	69.092	(69.092)	-
Pagamento de Encargos	(158.419)	-	(158.419)
Pagamento de Principal	(66.827)	-	(66.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	98.962	1.209.838	1.308.800

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Item – Debêntures 2021	Detalhes
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	15 de abril de 2026
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 31/12/2024	R\$208,1 milhões (remuneração) e R\$345,3 milhões (principal)
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3

23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

23.2.1. Primeira Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + spread 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 31/12/2024	R\$48,4 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.2.2. Segunda Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 31/12/2024	R\$26,2 milhões de remuneração
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

23.3.1 Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.3.2 Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,5

23.4. Debêntures 2020 – Celesc G

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 31/12/2024	R\$7,21 milhões (remuneração) e R\$9,30 milhões (principal)
Covenants	Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,50

23.5. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	606.113	
Ingressos	787.094	
Encargos Provisionados	80.659	
Pagamentos Encargos	(72.342)	
Pagamentos do Principal	(206.510)	
Custos na Emissão de Debêntures	1.592	
Saldo em 31.12.2023	1.196.606	
Ingressos	1.165.608	
Encargos Provisionados	192.382	
Pagamentos Encargos	(113.510)	
Pagamentos do Principal	(159.767)	
Custos na Emissão de Debêntures	4.550	
Marcação a Mercado (VJR)	(62.247)	
Saldo em 31.12.2024	2.223.622	
Circulante	202.251	
Não Circulante	2.021.371	

23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ano 2024	-	2.918
Ano 2025	6.595	3.044
Ano 2026	5.939	2.388
Ano 2027	5.675	2.652
Ano 2028+	27.369	4.734
Total	45.578	15.736

23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora					
	31.12.2023	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2024
Dividendos e JCP a Pagar	211.329	(211.369)	(211.369)	-	212.794	212.754
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.4)	441	(233)	(233)	(26)	26	208
Total	211.770	(211.602)	(211.602)	(26)	212.820	212.962

Descrição	31.12.2022	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Controladora	
					Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2023
Dividendos e JCP a Pagar	157.602	(179.469)	(179.469)	-	233.196	211.329
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 19.4)	141	(250)	(250)	(23)	573	441
Total	157.743	(179.719)	(179.719)	(23)	233.769	211.770

Descrição	31.12.2023	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Consolidado	
							Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2024
Instrumentos Financeiros	-	-	(1.401)	(1.401)	-	71.631	-	70.230
Derivativos	-	-	(1.401)	(1,401)	-	71.631	-	70.230
Empréstimos e Financiamentos	1.974.665	72.809	(67.966)	4.843	(241.826)	-	241.703	1.979.385
Debêntures	1.196.606	1.165.608	(159.767)	1.005.841	(113.510)	(62.247)	196.932	2.223.622
Dividendos/JCP	211.329	-	(211.369)	(211.369)	-	-	212.794	212.754
Passivo de Arrendamento	17.031	-	(11.264)	(11.264)	(943)	-	1.154	5.978
Total	3.399.631	1.238.417	(451.767)	786.650	(356.279)	9.384	652.583	4.491.969

Descrição	31.12.2022	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Consolidado	
						Variações que não Afetam o Caixa (ii)	31.12.2023
Empréstimos e Financiamentos	1.843.155	337.655	(203.259)	134.396	(261.884)	258.998	1.974.665
Debêntures	606.113	787.094	(206.510)	580.584	(72.342)	82.251	1.196.606
Dividendos e JCP	157.602	-	(179.469)	(179.469)	-	233.196	211.329
Passivo de Arrendamento	8.295	-	(10.611)	(10.611)	(1.707)	21.054	17.031
Total	2.615.165	1.124.749	(599.849)	524.900	(335.933)	595.499	3.399.631

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$236,2 milhões. As debêntures totalizaram R\$196,9 milhões, sendo R\$4,6 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas em 2024.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica e financeira contra a volatilidade das taxas de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, reavaliados periodicamente ao seu valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o swap.

A contratação de operação de *swap* para fins de *hedge* foi realizada para as 6ª e 7ª Emissões de Debêntures na Celesc D.

A operação de *swap* para fins de *hedge* tem como objetivo trocar a dívida da Celesc D, vinculada ao IPCA por uma obrigação financeira vinculada ao CDI, baseada principalmente nas seguintes premissas:

- A Celesc possui suas aplicações vinculadas ao CDI, portanto, há o risco de ocorrer um desencaixe financeiro caso aconteçam mudanças consideráveis na macroeconomia em relação a um aumento do IPCA e/ou a uma redução do CDI;
- O IPCA é um indicador macroeconômico de maior volatilidade e, portanto, de menor previsibilidade comparado a taxa de CDI, apresentando maior risco para a Companhia.

Desta forma, a contratação de *swap* para fins de *hedge*, propicia menor volatilidade e maior previsibilidade para a projeção de fluxos de caixa, considerando a rentabilidade dos investimentos financeiros atrelada ao CDI.

Em 15 de outubro de 2024, a Celesc D realizou o *swap* da sexta emissão com o Banco Safra e o da sétima com a XP Investimentos. Com a contratação do *swap* a Companhia poderá mitigar o risco de ocorrência de desencaixe financeiro quando a variação do CDI não acompanhar a variação do IPCA. Esta troca oferece vários benefícios importantes, os quais justificam a sua implementação:

- **Redução da Volatilidade:** Ao trocar uma despesa financeira indexada ao IPCA por uma despesa indexada ao CDI, a empresa reduzirá sua exposição à volatilidade da inflação. O coeficiente de variação, uma medida de risco relativa, demonstra que a taxa IPCA pode sofrer flutuações mais acentuadas, o que aumenta a imprevisibilidade das despesas financeiras. Ao trocar para uma dívida indexada ao CDI, a empresa reduz essa volatilidade e, conseqüentemente, o risco associado a ela, proporcionando maior estabilidade financeira.
- **Mitigação do Risco Inflacionário:** O IPCA, como índice de inflação, pode apresentar variações significativas devido a choques econômicos e mudanças na política monetária. Uma dívida atrelada ao IPCA expõe a empresa a riscos associados a altas inesperadas na inflação. Com a troca para uma dívida indexada ao CDI, a empresa se protege contra esses tais riscos, uma vez que o CDI reflete uma taxa de curto prazo e tende a ser menos afetado pelas flutuações da inflação no curtíssimo prazo.
- **Ajuste ao Ambiente Econômico:** Em períodos de incerteza econômica, onde a inflação pode ser volátil ou imprevisível, a estabilidade proporcionada pela taxa CDI é vantajosa. Taxas CDI são menos suscetíveis a grandes variações, permitindo à empresa uma gestão financeira mais previsível e menos sujeita às oscilações econômicas adversas.
- **Alinhamento com Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras da empresa estão indexadas ao CDI. Para evitar um descasamento de caixa, é prudente alinhar as despesas financeiras com o mesmo indexador. Com despesas financeiras atreladas ao CDI, a empresa garante uma correspondência mais direta entre seus ativos e passivos, facilitando a gestão de fluxo de caixa e minimizando o risco de desajustes financeiros.

Embora a operação de *swap* proporcione benefícios significativos, é importante estar ciente que também há risco de mercado associado devido a imprevisibilidade do cenário macroeconômico, no qual as taxas de mercado podem variar de forma inesperada.

As operações de derivativos vinculadas aos programas de *hedge* da Companhia estão apresentadas nos quadros a seguir, contendo informações detalhadas sobre o tipo de instrumento, valor de referência, vencimento.

Para assegurar a aderência entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo, baseada na análise dos termos críticos do item protegido e dos derivativos contratados. Esse procedimento tem o objetivo de verificar se as variações nos fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de *hedge* possuem correlação suficiente para garantir a compensação mútua dos riscos.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15/10/2024	17/07/2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15/10/2024	18/11/2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						1.448.424

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Descrição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
Marcação a Mercado no Resultado	71.631
Amortização	(1.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.230

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2024, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.004.900	1.058.234	(53.334)
Safra	402.189	419.085	(16.896)
Total	1407.089	1477.319	(70.230)

As operações mencionadas qualificam-se para a aplicação da contabilidade de hedge (hedge accounting) e estão classificadas como Hedge de Valor Justo aplicável às operações de swap para a conversão de taxas de Juros. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo das operações de swap é realizada com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ), divulgada pela ANBIMA na data-base de 31 de dezembro de 2024.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as oscilações no valor justo do ativo ou passivo protegido, desde que atribuíveis ao risco coberto.

A Companhia adota a contabilidade de hedge de valor justo como estratégia de mitigação do risco de exposição a taxas de juros flutuantes em operações de crédito. Os ganhos ou perdas resultantes são registrados na linha de despesas financeiras da demonstração do resultado, da mesma forma que as variações no valor justo dos empréstimos.

Na avaliação da efetividade do hedge, a Companhia não exclui a parcela referente ao risco de crédito da contraparte, considerando que os contratos são firmados com instituições financeiras de alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios para contabilidade de hedge, qualquer ajuste no valor contábil do item protegido será amortizado na demonstração do resultado ao longo do período remanescente até o vencimento, conforme o método da taxa efetiva de juros.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.804	1.493	135.152	120.932
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	27.362	67.602
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	11.345	11.025
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	33.915	35.165
Folha de Pagamento Líquida	361	327	18.980	18.074
Total	2.165	1.820	226.754	252.798
Circulante	2.165	1.820	217.785	224.899
Não Circulante	-	-	8.969	27.899

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no

tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

O último PDI realizado (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023, teve seus desligamentos iniciados em novembro de 2023, e contou com um total de 49 saídas.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênios e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	18.393	39.704
Não Circulante	8.969	27.899
Total	27.362	67.603

Desde a implantação do programa até 31 de dezembro de 2024, ocorreram 1.274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$500,6 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	63	11.208
2024	34	883
Totais	1.274	500.619

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

A composição dos tributos a pagar por ente federativo está demonstrada nas notas seguintes.

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IRRF S/ JCP	8.208	7.460	24.552	22.587
PIS e COFINS	10.480	9.862	54.756	51.870
Outros	48	34	3.853	3.206
Total a pagar	18.736	17.356	83.161	77.663
(-) Tributos a compensar	-	-	(505.499)	(584.061)
Total	18.736	17.356	(422.338)	(506.398)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL	82	1.692	2.818	26.676
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(71.041)	(61.925)	(110.766)	(94.572)
Total	(70.959)	(60.233)	(107.948)	(67.896)

26.1.1 Autorregularização

Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.740 criando o programa de Autorregularização Incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Aplica-se a tributos federais não constituídos até a data de publicação da Lei, inclusive aqueles em processo de fiscalização, bem como os créditos tributários decorrentes de auto de infração, de notificação de lançamento e de despachos decisórios que não homologaram total ou parcialmente a declaração de compensação.

A Companhia avaliou a oportunidade e o Conselho de Administração, no dia 18 de março de 2024, aprovou a adesão ao programa.

Nessa oportunidade foram constituídos débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL na Companhia e na Celesc D que até o momento do prazo de adesão não haviam sido constituídos perante a Receita Federal do Brasil.

Na Companhia, o valor dos tributos foi de R\$1,8 milhões, sendo que 50% do débito foi liquidado com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o restante com pagamento à vista por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O impacto no resultado do período corrente na Companhia foi o reconhecimento de receita de R\$918 mil advinda do reconhecimento de IRPJ e CSLL diferido e R\$70 mil de IRPJ e CSLL corrente.

Na Celesc D, o valor constituído foi de R\$63,1 milhões, sendo liquidado R\$26,1 milhões com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, R\$5,4 milhões pagos à vista mediante DARF e o saldo restante foi parcelado em 48 parcelas, conforme previsto no programa. Já o impacto no resultado foi uma despesa líquida de R\$1,49 milhão, distribuído da seguinte forma:

Efeito na Demonstração do Resultado	1.492
Reversão de IRPJ/CSLL atualização depósito judicial	(4.500)
PIS/COFINS com o repasse da atualização do indébito tributário ao consumidor	3.089
Recuperação Despesa Financeira	(377)
Reversão tributo diferido do prejuízo fiscal	3.280
PIS/COFINS incidente sobre a receita com atualização 1ª Ação	33.398
Repasse PIS/COFINS ao consumidor - 1ª Ação	(33.398)

Cabe esclarecer que o montante de R\$33,4 milhões é referente a PIS/COFINS incidentes sobre a Receita Financeira do indébito tributário decorrente da 1ª ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, na qual existe previsão legal para repasse dessa despesa ao consumidor via tarifa de energia, em linha com o disposto no inc. III, § 1º, Art. 3º-B da Lei nº 9.427/1996 alterada pelo art. 1º da Lei nº 14.385/2022, tornando-se nulo o efeito no resultado.

A constituição dos débitos tributários se deu por meio de retificações das declarações e escriturações, como determina o programa.

26.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ICMS	-	-	180.497	199.357
Total a Recolher	-	-	180.497	199.357
(-) Tributos a Compensar	-	-	(58.404)	(61.482)
Total	-	-	122.093	137.875

26.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ISS	116	104	2.484	3.044
IPTU	-	-	7	7
Total a Recolher	116	104	2.491	3.051
(-) Tributos a Compensar	-	-	(738)	(993)
Total	116	104	1.753	2.058

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2023	Adições	Atualização		31.12.2024
			Monetária	Pagamentos	
Programa Eficiência Energética – PEE	77.401	46.435	7.039	(66.907)	63.968
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	37.117	40.652	2.802	(53.485)	27.086
Parcelamento ECE (i)	9.659	-	223	(9.882)	-
Taxa de Fiscalização ANEEL	860	10.686	-	(10.613)	933
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE (ii)	32.130	2.248.423	-	(2.271.056)	9.497
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	387	2.644	-	(2.576)	455
Total	157.554	2.348.840	10.064	(2.414.519)	101.939
Circulante	73.509	-	-	-	23.278
Não Circulante	84.045	-	-	-	78.661

i) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

ii) A partir do reajuste tarifário anual, ocorrido em agosto de 2024, a Celesc D recolhe mensalmente o encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE às contas CDE Uso e CDE GD.

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia revisitou seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os principais aspectos em relação à prática anterior, na qual os riscos eram avaliados somente quando ocorria o julgamento em primeira instância, são: a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Ajuste Atual. Financ.	Controladora
								31.12.2024
Tributária	23.545	707	-	(6.253)	-	2.398	-	20.397
Trabalhistas	-	1.063	-	-	-	513	-	1.576
Cíveis	672	-	-	-	-	31	(2)	701
Regulatórias	8.505	-	(982)	-	(407)	2.611	(2.457)	7.270
Total	32.722	1.770	(982)	(6.253)	(407)	5.553	(2.459)	29.944

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Ajuste Atual. Financ.	Consolidado
								31.12.2024
Tributária	44.936	739	5.434	(6.393)	(369)	4.588	-	48.935
Trabalhistas	57.052	5.390	18.505	(10.436)	(5.751)	4.972	-	69.732
Cíveis	204.566	34.300	99.137	(101.995)	(37.746)	2.968	(2)	201.228
Regulatórias	77.767	-	19.197	(11.460)	(46.942)	28.024	(2.457)	64.129
Ambientais	133.147	7	90	(155)	(66.296)	5.680	-	72.473
Total	517.468	40.436	142.363	(130.439)	(157.104)	46.232	(2.459)	456.497

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor atualizado do depósito é de aproximadamente R\$20,8 milhões. O valor da contingência atualizada é de R\$20,24 milhões. A PGFN requereu o levantamento desse valor.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$24,7 milhões. Além disso, há processos de incorporação da gratificação de função no valor de R\$7,7 milhões e horas extras no valor de R\$8,3 milhões.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$9,48 milhões, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$5,75 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,74 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$34,68 milhões, processo referente ao apagão no valor de R\$17,2 milhões, honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,2 milhões, cobrança indevida no valor de R\$9,61 milhões, Portarias da antiga agência reguladora DNAEE em torno de R\$9,44 milhões, CDI-OVER em torno de R\$13,7 milhões e servidão administrativa de R\$12,86 milhões.

Do montante indicado acima sobre o tema cobrança indevida está incluso o valor de R\$9,02 milhões referente ao ressarcimento de valores cobrados a maior em faturamento de empresa.

O provisionamento relevante existente no montante de R\$55 milhões foi alterado para R\$27,74 milhões em decorrência de decisão de embargos de declaração que afastou a incidência dos juros compensatórios. A ação foi movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

Houve reversão de uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. A classificação do risco de perda foi alterada para possível, tendo em vista que houve clara nulidade por cerceamento de defesa, quando o juiz de 1ª instância indeferiu o pedido de produção de prova pericial. Além disso, a discussão extrapola questões eminentemente de direito, havendo necessidade de análise de fatos e provas.

Em outubro de 2003, a Celesc D enfrentou uma interrupção no fornecimento de energia elétrica que afetou 135.432 consumidores por um período de 53 horas, devido a um incêndio em uma galeria sob uma ponte. Em decorrência desse evento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicou uma multa à Celesc D. A Companhia buscou anular essa multa, argumentando que o incêndio foi causado por força maior ou caso fortuito, o que excluiria sua responsabilidade ou que a multa fosse ajustada para um valor proporcional, não superior a 0,001% de seu faturamento, alegando que a penalidade imposta violava o princípio da proporcionalidade.

No entanto, a ANEEL defendeu que a interrupção do fornecimento de energia foi resultado de imprudência técnica da Celesc D, que não seguiu normas e procedimentos adequados no uso de equipamentos de manutenção, o que culminou no incêndio. A ANEEL rejeitou a alegação de caso fortuito ou força maior e manteve a multa aplicada em 0,35% do faturamento, alegando estar dentro dos limites legais.

Em dezembro de 2024, o Tribunal Regional Federal - TRF (5ª Turma), analisou o caso e considerou suficientes as provas documentais e o laudo técnico elaborado pelo Corpo de Bombeiros, descartando a necessidade de outras perícias. Com base nessa decisão, o TRF negou provimento à apelação cível da

Celesc D. Consequentemente, o provisionamento relacionado à multa foi reclassificado de possível para provável

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

O processo judicial ambiental mais relevante, estava relacionado ao episódio ocorrido em 19 de novembro de 2012, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc, em Florianópolis, lançando 11.640 litros de óleo ao solo. Esse óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais de drenagem no entorno da subestação. Informada do ocorrido a Celesc adotou as ações de remoção do óleo sobrenadante e resíduos sólidos. Preventivamente, houve o embargo de uma área de aproximadamente 730 hectares na baía da Tapera, localizada no sul da ilha em Florianópolis, afetando a atividade de maricultura na região. A Celesc D efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada, conforme levantamento oficial.

A Celesc D recebeu duas notificações, sendo uma da FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, órgão estadual e outra do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A Companhia pagou a multa do órgão estadual e recorreu da sentença do IBAMA. Em 2023, a Celesc D foi surpreendida pela reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$137,97 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

Em dezembro de 2024, houve reversão de R\$66,28 milhões, devido à adesão da Celesc D à Transação Extraordinária de dívidas ativas não tributárias prevista na Portaria Normativa AGU nº 150, de 03 de novembro de 2024, desta forma, restou provisionado o valor de R\$68,68 milhões, sendo o valor totalmente quitado em 31 de janeiro de 2025.

28.2. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributária	55.852	51.457	65.481	58.759
Trabalhistas	5.177	5.022	19.506	20.238
Cíveis	2.683	6.858	104.822	107.450
Regulatórias	37.228	35.016	248.735	233.457
Ambientais	-	-	1.335	1.442
Saldo	100.940	98.353	439.879	421.346

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	98.353	421.346
Constituição	1.150	128.125
Atualização Financeira	6.724	28.458
Baixas	(5.287)	(138.050)
Saldo em 31.12.2024	100.940	439.879

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$37,0 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. Os embargos foram julgados improcedentes. O processo aguarda manifestação da União sobre o recurso de apelação. Depósito atualizado para dez/2024: R\$37,8 milhões.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$20,82 milhões, depósito atualizado para dez/2024, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de

saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Ainda na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato relacionado com leitura, impressão e entrega simultânea de fatura. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,1 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$9,5 milhões de reais.

Na esfera trabalhista foi realizado depósito inicial no montante de R\$2,4 milhões sobre processo de empregado aposentado reintegrado por conta de decisão que tornou inválida a rescisão contratual. O valor é referente à remuneração devida desde o ato da rescisão. Deste valor já foi feito levantamento quase em sua totalidade, sendo que ainda há um saldo residual para resgate, de R\$40,0 mil.

As principais baixas, nos doze meses de 2024, em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores e ressarcimentos de seguro no valor de R\$57,6 milhões, indenizações trabalhistas no valor de R\$10,4 milhões, indenizações Cíveis no valor de R\$41,2 milhões.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributárias (i)	57.900	72.186	322.491	352.052
Trabalhistas (ii)	-	-	32.954	39.127
Cíveis (iii)	4.984	5.755	433.646	451.448
Regulatórias (iv)	-	50	278.192	180.053
Ambientais (v)	-	-	6.273	27.895
Total	62.884	77.991	1.073.556	1.050.575

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a realização de perícia contábil.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$93,6 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$84,8 milhões de danos morais/materiais, R\$3,7 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$61,7 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Planos Previdenciários	477.933	796.200
Plano Misto e Plano Transitório (a)	477.933	796.200
Planos Assistenciais	1.198.566	1.399.622
Plano CELOS Saúde (b)	1.143.185	1.336.745
Outros Benefícios (c)	55.381	62.877
Total	1.676.499	2.195.822
Circulante	167.661	272.597
Não Circulante	1.508.838	1.923.225

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$11,6 milhões.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registra a atualização monetária e os juros no resultado financeiro.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial

29.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.584	-	(43.325)	153	-	(41.588)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	30.262	17.459	67.963	-	-	115.684
Juros s/ Obrigação Atuarial	281.338	71.650	130.607	176	6.093	489.864
Benefícios Pagos no Exercício	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(5.322)	(474.511)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	29.460	82.900	203.841	293	7.676	324.170
Saldo em 31.12.2023	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-	(43.268)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-	110.338
Juros s/ Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687	433.357
Benefícios Pagos no Exercício	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)	(498.589)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)	(658.599)
Saldo em 31.12.2024	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.077.203)	(442.352)	(42.450)	(14.057)	-	(2.576.062)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	12.111	-	12.111
Passivo (Ativo) em 31.12.2023	511.925	284.275	1.336.745	-	62.877	2.195.822
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
Passivo (Ativo) em 31.12.2024	303.948	173.985	1.143.185	-	55.381	1.676.499

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529	2.455.831
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(469.189)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	30.261	17.458	67.962	-	115.681
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	95.040	83.759	71.740	-	250.539
Rendimentos Esperados dos Ativos	229.619	45.921	6.377	1.571	283.488
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(41.241)	(1.618)	(16.739)	(690)	(60.288)
Saldo em 31.12.2023	2.077.203	442.352	42.450	14.057	2.576.062
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(492.866)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	110.338
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	106.331	89.146	80.497	-	275.974
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313	240.223
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70	(146.544)
Saldo em 31.12.2024	2.021.307	486.924	39.829	15.127	2.563.187

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Plano Transitório	22.814	25.729
Plano Misto	45.209	53.303
Plano Médico	77.134	80.905
Outros Benefícios	5.855	6.246
Total	151.012	166.183
Despesa Pessoal	143.173	145.446
Despesa Financeira	7.839	20.737
Total	151.012	166.183

29.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto	HCCTR	Crescimento Salarial	Mortalidade Geral
	Atuarial		Empregados Ativos	
Misto	7,33%	N.U.	3,08%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Transitório	7,66%	N.U.	N.U.	AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
Pecúlio	7,35%	N.U.	4,96%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Auxílio Deficiência	7,34%	N.U.	N.A.	N.A.
Auxílio Funeral	7,44%	N.U.	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Benefício Mínimo	7,60%	N.U.	4,96%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Saúde	7,44%	3,50%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

29.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+1 ano	-1 ano
	Misto	(95.469)	94.801	-	-	515	(470)	48.895
Transitório	(17.797)	18.865	-	-	-	-	17.238	(17.437)
Pecúlio	(68)	73	-	-	-	-	(69)	75
Auxílio Deficiência	(175)	190	-	-	-	-	82	(83)
Auxílio Funeral	(665)	725	-	-	-	-	(497)	507
Benefício Mínimo	(1.200)	1.280	-	-	-	-	1.034	(1.208)
Saúde	(66.477)	73.281	69.779	(63.796)	-	-	43.551	(43.127)

29.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2025

A estimativa da despesa para o exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2025
Plano Transitório	21.379
Plano Misto	37.251
Plano Pecúlio	152
Plano Médico	80.751
Outros	6.720
Total	146.253

29.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	-	54.430	1.902.175
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	79.033	80.906	153	6.093	166.185
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	155.220	220.580	(153)	7.676	383.323
Contribuições do Empregador	(178.799)	(71.740)	-	-	(250.539)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(5.322)	(5.322)
Saldo em 31.12.2023	796.200	1.336.745	-	62.877	2.195.822
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	68.023	77.134	167	5.687	151.011
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(190.813)	(190.197)	(167)	(7.460)	(388.637)
Contribuições do Empregador	(195.477)	(80.497)	-	-	(275.974)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(5.723)	(5.723)
Saldo em 31.12.2024	477.933	1.143.185	-	55.381	1.676.499

29.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência da sua concepção, anteriores a versão 13 inclusive, quando há déficit acima dos limites definidos na legislação, em especial a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%.

Em 17 de janeiro de 2024, a CELOS protocolou correspondência sob nº 2.241.268.942.705 informando sobre o Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2022 juntamente com os documentos relevantes para avaliação. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

Os dispositivos legais vigentes tornam obrigatória a realização de equacionamentos dos déficits atuariais dos planos previdenciários cujo déficit ultrapassar os limites definidos na Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008, e alterações posteriores.

Com relação ao prazo de amortização, conforme disposições normativas dispostas na Resolução CNPC nº 30/2018, o prazo máximo deve equivaler a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios. Na Avaliação Atuarial de 2022, a duração do passivo, referente aos benefícios estruturados na modalidade BD, obtida por meio do sistema Venturo (Previc), foi de 10,3043 anos. Dessa forma, para efeito de cálculo, a Celos utilizou o prazo máximo permitido pelos normativos, equivalente há 185 meses.

29.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na NE 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427/1996, que vigora então com o inciso II, do Artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do Artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos relativos à primeira ação judicial pela Celesc D aos consumidores, no montante de R\$806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% na tarifa.

Desta forma, na contabilização da empresa, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, a metodologia de atualização dos valores utilizada pela ANEEL foi divergente da regra tributária na qual a Celesc, alinhada à legislação tributária vigente e conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022, atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

Atualmente o processo nº 48500.001747/2020, encontra-se em tramitação na Procuradoria Federal.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme NE 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores (Passivo Não Circulante) para a conta Passivo Financeiro – CVA (Passivo Circulante). Sobre a diferença, no valor de R\$25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

Uma vez que a metodologia em relação a operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP nº 05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto ao regramento adotado pela reguladora para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela ANEEL quanto à provisoriedade do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023, ressaltando que o tema ainda se encontra em discussão, de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, podendo ocorrer ajustes futuros dos valores.

No ano de 2024 houve alteração na regra de repasse dos créditos de PIS COFINS para as Distribuidoras. Esta mudança afetou o caixa disponível para arcar com os valores estipulados no processo tarifário de 2023. Como resultado desta mudança a Celesc D repassou mais recursos para o consumidor do que deveria, em função da frustração da previsão de créditos. A ANEEL neste processo tarifário recompôs os valores no cálculo, utilizando os valores atualizados com os novos montantes a serem recebidos e repassados pela Celesc D, o cálculo resultou num montante de 36 milhões de reais a ser recebido pela Celesc D nos próximos 12 meses.

A Celesc D considera o risco de perda da causa sobre a atualização como possível, não constituindo provisionamento dos valores discutidos.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

31.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

31.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o exercício de 2024 estabelece um *payout* de 42,5%, acima do mínimo previsto na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, que é de 30%. Para o exercício de 2023, o percentual foi de 40%.

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do Exercício	715.802	557.034
(-) Constituição de Reserva Legal	(35.789)	(27.852)
(=) Lucro Líquido Ajustado	680.013	529.182
Dividendos Propostos (Payout 40%)	-	211.673
Dividendos Propostos (Payout 42,5%)	289.006	-
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de IR)	211.716	210.420
Dividendos Adicionais	77.290	1.253

O valor do provento de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Exercício Social	Tipo		Consolidado	
			Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento
2024	DIV	ON	1,890826819	77.290
		PN	2,079909501	
	JCP	ON	5,657077725	231.239
		PN	6,222785498	
			IR	(19.523)
			JCP líquido de IR	211.716
			308.529	

		Consolidado			
Exercício Social	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
2023	DIV	ON	0,030660525	1.253	230.888
		PN	0,033726577		
	JCP	ON	5,617833166	229.365	
		PN	6,179616483		
		IR	(19.215)		
		JCP líquido de IR	210.420		

*Expresso em R\$.

31.3.1. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	271.904	211.595
Ações Preferenciais Nominativas – PN	443.898	345.439
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	715.802	557.034
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	17,5115	13,6274
Ações Preferenciais Nominativas – PN	19,2627	14,9901

31.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhão, em 31 de dezembro de 2024, e R\$1,41 bilhão, em 31 de dezembro de 2023, composto da seguinte forma:

		Consolidado	
Descrição		31.12.2024	31.12.2023
Custo Atribuído – Celesc G (a)		12.339	12.894
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)		(1.035.053)	(1.290.280)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)		(137.261)	(137.261)
Total		(1.159.975)	(1.414.647)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

32. RECEITAS E DESPESAS

32.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

32.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), em 2024, foi de R\$605,0 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$41,4 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$78,2 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$22,3 milhões.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Consolidado

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Bruta – ROB	16.407.239	15.793.180
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.692.977	5.942.544
Fornecimento não faturado (a)	(41.989)	37.218
Suprimento de Energia Elétrica (a)	336.059	420.357
Suprimento não faturado (a)	1.304	1.412
Disponibilização da Rede Elétrica	7.044.141	6.661.613
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	30.020	20.586
Receita Financeira	84.040	80.338
Renda de Prestação de Serviços	660	832
Energia Elétrica de Curto Prazo	243.480	247.554
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	278.405	701.778
Outras Receitas Operacionais	5.031	12.282
Doações e Subvenções (i)	746.891	669.310
Receita de Construção	985.735	997.355
Arrendamentos e Aluguéis UFV	485	1
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.748.381)	(5.390.572)
ICMS	(2.170.426)	(1.996.139)
PIS	(217.652)	(210.368)
COFINS	(1.002.519)	(968.967)
ISS	(1)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.248.423)	(2.109.325)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(48.621)	(47.363)
Programa Eficiência Energética – PEE	(47.409)	(46.117)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(10.686)	(10.040)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.644)	(2.247)
Outros Encargos	-	(6)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.658.858	10.402.608

32.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Consolidado

Descrição	Número de Consumidores		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Residencial	2.745.937	2.680.287	7.788.282	7.098.372	3.252.098	2.832.142
Industrial	142.532	138.040	11.682.871	11.234.753	904.260	896.910
Comercial	325.359	318.276	5.159.804	4.882.628	1.522.219	1.411.158
Rural	218.757	222.877	1.022.862	1.042.807	457.108	396.516
Poder Público	26.923	27.101	508.015	473.981	218.555	185.190
Iluminação Pública	1.303	1.245	578.029	589.183	164.561	136.035
Serviço Público	4.248	4.356	465.898	432.552	132.187	121.811
Total do Fornecimento	3.465.059	3.392.182	27.205.761	25.754.276	6.650.988	5.979.762
Suprimento de Energia	159	150	3.048.718	2.948.875	337.363	421.769
Total	3.465.218	3.392.332	30.254.479	28.703.151	6.988.351	6.401.531

32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Consolidado

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administra-tivas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	31.12.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.850.253	-	-	-	-	4.850.253
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	2.058.389	-	-	-	-	2.058.389
Pessoal (c)	415.267	303.177	27.683	-	1.772	747.899
Administradores	-	14.971	-	-	-	14.971
Despesa Atuarial	-	143.173	-	-	-	143.173
Entidade de Previdência Privada (c)	19.919	13.450	1.120	-	-	34.489
Material	36.545	9.454	-	-	18.132	64.131
Custo de Construção	985.735	-	-	-	-	985.735
Custos e Serviços de Terceiros	166.240	125.641	69.259	-	1.098	362.238
Depreciação e Amortização	311.934	33.411	100	-	1.971	347.416
Provisões Líquidas	-	-	-	194.010	13.960	207.970
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	253	253
Arrendamento e Aluguéis	1.417	6.295	835	-	(414)	8.133
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(289.768)	(289.768)
Taxa Arrecadação de Convênio	-	-	-	-	(64.486)	(64.486)
Outras (Receitas)/Despesas	7.279	(9.299)	21.986	-	13.870	33.836
Total	8.852.978	640.273	120.983	194.010	(303.612)	9.504.632

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administra-tivas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ (Receitas) Líquidas	Consolidado
						31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.828.059	-	-	-	-	4.828.059
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.982.814	-	-	-	-	1.982.814
Pessoal (c)	380.806	306.694	29.096	-	1.456	718.052
Administradores	-	11.420	-	-	-	11.420
Despesa Atuarial	-	145.446	-	-	-	145.446
Entidade de Previdência Privada (c)	18.066	12.964	1.108	-	-	32.138
Material	39.439	10.037	-	-	19.178	68.654
Custo de Construção	997.355	-	-	-	-	997.355
Custos e Serviços de Terceiros	170.911	134.464	64.258	-	1.579	371.212
Depreciação e Amortização	277.585	34.788	257	-	1.971	314.601
Provisões Líquidas (d)	-	-	-	93.920	301.007	394.927
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	186	186
Arrendamento e Aluguéis	1.404	7.246	464	-	(444)	8.670
Compartilhamento de Infraestrutura (e)	-	-	-	-	(268.103)	(268.103)
Taxa Arrecadação de Convênio	-	-	-	-	(62.505)	(62.205)
Outras (Receitas)/Despesas	20.482	(12.161)	29.309	-	25.935	63.565
Total	8.745.056	650.898	124.492	93.920	20.260	9.634.626

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	3.234.309	3.420.815
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	105.332	52.791
Itaipu Binacional	861.237	734.166
Contratos Bilaterais	68.005	59.995
Cotas de Energia Nuclear	222.326	218.810
Cotas de Garantia Física	556.692	524.557
Proinfa	277.215	294.945
PIS/COFINS	(474.863)	(478.020)
Total	4.850.253	4.828.059

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Encargo de Uso do Sistema	1.722.784	1.617.779
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	63.221	65.891
Encargos de Transporte de Itaipu	123.394	124.218
Encargo de Energia de Reserva – EER	358.787	377.031
PIS/COFINS	(209.797)	(202.105)
Total	2.058.389	1.982.814

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal	10.239	9.332	747.899	718.052
Remunerações	9.730	8.919	347.664	314.268
Encargos Sociais	323	234	147.794	150.787
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	39.943	49.967
Benefícios Assistenciais	-	-	117.251	108.752
Provisões e Indenizações	53	70	94.995	94.060
Outros	133	109	252	218
Previdência Privada – CELOS	22	38	34.489	32.138
Total	10.261	9.370	782.388	750.190

d) Provisões Líquidas

A variação de 2024 para 2023 é decorrente do provisionamento, em 2023, de uma ação cível relacionada a ação movida pela empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir. Outra provisão relevante, foi o provisionamento da multa ambiental ao Ibama.

e) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas Financeiras	(1.002)	8.875	410.698	680.604
Renda de Aplicações Financeiras	6.825	4.557	97.779	94.492
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	112.762	108.573
Variações Monetárias	-	-	8.404	40.910
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	67.337	85.852
Renda de Dividendos	6.440	2.664	6.440	2.664
Juros s/ Depósitos Judiciais	6.726	23.011	28.460	104.534
Marcação a Mercado (MTM)	-	-	62.248	-
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	41.926	287.431
Outras Receitas Financeiras	4.224	3.649	27.927	13.369
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(24.591)	(24.808)	(24.591)	(24.808)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(626)	(198)	(17.994)	(32.413)
Despesas Financeiras	(5.201)	(7.730)	(698.062)	(822.392)
Encargos de Dívidas	-	-	(226.102)	(248.025)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(7.839)	(20.737)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(7.668)	(5.337)
Variações Monetárias	-	-	(189.030)	(76.809)
Atualização Monetárias para Litígios	(3.094)	(7.426)	(43.773)	(83.458)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(9.725)	(12.886)
Despesa com Derivativos	-	-	(71.631)	-
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(96.921)	(75.616)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS	-	-	(30.942)	(287.414)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(7.674)	(5.467)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(26)	(23)	(943)	(1.707)
Outras Despesas Financeiras	(2.081)	(281)	(5.814)	(4.936)
Resultado Financeiro	(6.203)	1.145	(287.364)	(141.788)

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 31 de dezembro de 2024, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos

os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A Controladora Celesc, tem a estrutura de Holding tem como atribuição a de controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 31 de dezembro de 2024, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia - A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	31.12.2024
	Celesc D	Celesc G	Controladora		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	10.478.617	189.436	-	(9.195)	10.658.858
Custo das Vendas	(8.497.182)	(53.057)	-	9.195 (i)	(8.541.044)
Depreciação e Amortização	(303.175)	(8.759)	-	-	(311.934)
Resultado Operacional Bruto	1.678.260	127.620	-	-	1.805.880
Despesas com Vendas	(315.132)	139	-	-	(314.993)
Despesas Gerais e Administrativas	(582.315)	(23.139)	(34.819)	-	(640.273)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	293.923	(54)	9.743	-	303.612
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	13.233	746.585	(694.253) (ii)	65.565
Resultado das Atividades	1.074.736	117.799	721.509	(694.253)	1.219.791
Receitas Financeiras	401.376	10.324	(1.002)	- (iii)	410.698
Despesas Financeiras	(688.698)	(4.163)	(5.201)	- (iii)	(698.062)
Resultado Financeiro, Líquido	(287.322)	6.161	(6.203)	-	(287.364)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	787.414	123.960	715.306	(694.253)	932.427
IRPJ e CSLL	(196.310)	(20.811)	496	-	(216.625)
Lucro Líquido do Exercício	591.104	103.149	715.802	(694.253)	715.802
Total dos Ativos	11.449.317	1.041.317	3.938.110		
Total dos Passivos	9.112.896	210.408	266.831		

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	31.12.2023
	Celesc D	Celesc G	Controladora		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	10.228.383	183.051	-	(8.826)	10.402.608
Custo das Vendas	(8.407.519)	(68.778)	-	8.826 (i)	(8.467.471)
Depreciação e Amortização	(274.646)	(2.939)	-	-	(277.585)
Resultado Operacional Bruto	1.546.218	111.334	-	-	1.657.552
Despesas com Vendas	(218.104)	(308)	-	-	(218.412)
Despesas Gerais e Administrativas	(602.261)	(19.108)	(29.529)	-	(650.898)
Outras Receitas/(Despesas) Líquidas	(24.619)	(2.645)	7.004	-	(20.260)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	12.706	580.229	(535.814) (ii)	57.121
Resultado das Atividades	701.234	101.979	557.704	(535.814)	825.103
Receitas Financeiras	665.929	16.381	8.875	(10.581) (iii)	680.604
Despesas Financeiras	(820.835)	(4.408)	(7.730)	10.581 (iii)	(822.392)
Resultado Financeiro, Líquido	(154.906)	11.973	1.145	-	(141.788)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	546.328	113.952	558.849	(535.814)	683.315
IRPJ e CSLL	(106.168)	(18.298)	(1.815)	-	(126.281)
Lucro Líquido do Exercício	440.160	95.654	557.034	(535.814)	557.034
Total dos Ativos	4.662.285	988.457	3.200.839		
Total dos Passivos	9.115.070	207.671	268.272		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

34. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.305.114	4.300.219	4.291.463	4.288.145	4.278.270	4.182.402
Encargos de conexão e transporte de energia	1.864.062	1.929.914	1.995.670	2.063.322	2.135.816	32.329.886
Total	6.169.176	6.230.133	6.287.133	6.351.467	6.414.086	36.512.288

Descrição	Consolidado					
	2023	2024	2025	2026	2027	2027+
Compra de energia	4.072.617	4.053.814	4.195.257	4.105.495	4.237.205	44.312.952
Encargos de conexão e transporte de energia	1.981.577	2.056.410	2.129.058	2.201.598	2.276.232	35.885.972
Total	6.054.194	6.110.224	6.324.315	6.307.093	6.513.437	80.198.924

34.1. Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, foi assinado um contrato de financiamento, mediante abertura de crédito, entre a Celesc Geração S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

O quadro, abaixo, apresenta os termos do financiamento, destacando a taxa e o prazo para cada um dos subcréditos, sendo que, ao longo de 2024, não houve nenhuma liberação de recursos.

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor (R\$/mil)	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110
Taxa (a.a.)	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA + 6,98 %	IPCA + 7,09%	IPCA + 7,08%
Prazo Total	129 meses	129 meses	129 meses	202 meses	202 meses
Prazo para Utilização dos Recursos	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025
Carência para amortização e juros	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/04/2025	Até 15/12/2026	Até 15/04/2025
Prazo para Amortização	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2034	Até 15/12/2040	Até 15/12/2040

35. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

35.1. Celesc D

35.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	3.527.841	3.098.324
Caixa e Equivalentes de Caixa	816.882	749.697
Contas a Receber de Clientes	2.222.207	1.935.736
Estoque	21.369	23.202
IRPJ e CSLL a Recuperar	36.723	25.809
Demais Tributos a Recuperar	194.251	171.322
Outros	236.409	192.558
Não Circulante	7.921.476	7.713.074
Realizável a Longo Prazo	3.100.223	3.035.166
Contas a Receber de Clientes	4.491	25.307
Tributos Diferidos	659.034	854.645
Tributos a Recuperar	367.663	472.243
Depósitos Judiciais	338.469	322.544
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	946.294	775.920
Ativo de Contrato	771.357	486.893
Ativo Financeiro Setorial	-	94.538
Outros	12.915	3.076
Imobilizado	5.106	15.623
Intangível	4.816.147	4.662.285
Total do Ativo	11.449.317	10.811.398

35.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	2.965.847	3.643.345
Fornecedores	987.140	1.078.555
Empréstimos Moeda Nacional	114.891	258.631
Empréstimos Moeda Estrangeira	98.962	97.505
Debêntures	195.965	160.192
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	215.620	223.079
IRPJ e CSLL a Recolher	1.821	24.984
Demais Tributos a Recolher	245.890	252.864
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	175.302	174.528
Taxas Regulamentares	22.020	71.489
Passivo de Arrendamento	1.932	10.603
Benefícios a Empregados	167.661	272.597
Passivos Financeiro Setorial	388.599	903.863
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	46.811	7.596
Instrumentos Financeiros Derivativos	70.230	-
Outros	233.003	106.859
Não Circulante	6.147.049	5.471.725
Empréstimos Moeda Nacional	555.694	412.863
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.209.838	1.205.666
Debêntures	1.990.254	994.826
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8.969	27.899
Taxas Regulamentares	78.569	83.387
Tributos a Recolher	17.096	-
Passivo de Arrendamento	3.838	5.987
Benefícios a Empregados	1.508.838	1.923.225
Provisão para Contingências	426.521	484.720
Passivo Financeiro Setorial	21.400	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	326.032	333.152
Patrimônio Líquido	2.336.421	1.696.328
Capital Social	2.000.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.371.474	1.406.608
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.053)	(1.290.280)
Total do Passivo	11.449.317	10.811.398

35.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Líquida – ROL	10.478.617	10.228.383
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	10.478.617	10.228.383
Custos de Vendas	(8.800.357)	(8.682.165)
Custo de Operação	(8.800.357)	(8.682.165)
Lucro Bruto	1.678.260	1.546.218
Despesas Operacionais	(603.524)	(844.984)
Despesas com Vendas	(120.437)	(124.012)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(194.695)	(94.092)
Despesas Gerais e Administrativas	(582.315)	(602.261)
Outras Receitas	378.848	304.090
Outras Despesas	(84.925)	(328.709)
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.074.736	701.234
Resultado Financeiro	(287.322)	(154.906)
Receitas Financeiras	401.376	665.929
Despesas Financeiras	(688.698)	(820.835)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	787.414	546.328
IRPJ e CSLL	(196.310)	(106.168)
Corrente	(158.286)	(120.306)
Diferido	(38.024)	14.138
Lucro Líquido do Exercício	591.104	440.160

35.1.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Bruta – ROB	16.205.341	15.597.798
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.667.170	5.915.000
Fornecimento Não Faturado (a)	(42.443)	37.562
Suprimento de Energia Elétrica (a)	253.878	336.334
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	278.405	701.778
Disponibilização da Rede Elétrica	7.047.854	6.665.223
Energia de Curto Prazo	232.169	241.536
Renda de Prestação de Serviços	631	832
Doações e Subvenções	746.891	669.310
Receita de Construção	985.735	997.355
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	30.020	20.586
Outras Receitas Operacionais	5.031	12.282
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.726.724)	(5.369.415)
ICMS	(2.170.426)	(1.996.139)
PIS	(214.567)	(207.329)
COFINS	(988.309)	(954.968)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.248.423)	(2.109.325)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(47.409)	(46.117)
Programa Eficiência Energética – PEE	(47.409)	(46.117)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(10.181)	(9.414)
Outros Encargos	-	(6)
Receita Operacional Líquida – ROL	10.478.617	10.228.383

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Residencial	2.745.937	2.680.287	7.788.282	7.098.372	3.252.098	2.832.142
Industrial	142.515	138.024	11.578.065	11.135.836	882.710	874.162
Comercial	325.353	318.275	5.130.919	4.861.603	1.517.508	1.406.706
Rural	218.757	222.877	1.022.862	1.042.807	457.108	396.516
Poder Público	26.923	27.101	508.015	473.981	218.555	185.190
Iluminação Pública	1.303	1.245	578.029	589.183	164.561	136.035
Serviço Público	4.322	4.356	465.898	432.552	132.187	121.811
Total do Fornecimento	3.465.110	3.392.165	27.072.070	25.634.334	6.624.727	5.952.562
Suprimento de Energia	66	53	2.398.748	2.317.563	253.878	336.334
Total	3.465.176	3.392.218	29.470.818	27.951.897	6.878.605	6.288.896

35.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.876.543	-	-	-	-	6.876.543
Pessoal	412.184	277.026	27.683	-	1.772	718.665
Despesa Atuarial	-	143.173	-	-	-	143.173
Entidade Previdência Privada	19.919	13.428	1.120	-	-	34.467
Material	36.383	9.067	-	-	17.286	62.736
Custo de Construção	985.735	-	-	-	-	985.735
Custos e Serviços de Terceiros	159.404	113.824	68.843	-	1.098	343.169
Depreciação e Amortização	303.175	32.699	100	-	-	335.974
Provisões Líquidas	-	-	-	194.695	18.540	213.235
Taxas Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(42.083)	(42.083)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(289.768)	(289.768)
Outros	7.014	(6.902)	22.691	-	(768)	22.035
Total	8.800.357	582.315	120.437	194.695	(293.923)	9.403.881

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.790.947	-	-	-	-	6.790.947
Pessoal	377.776	282.430	29.088	-	1.456	690.750
Despesa Atuarial	-	145.446	-	-	-	145.446
Entidade Previdência Privada	18.066	12.926	1.108	-	-	32.100
Material	39.092	9.937	-	-	18.520	67.549
Custo de Construção	997.355	-	-	-	-	997.355
Custos e Serviços de Terceiros	164.027	124.915	63.860	-	1.579	354.381
Depreciação e Amortização	274.646	34.105	257	-	-	309.008
Provisões Líquidas	-	-	-	94.092	300.805	394.897
Taxas Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(39.925)	(39.925)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(268.103)	(268.103)
Outros	20.256	(7.498)	29.699	-	10.287	52.744
Total	8.682.165	602.261	124.012	94.092	24.619	9.527.149

35.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No exercício de 2024 o CDI acumulado foi de 10,83%, sendo que no mesmo período de 2023 foi 13,04%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receitas Financeiras	401.376	665.929
Renda de Aplicações Financeiras	80.653	83.131
Variações Monetárias	8.404	40.910
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	67.337	85.852
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	112.734	108.572
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	41.831	287.403
Juros Depósitos Judiciais	21.699	81.413
Marcação a Mercado (MTM)	62.248	-
Outras Receitas Financeiras	22.961	9.673
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(16.491)	(31.025)
Despesas Financeiras	(688.698)	(820.835)
Encargos de Dívidas	(226.102)	(248.025)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(7.839)	(20.737)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(7.668)	(5.337)
Encargos de Mútuo	-	(10.581)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(9.526)	(12.669)
Custo na Emissão de Debêntures	(3.780)	(1.406)
Variações Monetária Debêntures	(188.622)	(76.732)
Outras Variações Monetárias	(404)	(77)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(96.921)	(75.616)
Juros de Arrendamentos	(917)	(1.684)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(30.942)	(287.414)
Atualização Monetária Litígios	(40.678)	(76.032)
Despesas com Derivativos	(71.631)	-
Outras Despesas Financeiras	(3.668)	(4.525)
Resultado Financeiro	(287.322)	(154.906)

35.2. Celesc G

35.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	193.745	189.575
Caixa e Equivalentes de Caixa	105.722	99.828
Contas a Receber de Clientes	16.522	16.805
Estoque	63	68
IRPJ e CSLL a Recuperar	3.002	6.838
Demais Tributos a Recuperar	1.681	1.690
Despesas Antecipadas	1.043	1.047
Dividendos e JCP a Receber	3.222	3.513
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	43.449	41.569
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	19.039	18.215
Outros	2	2
Não Circulante	847.572	798.882
Realizável à Longo Prazo	483.086	466.309
Depósitos Judiciais	470	449
Demais Tributos a Recuperar	1.046	1.281
Tributos Diferidos	-	-
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	329.418	317.792
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	149.731	144.366
Investimentos	116.697	110.942
Imobilizado	205.091	177.190
Intangível	42.698	44.441
Total do Ativo	1.041.317	988.457

35.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	70.707	73.308
Fornecedores	4.624	9.804
Debêntures	6.286	6.001
IRPJ e CSLL a Recolher	915	-
Demais Tributos a Recolher	9.837	9.747
Taxas Regulamentares	1.258	2.020
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	45.072	43.616
Outros	2.715	2.120
Não Circulante	139.701	134.363
Debêntures	31.117	35.587
Tributos Diferidos	108.460	-
Taxas Regulamentares	92	658
Provisões para Contingências	32	26
Patrimônio Líquido	830.909	780.786
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	368.570	317.892
Dividendos à Disposição da AGO	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.339	12.894
Total do Passivo	1.041.317	988.457

35.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Líquida – ROL	189.436	183.051
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	189.436	183.051
Custos de Vendas	(61.816)	(71.717)
Custo de Operação	(61.816)	(71.717)
Lucro Bruto	127.620	111.334
Despesas Operacionais	(9.821)	(9.355)
Com Vendas	(546)	(480)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	685	172
Gerais e Administrativa	(23.139)	(19.108)
Outras Receitas	4.315	27
Outras Despesas	(4.369)	(2.672)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	13.233	12.706
Resultado antes do Resultado Financeiro	117.799	101.979
Resultado Financeiro	6.161	11.973
Receitas Financeiras	10.324	16.381
Despesas Financeiras	(4.163)	(4.408)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	123.960	113.952
IRPJ e CSLL	(20.811)	(18.298)
Corrente	(10.442)	(9.420)
Diferido	(10.369)	(8.878)
Lucro Líquido do Exercício	103.149	95.654

35.2.4. Receita Operacional

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	211.093	204.208
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	21.169	23.187
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	454	(344)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.711	4.452
Suprimento de Energia Elétrica	87.590	89.144
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	1.304	1.412
Energia Elétrica de Curto Prazo	11.311	6.018
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	41.920	40.557
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	16.357	15.166
Receita Financeira Juros Usina Pery	18.347	17.744
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	7.416	6.871
Renda de Prestação de Serviços	29	-
Arrendamentos e Aluguéis UFV	485	1
Deduções da Receita Operacional	(21.657)	(21.157)
PIS	(3.085)	(3.039)
COFINS	(14.210)	(13.999)
Taxa Fiscalização	(505)	(626)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.212)	(1.246)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.644)	(2.247)
ISS	(1)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	189.436	183.051

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Industrial	17	16	104.806	98.917	21.623	22.843
Comercial, Serviços e Outros	6	1	28.885	21.025	4.711	4.452
Suprimento de Energia	93	97	649.970	631.312	88.894	90.556
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	2.330	4.292	11.311	6.018
Total	116	114	785.991	755.546	126.539	123.869

35.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/Receitas Líquidas	31.12.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	25.864	-	-	-	-	25.864
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	11.644	-	-	-	-	11.644
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.713	-	-	-	-	3.713
Pessoal	3.083	15.912	-	-	-	18.995
Material	162	387	-	-	846	1.395
Custos e Serviços de Terceiros	6.909	5.396	416	-	-	12.721
Depreciação e Amortização	8.759	473	-	-	-	9.232
Seguros	1.597	1	-	-	-	1.598
Provisões Líquidas	-	-	-	(685)	(1.736)	(2.421)
Tributos	77	194	130	-	-	401
Aluguéis	-	234	-	-	-	234
Doações	-	-	-	-	193	193
Outros	8	542	-	-	751	1.301
Total	61.816	23.139	546	(685)	54	84.870

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (*GSF*), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga.

No dia 3 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, dentre as quais, 7 usinas da Celesc G.

Em 23 de setembro de 2021, a Administração aprovou a proposta da ANEEL referente a repactuação do *GSF* e, consequentemente, a retirada da ação judicial existente para as UHE's, mantendo a liminar existente para as CGH's Ivo Silveira, São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Caveiras, uma vez que a ANEEL não apresentou proposta de repactuação para essas usinas.

No entanto, no dia 31 de julho de 2023, a liminar favorável à Celesc G foi revogada e consequentemente, a geradora teve que devolver o montante de aproximadamente R\$28,0 milhões, que foram pagos na liquidação de agosto de 2023 à CCEE.

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.12.2023 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	21.271	-	-	-	-	21.271
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	3.776	-	-	-	-	3.776
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.610	-	-	-	-	3.610
Pessoal	3.030	14.932	8	-	-	17.970
Material	347	100	-	-	658	1.105
Custos e Serviços de Terceiros	6.979	2.945	398	-	-	10.322
Depreciação e Amortização	2.939	431	-	-	-	3.370
Seguros	1.567	-	-	-	-	1.567
Provisões Líquidas	-	-	-	(172)	358	186
Tributos	87	114	74	-	-	275
Aluguéis	-	139	-	-	-	139
Doações	-	-	-	-	186	186
Outros	(24)	447	-	-	1.443	1.866
Total	71.717	19.108	480	(172)	2.645	93.778

35.2.6. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$10,6 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. O contrato foi liquidado em 1º de novembro de 2023.

A redução nas despesas financeiras ocorreu, principalmente, em virtude da redução dos juros sobre as debêntures.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receitas Financeiras	10.324	16.381
Renda de Aplicação Financeira	10.301	6.804
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	28	1
Juros do Contrato de Mútuo	-	10.581
Multa Contratual	95	28
Juros Depósitos Judiciais	35	110
Outras Receitas Financeiras	742	47
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(877)	(1.190)
Despesas Financeiras	(4.163)	(4.408)
Juros s/ as Debêntures	(3.760)	(3.927)
Atualização Monetária de Litígios	(1)	-
Variações Monetárias	(4)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(134)	(134)
Atualização do P&D	(199)	(217)
Outras Despesas Financeiras	(65)	(130)
Resultado Financeiro	6.161	11.973

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1. Venda Conjunta de Participação Acionária da Celesc Geração S.A.

Em 23 de dezembro de 2024, a EDP Brasil comunicou ao mercado a celebração de um contrato de compra e venda com o SKYLINE Fundo de Investimento em Participações, gerido pela Actis, para alienação da totalidade de sua participação (90%) na linha de transmissão EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Lote 21), sujeita a condições suspensivas regulatórias e outras condições habituais para uma operação desta natureza.

Em observância ao direito de venda conjunta previsto no Acordo de Acionistas, em 20 de janeiro de 2025, a EDP Brasil notificou a Celesc Geração S.A., informando-a da possibilidade de exercer tal direito e descrevendo os termos e condições da oferta, devendo, para isso, manifestar sua intenção num prazo de 30 dias.

Em reunião extraordinária, realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. analisou a possibilidade da venda conjunta (*tag along*) dos 10% da participação de sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A., nesse empreendimento, aprovando a decisão de exercer esse direito que lhe é garantido e encaminhando o assunto para os devidos procedimentos legais e administrativos.

Em ato contínuo, no dia 21 de fevereiro de 2025, a Celesc Geração S.A. informou oficialmente a EDP Brasil sobre a intenção de exercer o direito da venda conjunta (*tag along*) mencionado. Cabe ressaltar, contudo, que a concretização do negócio está condicionada à conclusão dos trâmites necessários, incluindo aprovações regulatórias e cumprimento de formalidades legais.

Do ponto de vista contábil, a Celesc G registrou a equivalência patrimonial até janeiro de 2025 e, em 14 de fevereiro de 2025, data em que o Conselho de Administração aprovou a alienação conjunta, transferiu o saldo desse investimento, reclassificando-o como um ativo não circulante disponível para venda no grupo de Ativo Circulante.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso IV, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, encontra-se demonstrada, abaixo, a Proposta de Orçamento de Capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais para o ano de 2025, aprovada pelo Conselho de Administração, em 12 de dezembro de 2024, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme prevê o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Ativos Elétricos	1.077.117	-	-	1.077.117
Ativos Não-Elétricos	151.279	1.556	-	152.835
Usinas Próprias	-	11.941	-	11.941
Ampliação de Usinas	-	22.580	-	22.580
Novos Negócios	-	85.300	-	85.300
Apropriação da Mão de Obra	97.607	1.077	-	98.684
TOTAL	1.326.003	122.454	-	1.448.457

Origem	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Consolidado
Recursos de Terceiros	10.016	30.450	-	40.466
Recursos Próprios	1.315.987	92.004	-	1.407.991
TOTAL	1.326.003	122.454	-	1.448.457

Valores em R\$ Mil

CAPEX – Celesc Distribuição S.A.

A Companhia prevê em seu orçamento a alocação de R\$1,326 bilhão em distribuição de energia elétrica. Desse total, R\$933,8 milhões serão destinados a obras de ampliação e melhoria do sistema elétrico, R\$97,5 milhões serão utilizados pela área comercial, principalmente, para a instalação e modernização de equipamentos de medição e R\$45,8 milhões serão destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para a operação técnica. Além disso, a Companhia planeja investir R\$147,9 milhões na aquisição de hardware e software para a rede corporativa, R\$2,5 milhões em veículos e R\$800 mil em equipamentos, ferramentas, mobiliários diversos e outros.

Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela Companhia possui participação e/ou contrapartida do consumidor, conforme regras regulatórias. Além do montante total de R\$1,326 bilhão, estão previstos investimentos de R\$262,3 milhões com recursos provenientes do Convênio ICMS.

CAPEX – Celesc Geração S.A.

Do montante de R\$122,5 milhões aprovados para 2025, serão investidos R\$85,3 milhões em novos negócios, R\$34,5 milhões na ampliação e melhoria das usinas e R\$1,6 milhão em ativos não elétricos.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R\$98,7 milhões, o orçamento de investimento consolidado da Companhia para 2025 totaliza o valor de R\$1,448 bilhão.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis SC, 24 de março de 2025.

Fábio Wagner Pinto

Presidente

Cláudio Rocha

Cleber dos Santos Lima

João Paulo Gomes Vieira

Thiago Costa Jacinto

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

Exercício Social 2024

Senhores Conselheiros de Administração

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc ("Companhia") e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. – Celesc D e Celesc Geração S.A. – Celesc G, regido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, além da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484, de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia ("Regimento").

A Lei nº 13.303/2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore Relatório Anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e o CAE em relação às Demonstrações Financeiras.

Conforme previsto no artigo 14º do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), compete ao Comitê, dentre outras matérias, elaborar relatório bimestral e anual, contendo a descrição de suas atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê, registrando, se houver, as divergências significativas entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê em relação às Demonstrações Financeiras.

O CAE esteve composto, nos 5 primeiros meses de 2024, pelo Conselheiro de Administração e coordenador, Sr. Glauco José Côrte, e pelos membros independentes, senhores Cleber dos Santos Lima, Fábio Fick, Fabrício Santos Debortoli e Manoel José da Cunha Júnior.

No mês de maio, o CAE teve uma alteração em sua composição, sendo encerrada a participação do Conselheiro Cleber dos Santos Lima no Comitê e reconhecida pelos demais membros, devido às contribuições do mesmo durante o período do mandato.

Na reunião do mês de junho, o Conselheiro Sérgio Tadeu Nabas recebeu as boas-vindas e participou de sua primeira reunião como membro do CAE.

O conselheiro Manoel José da Cunha Júnior teve sua última participação em reunião do CAE no mês de setembro de 2024. Na ocasião, suas contribuições como membro deste Comitê foram reconhecidas pelos demais membros.

O conselheiro Marcos Aurélio Pamplona da Silva iniciou seus trabalhos junto ao comitê na reunião do mês de outubro de 2024.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016 e no artigo 31-C, §2º da Resolução CVM nº 23/2021.

2. Resumo das atividades em 2024

No período de janeiro a dezembro de 2024, o CAE realizou 12 (doze) reuniões ordinárias, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditores Internos e Auditores Independentes, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Nesse período foram examinadas e aprovadas as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina e Consolidado, Celesc Distribuição e Celesc Geração referentes ao exercício findo em 31

de dezembro de 2023, bem como aprovadas e encaminhadas ao Conselho de Administração as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia e suas subsidiárias do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2024. O CAE acompanhou os trabalhos e as informações apresentadas pela Auditoria Independente – KPMG, bem como os pareceres que acompanham as Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Durante as reuniões do ano de 2024, foram apresentados os Resultados Gerenciais da Companhia e de suas subsidiárias, demonstrando, por meio de indicadores, suas projeções e suas realizações acumuladas mensalmente. O CAE também acompanhou, periodicamente, o Fluxo de Caixa da Companhia com os principais destaques, impactos no saldo de caixa, principais indicadores, bem como os possíveis cenários econômico-financeiros do período.

O Comitê apreciou o Processo de Gestão de Riscos e Controles Internos, realizado pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance, com suas principais atribuições, exigências legais e de mercado, metodologia utilizada, processo de gestão de riscos corporativos e processo de controles internos dos riscos de reporte financeiro.

Tomou conhecimento da 2ª revisão da Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, na reunião de agosto de 2024, e recomendou estabelecer na política de riscos a definição e quantificação do apetite ao risco da Companhia.

O CAE acompanhou as avaliações nos controles internos que impactam as Demonstrações Financeiras, conhecendo os testes de efetividade e materialidade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação dos controles mapeados dos macroprocessos de: contabilidade, tecnologia da informação, comercialização, suprimentos, comercial, P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), PEE (Programa de Eficiência Energética), jurídico, financeiro, construção, manutenção, gestão de pessoas, tributário e, por fim, a retrospectiva do ELC (Entity Level Control). Acompanhou também os status de realizações dos planos de ação dos temas relevantes relacionados aos controles internos.

Participou da pesquisa que levou à atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos 2024, consolidado com os objetivos estratégicos da Companhia, conheceu a contextualização, os objetivos, as etapas da revisão, os riscos destacados, os gestores e o novo posicionamento dos riscos, de acordo com as avaliações consolidadas da Alta Administração em razão da sua criticidade.

Além disso, acompanhou os resultados das avaliações de riscos corporativos: Risco de Perdas, Privacidade, Risco Atuarial, Ações Judiciais, Saúde e Segurança, Inovação e Transformação Digital, Modernização do Setor Elétrico, Regulação do Setor Elétrico, Mudanças Climáticas, Fluxo de Caixa, Risco Cibernético e de Infraestrutura de TI. Também acompanhou o monitoramento de probabilidade dos riscos mais críticos, bem como os Planos de Ação para mitigar os Riscos Corporativos. Muito embora, os riscos de Fluxo de Caixa e Atuarial não estivessem entre os 5 (cinco) riscos considerados principais, o CAE sugeriu a inclusão como tal para fins de monitoramento e acompanhamento.

Além dos riscos corporativos, apreciou a apresentação do mapa de Riscos Tributários, que destacou os principais pontos identificados relacionados aos tributos diretos e indiretos, bem como os riscos envolvidos. Também tomou conhecimento dos pareceres da consultoria EY (Ernst & Young) e da auditoria independente KPMG sobre o tema. Recomendou que seja feita uma descrição detalhada de cada ponto, com definição de plano de ação, indicação das áreas responsáveis, prazos e responsáveis.

Recebeu, ainda, reporte do status dos Programas de Compliance e Integridade e tomou conhecimento das alterações propostas na revisão da Política Anticorrupção, tendo solicitado estudos complementares, com fundamento nas legislações aplicáveis com relação ao item previsto na política sobre o tema: conflito de interesses. Tomou conhecimento sobre os aspectos gerais, alterações e adequações à legislação e regulamentos vigentes a Revisão da Política de Compliance e da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Acompanhou os reportes do Comitê de Ética da Companhia, com os números de denúncias apuradas, procedimentos, canal de denúncias e medidas adotadas.

Recomendou a aprovação da alteração do Regimento Interno do Comitê de Ética e alteração na sua composição.

O Comitê acompanhou, mensalmente, os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2024. Foram ainda apresentados, ao longo de 2024, os Relatórios de Auditoria: Manutenção de Usinas, Processo de Contratação e Gestão do LIES (Leitura e Entrega Simultânea de Faturas), Construção e Manutenção de Redes, Linhas e Subestações, Bloqueios e Depósitos Judiciais, Construção de Usinas, Análise de Integridade, Saúde e Segurança do Trabalho, Investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), Eficiência Energética e Inovação e Compartilhamento de Estruturas.

Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2024 e a elaboração do PAAI 2025, o qual define os processos ordinários que serão auditados no exercício de 2025.

De forma geral, considerou a pontuação obtida com o cálculo dos indicadores de riscos/relevância da auditoria, a relação desses processos com os 10 principais riscos aos objetivos estratégicos. Além disso, foram consideradas as percepções do CAE, da Diretoria Executiva, do Presidente, bem como dos auditores internos na identificação e priorização dos processos críticos e relevantes a serem auditados.

Em diversos momentos, o Comitê apreciou o andamento do Projeto Conecte, conhecendo o status dos trabalhos referentes à prestação de serviços de implantação, configuração e parametrização da solução comercial SAP S/4 HANA Utilities. Também solicitou esclarecimentos quanto às situações relacionadas à implantação do sistema, especialmente referentes ao faturamento, inadimplência, atendimento e impacto financeiro.

Outros assuntos foram pauta das reuniões do CAE, como: Aprovação dos Payouts de Destinação dos Lucros do exercício social de 2023 da Celesc Holding, Celesc D e Celesc G, Faturamento e Arrecadação de TOI (Termo de Ocorrência e Inspeção), Política de Fornecedores, Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro referente a 2023 no padrão ANEEL, Apresentação dos Resultados da Ouvidoria, Estudo sobre Conflito de Interesses, Apresentação dos Depósitos Judiciais, Panorama das Ações de Implantação da Celesc Varejista, CCI (Carta de Controles Internos), Emissão de Debêntures da Celesc Distribuição, Segurança Cibernética, Provisões Judiciais e Sistema de Solicitações Jurídicas, Desempenho dos Indicadores Estratégicos do Contrato de Concessão referente ao 1º semestre de 2024 e 3º trimestre de 2024, Projeto de Transformação Cultural em Segurança-DSS e Política de Consequências, Procedimentos Operacionais, Programa de Segurança com a População, Auditoria no Processo de Saúde e Segurança do Trabalho, Projeto Estratégico Segurança Comportamental, Política de Consequências, Proposta “Novas Regras” que salvam vidas (Regras de Ouro), Projeto Risco Corporativo, Procedimentos Operacionais, Plano de Ação, Ações DPSS – Departamento de Segurança, Saúde e Bem-Estar, Indicadores de Segurança, Principais processos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Passivo Atuarial, Apresentação Fintech e Revisões Tributárias.

Os assuntos tratados podem ser conhecidos nas atas do CAE, disponíveis no portal de Relações com Investidores da Celesc e nas atas completas disponíveis na Companhia.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Na condição de membros do CAE da Celesc e suas subsidiárias integrais, Celesc D e Celesc G, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, com base na documentação apresentada e encaminhada, assim como levando em consideração as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, com as respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do CAE não são vinculantes, cabendo aos Acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2025.

Glauco José Côrte
Coordenador

Fábio Fick

Fabício Santos Debortoli

Marcos Aurélio Pamplona da Silva

Sérgio Tadeu Nabas

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Consoante com o posicionamento dos auditores da KPMG Auditores Independentes Ltda aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2025.

Glauco José Côrte
Presidente

Cesar Souza Junior

Fábio William Loreti

Ivécio Pedro Felisbino Filho

José Valério Medeiros Junior

Marcelo de Oliveira Figueiredo

Marco Aurélio Quadros

Michel Nunes Itkes

Paulo Guilherme de Simas Horn

Romeu Donizete Rufino

Silvia Regina da Silva Marafon

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e com as opiniões contidas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 27 de março de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Nelson Ronnie dos Santos
Diretor de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.**
Florianópolis – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada – CELESC Distribuição S.A.

Veja as Notas Explicativas 4.23.3, 9 e 32.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Parte das receitas de vendas de energia da controlada Celesc Distribuição S.A. são calculadas mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores mas ainda não faturada, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social.</p> <p>O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índices de perda estimada e a tarifas vigentes.</p> <p>Este tema foi considerado como um principal assunto de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do volume de energia fornecida e ainda não faturada, que pode impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento de energia não faturado;• Análise dos dados utilizados na determinação da estimativa de fornecimento de energia não faturado, especificamente, os dados da carga total de energia distribuída ao longo do período e da carga de energia efetivamente faturada, segregados por classe de consumidor, e líquidos dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar por meio de cálculo matemático a estimativa da parcela do volume de energia não faturada por classe de consumo;• Recálculo da receita de venda de energia fornecida e não faturada por meio da multiplicação do volume de energia não faturada por classe de consumo pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades;• Confronto dos valores reconhecidos de receita não faturada com base nas expectativas geradas das médias históricas dos valores de energia fornecida aos consumidores ainda não faturada a partir de nossos testes de auditoria;• Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.

	<p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>
--	---

Benefícios pós-emprego - passivo atuarial – CELESC Distribuição S.A.

Veja as Notas Explicativas 4.21 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A controlada Celesc Distribuição S.A. patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência e assistência médica. Os planos classificados como "benefício definido" e "contribuição variável" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do envolvimento de alto grau de julgamento pela Companhia na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e contribuição variável, consideramos o passivo atuarial como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos benefícios pós-emprego - passivo atuarial da controlada CELESC Distribuição S.A., realizamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das políticas contábeis adotadas relevantes relativos à mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de contribuição variável; • Com o auxílio de nossos especialistas atuariais: <ul style="list-style-type: none"> ○ testamos, em base amostral, a consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial; ○ avaliamos as principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, taxa de crescimento salarial, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários em comparação com a legislação e com as práticas de mercado; ○ testamos a precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia; ○ realizamos procedimentos para a confirmação da existência e mensuração do valor justo dos ativos dos planos.

	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>
--	--

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de Março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR



Samuel Viero Ricken

CRC SC-030412/O-1